

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2007/2008



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**O Processo de Reequipamento e Modernização das
FA: Condicionantes Orçamentais**

CTEN AN Francisco Serrano



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O Processo de Reequipamento e Modernização das FA: Condicionantes Orçamentais

CTEN AN Francisco José Lavaredas Serrano

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto

Lisboa, 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

O Processo de Reequipamento e Modernização das FA: Condicionantes Orçamentais

CTEN AN Francisco José Lavaredas Serrano

Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto
2007-2008

Orientador: MAJ ADMAER Vitor Manuel Pereira Branco

Lisboa, 2008



Dedicatória

Ao Ruben e ao Gonzalo

*O tempo não pára!
Só a saudade é que faz
as coisas pararem no tempo...
Não há derrota que derrote
quem nasceu para vencer.
Meus tesouros.*



Índice

1. Introdução	1
2. Política de Defesa Nacional	5
a. Legislação Estruturante	5
b. Contributos de Portugal para a Política Europeia de Segurança e Defesa	9
c. A Economia como Mecanismo de Condução da Política Defesa Nacional	10
Síntese conclusiva	11
3. O Processo de Reequipamento e Modernização das Forças Armadas	12
a. O Programa XVII do Governo Constitucional e as Grandes Opções do Plano	12
b. O Planeamento Estratégico de Defesa Nacional	14
c. O Ciclo Bienal de Planeamento de Forças	16
d. A Lei de Programação Militar	18
e. Execução dos Programas	20
(1) O Reequipamento da Marinha	22
(2) O Reequipamento do Exército	25
(3) O Reequipamento da Força Aérea Portuguesa	25
f. Análise Financeira do Orçamento Estado relativo à Defesa	26
Síntese conclusiva	29
4. A Indústria de Defesa Nacional	31
a. As Indústrias Ligadas à Defesa	31
b. Empresa Portuguesa de Defesa	32
c. O Processo de Reestruturação	34
d. Investigação e Desenvolvimento	37
Síntese conclusiva	40
5. Conclusões e Recomendações	42
Bibliografia	45
ANEXOS	47
Anexo A – Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED)	
Anexo B – European Defense Agency (EDA)	
Anexo C – NATO–Estrutura Allied Command Transformation	
Anexo D – Resolução do Conselho de Ministros nº39 de 28 de Fevereiro de 2008	
Anexo E – Relatório do OE 2007 para o MDN	
Anexo F – Direcção-Geral da Política de Defesa Nacional (DGPDN)	
APÊNDICES	47
Apêndice A – Regime das Contrapartidas	
Apêndice B – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. (EMPORDEF)	
Apêndice C – Orçamento da Defesa dados estatísticos	
Apêndice D – Meios existente e projectos futuros para as FA	
Apêndice E – Modelo de planeamento estratégico e de forças de Liotta e Lloyd	
Apêndice F – Reequipamento das Forças Armadas	



Resumo

Após os acontecimentos do 11 de Setembro, a maioria dos estados ocidentais comprometeram-se a desenvolver esforços para combater o flagelo do terrorismo. Este novo tipo de ameaça, transnacional e multifacetada, vai obrigar a que as das Forças Armadas Portuguesas revejam o seu conceito estratégico militar, adequando-o às novas exigências mundiais. Essa alteração poderá ter reflexos no nosso sistema de forças.

O objectivo do nosso trabalho que pretendemos levar a efeito é conhecer se o processo de reequipamento e modernização das Forças Armadas, estará em consonância com os objectivos da Política de Defesa Nacional e de que forma os recursos financeiros colocados à sua disposição afectaram o planeamento, programação e execução.

Iremos centrar a nossa análise nas aquisições de meios com maior representação financeira e operacional, deixando de fora deste estudo a modernização de meios e as infra estruturas de apoio. Analisaremos também os aspectos que impedem ou dificultam a concretização dos programas da Lei de Programação Militar e tendo simultaneamente em vista o incremento e melhoria do aproveitamento das potencialidades existentes nas áreas das indústrias ligadas à defesa

Propomo-nos começar por fazer uma abordagem à Política de Defesa Nacional, onde será efectuada uma análise à Política Europeia de Segurança e Defesa, e iremos enquadrá-la do ponto de vista legislativo. No segundo capítulo, vamos analisar os programas de reequipamento das Forças Armadas, o Programa do XVII do Governo Constitucional, o Planeamento Estratégico de Defesa Nacional, o ciclo bienal de planeamento de forças e a Lei de Programação Militar. No terceiro capítulo analisaremos a importância da Indústria de Defesa Nacional no âmbito dos processos em curso, na aquisição de novos equipamentos militares. Por último teceremos algumas breves conclusões e recomendações.



Abstract

After the events of September 11, most Western states pledged to make efforts to combat the scourge of terrorism. This new type of threat, transnational and multifaceted, require that the Portuguese Armed Forces review its military strategic concept, adapting it to the new requirements worldwide. This change may be reflected in our system of forces.

The objective of our work, we want to implement it know whether the process of retrofitting and modernization of the Armed Forces, will be in line with the objectives of National Defense Policy and how the financial resources available to them affected the planning, programming and implementation.

We will focus our analysis on purchases of resources with greater financial and operational representation, leaving out this study on modernization of facilities and infrastructure support. Also examines the issues that prevent or hinder the implementation of programmes of the Law of Military Planning and taking to the increase and improvement by harnessing the potential in the areas of industries related to defense.

We propose to start by making an approach to the policy of National Defence, where an analysis will be made to the European Security and Defence, and it will fit the legislative point of view. In the second chapter, we will re-examine the programs of the Armed Forces, the Program of the XVII of Constitutional Government, the Strategic Planning of National Defence, the biennial cycle of planning of forces and the Law of Military Program. In the third chapter review the importance of Industry of National Defence in connection with the ongoing, acquisition of new military equipment Finally we will made a few conclusions and recommendations.



Palavras – Chave

- ✓ Capacidades Militares
- ✓ Orçamento
- ✓ Equipamentos Militares
- ✓ Política de Defesa Nacional
- ✓ Indústria de Defesa Nacional
- ✓ Sistema de Forças Nacional
- ✓ Lei de Programação Militar
- ✓ Planeamento Estratégico de Defesa Nacional



Lista de Abreviaturas

AED	Agência Europeia de Defesa
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ACT	Allied Command Transformationa
AR	Assembleia da Republica
AIP	Associação Industrial Portuguesa
CAEDN	Centro de Altos Estudos da Defesa Nacional
AR	Ciclo Bial de Planeamento de Forças
CBPF	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CPC	Comissão Permanente de Contrapartidas
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CNAD	Conferência dos Directores Nacionais de Armamento
CCEM	Conselho de Chefes de Estado Maior
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CRP	Constituição da República Portuguesa
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGAED	Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa
DGPDN	Direcção Geral de Política de Defesa Nacional
DTIB	Defense Technological and Industrial Base
DCSC	Defesa Colectiva e Segurança Colectiva
DN	Defesa Nacional
DEC	Departamento de Estudos e Coordenação
DPED	Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa



EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
EDA	European Defense Agency
EDIG	European Defense Industries Group
FAP	Força Aérea Portuguesa
FA	Forças Armadas
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
IESD	Identidade Europeia de Segurança e Defesa
ID	Indústria de Defesa
IDN	Indústria de Defesa Nacional
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&T	Investigação e Tecnologia
LDN	Lei da Defesa Nacional
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
MDN	Ministério da Defesa Nacional
NCP	Navio de Combate à Poluição
NPO	Navio Patrulha Oceânica
NPL	Navio Polivalente Logístico
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NIAG	NATO Industrial Advisory Group
NRF	NATO Response Force
NBQ	Nuclear Biológica e Química
NIDAT	Núcleo de Indústrias de Defesa e de Alta Tecnologia
OPV	Ocean Patrol Vessel



OE	Orçamento de Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico do Norte
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEDN	Planeamento Estratégico de Defesa Nacional
PDN	Política de Defesa Nacional
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Progranas de Investimentos e Despesa de Desenvolvimento da Administração Central
QREN	Quadro Referência Estratégia Nacional
SFN	Sistema de Forças Nacional
TII	Trabalho de Investigação Individual
UE	União Europeia
WEAG	Western European Armament Group
ZEE	Zona Económica Europeia



1. Introdução

Assistimos hoje em dia, a uma crescente internacionalização das questões de segurança e defesa, com o consequente aumento da importância da componente externa da Defesa Nacional (DN). O actual ambiente geopolítico mundial, os compromissos assumidos junto das organizações internacionais em que nos integramos, em prol da paz mundial e a luta contra uma nova tipologia de ameaças de carácter global, são factores a exigir alterações no tipo, organização, modalidades de emprego e reequipamento e modernização das nossas Forças Armadas (FA), em consonância com os condicionantes orçamentais actualmente existentes e de acordo com o consagrado na Política de Defesa Nacional (PDN).

A capacidade de afirmação nacional no espaço comunitário implica a existência de uma PDN que contribua para a segurança do espaço comunitário, assim, as (FA) Portuguesas devem dispor de uma organização flexível e modular, adequada aos modernos requisitos de empenhamento operacional, conjunto e combinado, privilegiando a interoperabilidade dos meios e, desejavelmente, com capacidades crescentes de projecção.

O objectivo da investigação que pretendemos levar a efeito é conhecer se o processo de reequipamento e modernização das FA, estará em consonância com os objectivos da PDN e de que forma os recursos financeiros colocados à disposição das FA afectaram o seu planeamento, programação e execução, tendo em consideração as novas ameaças transnacionais.

Face ao tema proposto, a programação financeira das FA é uma condição necessária para o cumprimento dos objectivos da PDN, tal como o é a modernização dos respectivos equipamentos. A importância dos programas de reequipamento de defesa, através da Lei de Programação Militar (LPM) e do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), viabilizando um processo contínuo de modernização, fazendo o seu enquadramento e desenvolvimento numa perspectiva crítica construtiva, abordando os aspectos que impedem ou dificultam a concretização dos programas da LPM e do PIDDAC, tendo simultaneamente em vista o incremento e melhoria do aproveitamento das potencialidades existentes nas áreas das indústrias ligadas à defesa e actividades de investigação e desenvolvimento.

A importância deste tema prende-se com o novo quadro de segurança mundial, por um lado, e o novo posicionamento internacional do país, por outro, determina um novo quadro de inserção internacional de Portugal. As FA, a partir da década de 90, têm sido



chamadas a cumprir um quadro muito diversificado de missões que vão desde as tradicionais, relacionadas com a defesa da soberania, às novas missões em prol da Paz. Num contexto de acrescidas exigências, o vector militar revalorizou-se como elemento de afirmação externa dos Estados.

Portugal deverá redimensionar as suas FA, mas a reestruturação não deve ser excessiva nem ditada pelo orçamento, terá certamente, que as modernizar, para acompanhar o mundo europeu e atlântico em que está inserido. O prestígio de um país depende muito do poder que possui ou que põe à disposição da comunidade internacional a que pertence. Considera-se que só uma visão integrada e de relacionamento mútuo e “triangular” (reequipamento, indústria nacional e investigação e desenvolvimento) permitirá o desenvolvimento de actividades de interesse estratégico nacional e a consecução dos objectivos definidos pelo Governo para a reforma e reequipamento das FA¹.

Pela dimensão que encerra esta investigação, importa em prol de uma melhor objectividade e rigor científico, fazer uma delimitação do objecto de estudo. Tendo em atenção a existência de trabalhos recentes que abordaram assuntos próximos, optámos por limitar o objectivo de estudo ao investimento na aquisição de novos meios operacionais com maior representação e importância financeira, ao período que corresponde o Programa XVII do Governo e para uma análise mais direccionada para a vertente macroeconómica.

A metodologia de investigação escolhida para a elaboração do trabalho foi a do método científico, com recurso ao modelo dedutivo, incidindo na análise de documentos e factos. Para apoiar o estudo, foi efectuada uma pesquisa bibliográfica centrada em autores nacionais e estrangeiros, cujo conhecimento sobre as matérias em análise foi considerado relevante e decisivo para que a informação daí extraída fosse conducente à elaboração do trabalho. Além da pesquisa bibliográfica referida, foram entrevistados algumas personalidades, que pelos seus conhecimentos e/ou cargos desempenhados davam garantias de acrescentar valor aos temas abordados².

Iniciámos o percurso metodológico com uma pesquisa documental sobre o enquadramento legislativo que permite o cumprimento pelas FA de missões em apoio da política externa.

¹ Conforme o disposto na Resolução de Conselho de Ministros nº38 de 06 de Fevereiro de 2008.

² CALM AN Silva Castro, ex. Director da Direcção de Abastecimento da Armada
.CORONEL PILAV Rui Elvas representante de Portugal na REPER na EU.
CMG AN Fernando Rebelo, DGAED, Director da Direcção de serviços Industriais, Tecnológicos e Logísticos (DSITL)



No sentido de materializar o objectivo do nosso trabalho, pretendemos responder à seguinte questão central:

- De que forma é que os factores financeiros são condicionantes na definição da PDN no processo de reequipamento e modernização das FA?

Perante esta questão central foi possível identificar as seguintes questões derivadas:

- 1 – De que forma a conjuntura macroeconómica influencia todo o processo de reequipamento e modernização das FA?
- 2 – Quais são os vectores de relacionamento com a Indústria de Defesa Nacional (IDN)?
- 3 – De que forma se relaciona a Constituição da Republica Portuguesa (CRP) e os documentos estruturantes da defesa nacional, com o processo de reequipamento das FA?

Face às questões levantadas, admitimos como hipóteses para o nosso estudo as seguintes:

1. A despesa na Defesa é um investimento na economia Nacional.
2. O reequipamento das FA assume-se como factor de extrema importância para a prossecução do novo tipo de missões atribuídas pelas Organizações Internacionais às quais pertencemos.
3. A sustentação orçamental imposta actualmente permite concretizar os projectos de reequipamento em curso desde que exista um planeamento financeiro de longo prazo que contemple as dificuldades orçamentais existentes.
4. O Desenvolvimento do sector empresarial na área da Defesa é exequível.
5. A utilização conjunta de forças e sua interoperabilidade de modo a reestruturar o dispositivo poderá otimizar os recursos existentes.

Hipóteses que respondem respectivamente às questões derivadas:

- 1 e 3 respondem à 1; 4 responde à 2; 2 e 5 respondem à 3.

O Trabalho de Investigação Individual (TII) apresenta uma organização e conteúdo estruturados numa introdução e três capítulos, apresentando-se por último as conclusões e as recomendações.



Para dar resposta à questão identificada propomo-nos começar por fazer uma abordagem à PDN, sendo efectuada uma análise à Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), seguir-se-á uma incursão pela PDN, na qual iniciaremos por a enquadrar do ponto de vista legislativo. No segundo capítulo, vamos analisar os programas de reequipamento das FA, o Programa do XVII do Governo Constitucional, o Planeamento Estratégico de Defesa Nacional (PEDN), o Ciclo Bienal de Planeamento de Forças (CBPF), a LPM e o PIDDAC. No terceiro capítulo analisaremos a importância da IDN no âmbito dos processos em curso, na aquisição de novos equipamentos militares. Nesta fase do trabalho, tencionamos apurar quais as vantagens económicas para Portugal.



2. Política de Defesa Nacional

“Nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que hoje em dia se colocam”

Javier Solana³

Na actual conjuntura internacional ressaltam novas oportunidades para o uso de instrumentos político-militares tendo em vista a manutenção da segurança através do diálogo, da prevenção de conflitos, de missões de paz, da cooperação e do consequente papel das FA como apoio das actividades desenvolvidas pelo Estado no âmbito da política externa⁴.

A capacidade para fazer face a estes desafios evidencia o carácter inter-ministerial da defesa como estratégia integral do Estado, o que implica a clara definição de objectivos. Os objectivos permanentes da DN encontram-se expressos na CRP, mas para os alcançar há que tomar opções e difundi-las aos vários departamentos do Estado tendo sempre em vista as grandes aspirações do país, ou seja, o bem-estar, a justiça social e a segurança dos cidadãos⁵.

a. Legislação Estruturante

A Política de Defesa Nacional estará sempre em consonância e subordinada a vários normativos legais que importam referenciar. A montante e como garante da soberania nacional, a CRP (4ª revisão, 20SET97), enquadra o conceito estabelecido na Lei nº 29/82, de 11 DEZ, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) e na Lei nº 111/91 de 29AGO, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), o Conceito Estratégico Militar (CEM), confirmado em Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), resulta do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).

Assim, o CEM passa a encarar uma nova realidade da geopolítica mundial, com a redefinição das relações entre Estados à escala Mundial. *“Como membro da União*

³ Alto Representante para a PESC. Frase retirada do Documento Solana (Uma Europa segura num mundo melhor. Estratégia europeia em matéria de segurança), Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003.

⁴ A PDN tem carácter permanente, exerce-se a todo o tempo e em qualquer lugar, tem natureza global, abrangendo uma componente militar e componentes não-militar. A LDNFA define os Objectivos Permanentes da PDN e os governos definem os objectivos actuais decorrentes dos Programas do Governo.

⁵ Nogueira, José: Pensar a Segurança e Defesa, Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional, 2005, Lisboa



Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN), Portugal deve assumir responsabilidades perante os seus parceiros no que diz à participação em missões de paz, como garante da paz e da segurança mundial” (Palmeira, 2006), tendo sempre por fundo e como base a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas⁶ estabelece, no seu art. 3º, que a DN é igualmente exercida no quadro dos compromissos internacionais, competindo ao Primeiro-Ministro dirigir a actividade interministerial tendente à execução da PDN, de acordo com a alínea e) do n.º 1 do seu art.43º. *“Por sua vez, compete ao Ministro da Defesa Nacional, entre outras, estabelecer as relações de carácter geral entre o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e os demais departamentos oficiais, coordenar e orientar as acções relativas à satisfação dos compromissos internacionais decorrentes de acordos internacionais e coordenar as relações com ministérios congéneres e com as organizações internacionais de carácter militar”* (Palmeira, 2006). A Lei Orgânica do MDN⁷ refere-se à Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) como o serviço de estudo e assessoria técnica no âmbito das grandes linhas de acção de PDN, especialmente no quadro estratégico das relações internacionais (Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro).

Ao Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) compete todas as tarefas relacionadas com o emprego operacional, competindo ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA⁸) exercer o comando completo das FA em estado de guerra e o seu comando operacional em tempo de paz (Decreto-Lei n.º 48/93, de 26 de Fevereiro).

Do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado em Janeiro de 2003, releva-se a prevenção de conflitos externos, pelo reforço da participação nas instituições e organizações internacionais que visam materializar o diálogo, a cooperação e a participação nos esforços colectivos de segurança. Respeita-se a observância dos compromissos assumidos na afirmação de um alinhamento europeu e atlântico. No plano militar, o CEDN afirma que se deve providenciar no sentido de que as FA possam actuar, para além do âmbito das missões específicas e fundamentais da defesa militar da República, como instrumento da política externa do Estado.

⁶ Com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 41/83 de 21 de Dezembro, 111/91 e 113/91 de 29 de Agosto, 18/95 de 13 de Julho, e pela Leis Orgânicas n.º 3/99 de 18 de Setembro e 4/2001 de 30 de Agosto e Lei Orgânica nº2/2007, de 16 de Abril.

⁷ Com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 211/97 de 16 de Agosto, 217/97 de 20 de Agosto, 263/97 de 2 de Outubro e 290/2000 de 14 de Novembro.

⁸ Consultar Anexo A: Estrutura orgânica e funcional da DGPDN



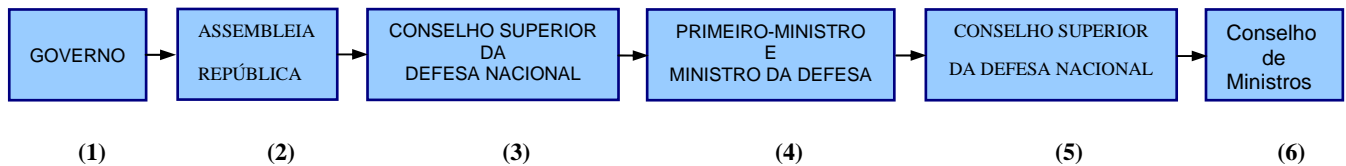
Finalmente, menciona-se que o sistema de forças a constituir deve assegurar as capacidades para satisfazer os compromissos assumidos internacionalmente e colaborar nas operações de manutenção ou de estabelecimento de paz, integradas em forças multinacionais a constituir no âmbito internacional: ONU, OTAN e da UE, devendo os programas de desenvolvimento a implementar irem no sentido de permitir que essas capacidades estejam coordenadas, preferencialmente, com as da OTAN e da UE. É de referir ainda que, estando a estratégia de DN ao serviço da preservação do Estado soberano e independente, a sua preservação e independência passa também pela promoção de políticas que valorizem o papel de Portugal nas instâncias internacionais relevantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 2003).

Do Conceito Estratégico Militar realça-se o alinhamento que deve ser assumido para a definição das possíveis opções de actuação das FA, em acordo com o referido no CEDN, como as áreas prioritárias para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural: a OTAN; a PESD; a ONU (onde é realçada a importância de, sob a sua égide, participar em operações de apoio à paz e humanitárias); a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

O Conceito Estratégico da Defesa Nacional, no seu ponto 7.2, define que “*o sistema de segurança e defesa de Portugal tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica (...)*” e prossegue, salientando que “*a OTAN corresponde à melhor opção de Portugal no quadro de defesa do nosso espaço estratégico e da nossa valorização estratégica*”. No que diz respeito ao vínculo transatlântico, o mesmo documento sublinha a necessidade de se manter o bom relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos da América (EUA), expressando a posição nacional relativamente à opção pela “*visão de complementaridade e articulação entre as políticas de defesa e segurança que se desenvolvem na OTAN e na UE (...)*”, em alusão ao reforço do pilar europeu da OTAN. É clara a tendência atlântica portuguesa no âmbito da segurança e defesa, complementada com a opção pelo pilar europeu da OTAN, posição tradicionalmente assumida por Portugal no seio das instituições europeias. Resumindo-se no seguinte esquema, o processo de elaboração do CEDN:



Esquema 1: Processo de elaboração do CEDN



- (1) Elabora e apresenta à Assembleia da República as Grandes Opções do CEDN.
- (2) Debate as Grandes Opções do CEDN.
- (3) Dá parecer sobre as grandes Opções CEDN.
- (4) Elaboram e propõem ao Governo o CEDN, recebendo a colaboração dos outros Ministérios e ouvindo o Conselho de Chefes de Estado-Maior, que dá parecer.
- (5) Pronuncia-se sobre o CEDN.
- (6) Aprova o CEDN, previamente definido pelo Governo.

Assim, foram definidas como orientações no Programa XVII do Governo Constitucional “*garantir a segurança do Estado e dos cidadãos*” e criar a “*capacidade para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz*”. As medidas para alcançar tal desiderato passam por uma lógica de segurança cooperativa e por uma adequação a este novo quadro das Missões e respectivas capacidades a atribuir às FA.

A adequação das FA ao novo contexto requer um processo de modernização, “*temos que identificar a tipologia dos meios, recursos e capacidades que se consubstancia um determinado potencial estratégico*” (Abreu, 2002, 59), assumida num conjunto de oito prioridades que se descrevem:

- Consolidação e sustentabilidade da profissionalização das FA;
- Modernização dos equipamentos e requalificação das infra-estruturas;
- Sustentação orçamental;
- Desenvolvimento do sector empresarial na área da Defesa;
- Reforma dos diplomas legais da DN e das FA;
- Reforma do modelo de organização da Defesa e das FA;
- Reforma do Sistema de Saúde Militar;
- Reforma do Ensino Superior Militar.

No documento oficial, “*Grandes Opções do Plano 2005-2009 Principais Linhas de Acção e Medidas em 2005-2006*”, são definidos três capítulos correspondendo às Grandes Opções do Plano 2005-2009, às principais linhas de acção e às grandes opções de política de investimento.



b. Contributos de Portugal para a Política Europeia de Segurança e Defesa

De acordo com Nuno Severiano Teixeira⁹, a Portugal potência média, mas geograficamente periférica, interessa estar no centro da construção europeia¹⁰. Ou seja, o interesse nacional aconselha a presença portuguesa em todas as cooperações reforçadas. Considera fundamental, tal como foi anteriormente a presença na moeda única, a participação nos núcleos militares, como a PESD e as missões militares sob comando da UE¹¹. Em suma, o caminho mais curto para superar a periferia geográfica é a centralidade política.

O Tenente General Pinto Ramalho¹², faz referência aos vários espaços de inserção estratégica de Portugal, onde é referida a UE, e que deve ser tida em conta na definição de orientações estratégicas a difundir. Assim sendo, são considerados objectivos da PDN, a participação na construção e consolidação da PESD no seio da UE, mas também a preservação da OTAN como referência da defesa colectiva, com vista à manutenção dos laços transatlânticos.

Os compromissos assumidos no seio da OTAN e da UE, no âmbito da Defesa Colectiva e Segurança Cooperativa (DCSC), acabam por pesar na definição da PDN.

Do exposto anteriormente, ressalta a importância da participação portuguesa numa força militar no contexto da UE, reforçando a ideia de que as questões de defesa e de segurança internacional, não são equacionáveis de um ponto de vista estritamente nacional, devendo ser pensadas no quadro das organizações multilaterais com responsabilidade na área, como a UE. Em suma, a fronteira de segurança portuguesa está muito para lá da fronteira geográfica. Os interesses estratégicos e de segurança portugueses estão no Atlântico, na Europa e em particular na Europa do Sul e Mediterrâneo.

Ou seja, Portugal procura reforçar-se em ambos os tabuleiros, orientando a sua posição político-diplomática para não ficar secundarizado na Europa, sendo favorável a uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) que, sobretudo pela obstinação britânica e pelas reticências americanas, de todos conhecidas, continuará a decorrer no quadro da OTAN.

⁹ Desde 03 Julho 2006, Ministro da Defesa Nacional do XVII Governo Constitucional.

¹⁰ Ver o artigo escrito no Diário de Notícias de 9 de Fevereiro de 2005, “O Interesse nacional ainda existe”.

¹¹ Portugal tem uma representação permanente na UE que é a REPER, onde são definidos a nível Europeu os mecanismos de desenvolvimento de capacidades e financiamento das operações militares “ATHENA”. Conferência realizada na REPER em 28 de Abril de 2008 ao CEMC.

¹² No artigo “Linhas de acção estratégica da política de defesa nacional” in *O Mundo em Português*. Consultado no site <http://www.ieei.pt/index.php?article=1409&visual=4>, em 22 de Outubro de 2007.



c. A Economia como Mecanismo de Condução da Política Defesa Nacional

Não vão muito recuados os tempos em que ao factor económico se atribuíra diminuta importância no domínio da conflitualidade internacional. Eram os aspectos político-militares que tinham uma acção preponderante e decisiva pelos resultados espectaculares obtidos. A defesa assentava quase que exclusivamente no vector militar.

Este conceito de defesa, demasiado estreito, foi ultrapassado pelos acontecimentos e, actualmente, a componente militar parece já não ter, por si só, condições para assegurar uma efectiva defesa nacional no quadro das relações internacionais contemporâneas. *“Hoje, a lógica da defesa totalizante abarca a necessidade de protecção de todas as vulnerabilidades nacionais pois que qualquer uma delas (não só as militares, nem predominantemente as militares) pode pôr em causa a segurança de um Estado”* (Veríssimo, 2007: 153). Assim, particularmente, os países que não reúnem condições para entrar na competição dos meios militares (como parece ser o caso de Portugal) e que se encontram mais vulneráveis, têm uma necessidade (e obrigação) acrescida de preparar a sua defesa envolvendo todas as suas componentes: militares e não militares.

Neste particular, a componente económica da defesa assume, hoje, para muitos países, uma importância fundamental.

A economia surge, assim, como um dos mais influentes domínios de acção da estratégia global de um Estado e do vector económico da defesa, é fruto da relação económica intensa a que actualmente se assiste, o que vem assumindo maior relevância nas sociedades actuais.

“A Economia de Defesa visa por um lado racionalizar e minimizar os custos, garantindo eficácia ao sistema de segurança e defesa e, por outro, procura obter um maior retorno dos recursos utilizados tendo em vista o desenvolvimento económico e social, indústria, serviços, sistema científico e tecnológico, apoio ao desenvolvimento nacional, formação, vigilância da zona marítima e protecção civil.”¹³

A estratégia económica portuguesa tem que ser de afirmação externa, pela qualidade e com base na valorização de competências, em concorrência num espaço onde não existem fronteiras económicas à escala mundial.

De qualquer modo, existem agora dois factores incontornáveis e determinantes que provocam a mudança, independentemente da nossa vontade: A concorrência externa

¹³ Publicação electrónica: Síntese “EuroDefense”-9: A economia de Defesa – Sua integração no planeamento estratégico, Lisboa Setembro de 2006.



resultante da globalização e do alargamento, que conduzirá às deslocalizações e redução dos postos de trabalho não competitivos; A nova condicionalidade associada aos fundos estruturais e as previsíveis limitações do novo Quadro Comunitário de Apoio.

O conceito global de DN só se materializa quando todas as componentes se articulam perfeitamente. A defesa, sendo uma questão nacional, é não apenas militar mas também cultural, económica e política na mais ampla acepção da palavra. Neste sentido, só uma estratégia integrada, concebida no plano global do Estado, poderá responder com credibilidade à defesa dos interesses nacionais e aos desafios do mundo de hoje, pelas sinergias que se obterão através de uma adequada e harmoniosa articulação entre as componentes militar e não-militares da DN.

Síntese conclusiva

As FA são ao nível da PDN, consideradas essenciais como factor dinamizador e de projecção internacional da política externa Portuguesa, quer nas Organizações Internacionais (ONU, NATO), quer na UE. Com a atribuição de novas missões nos últimos anos, derivadas do surgimento de novas ameaças, as FA para cumprirem as suas missões devem possuir determinadas capacidades interligadas com as da UE e da NATO, num quadro cada vez mais de segurança colectiva e abrangente, em que cada vez mais é necessário projectar forças fora no nosso território nacional para apoio humanitário e de paz, torna-se para o nosso país considerar como acção prioritária o reequipamento e modernização das FA.

Apesar de durante muitos anos, o investimento ter decrescido os governos nesta última década e apesar dos constrangimentos orçamentais, apostaram em planear a curto e médio prazo a aquisição de novos equipamentos militares, e como prova disso consideramos a Resolução de Conselho de Ministros de Fevereiro último um bom exemplo, onde são apontados objectivos claros para alcançar a tão desejada substituição de meios e infra estruturas.

No entanto, consideramos que só a utilização conjunta de forças, meios e infra estruturas e a sua interoperabilidade, permitirá alcançar resultados positivos e otimizar os recursos disponíveis, que são escassos.

Consideramos assim que, esta confirmada a hipóteses: dois e cinco. Tendo-se identificado a forma e meio como esta explanado nos documentos estruturantes de defesa nacional, o planeamento e programação do reequipamento das FA.



3. O Processo de Reequipamento e Modernização das Forças Armadas

“A necessidade de adquirir capacidades militares para ir ao encontro das aspirações e estratégias da Europa é mais urgente do que nunca. Sendo então necessário para dar resposta aos novos desafios da indústria da defesa. A Agência facilitará esses objectivos.”

Javier Solana, Alto representante da Agência Europeia de Defesa (AED)

Durante a década de oitenta assistiu-se a um processo contínuo e lento de adaptação das FA ao ambiente estratégico euro-atlântico e à subordinação do poder político democrático, assumindo-se no final desse período o imperativo nacional da sua modernização no seu triplo sentido (política dos 3R's) de Reestruturação, Redimensionamento e Reequipamento, sintetizado na expressão de iniciativa ministerial “*menos forças, melhores forças*”, pese embora as acções desenvolvidas ao longo do tempo (a própria Lei quadro da LPM foi aprovada em 1986 destinando-se à obtenção dessas “*melhores forças*”) portadoras de melhorias qualitativas, foram sempre dirigidas ao “*menos*” em detrimento do “*melhor*”, prejudicando a coerência total do edifício de política de defesa e a recuperação do atraso estrutural e tecnológico em relação a outros países dentro do espaço geoestratégico em que nos inserimos.

Apesar dos vários regimes de governo não terem dinamizado, como seria desejável num Estado soberano, em que os projectos de reequipamento foram sistematicamente protelados ao longo dos anos não permitindo a modernização das FA, em todas as suas vertentes e capacidades para o desempenho de missões em aliança ou autarcia, não impediu que em momentos-chave, as FA estivessem presentes à chamada da diplomacia, da afirmação estratégica, da vontade soberana do poder político, da concretização de um compromisso internacional, garantindo a credibilidade e o respeito da comunidade internacional.

a. O Programa XVII do Governo Constitucional e as Grandes Opções do Plano

O programa do actual Governo¹⁴ estabelece a necessidade de conduzir uma Reforma da DN e das FA integrada numa visão estratégica global, que seja sustentada por

¹⁴ Presidência do Conselho de Ministros, Programa do XVII Governo Constitucional, Lisboa.



uma atitude diferente na gestão política e técnica das questões de defesa, procedendo à reformulação, bem como à devida revisão dos documentos conceptuais e legais, designadamente dos: CEDN, CEM, Missões Específicas das FA, Sistema de Forças Nacional (SFN), Dispositivo de Forças, LDNFA, LOBOFA e LPM.

Outro objectivo definido é o de adequar as FA aos novos tempos, exigindo a sua modernização, eficiência, reequipamento, prestígio e dimensão, adequando tais bases ao exercício das missões que politicamente lhes são confiadas.

Entre várias medidas a adoptar menciona-se “a racionalização das indústrias de defesa, com vista à sua afirmação no quadro da indústria nacional e da base industrial e tecnológica europeia de defesa”.

É ainda referido que a programação financeira das FA é uma condição necessária para o cumprimento dos objectivos da PDN, tais como: * A modernização dos respectivos equipamentos para atingir esses objectivos; * A modernização das Indústrias de Defesa (ID) de reconhecido valor estratégico; * Dar eficiência à Investigação e Desenvolvimento (I&D) aplicável aos interesses estratégicos do país em estreita articulação com as empresas nacionais.

Podemos afirmar que objectivos e medidas semelhantes foram anteriormente definidas pelos diversos Governos, para a componente militar da PDN, com resultados sempre inferiores às expectativas e vontade política expressas.

De qualquer forma, o objectivo de investimento público nas FA relativamente a forças, equipamentos, armamentos e infra-estruturas, através da aplicação de elevados montantes de recursos públicos na aquisição de bens militares, deverá ser sempre associado à indústria nacional e orientado no sentido da sua valorização e integração na cadeia de valor da indústria europeia.

As empresas habilitadas com o conhecimento prévio dos programas inscritos na LPM, poderão em tempo útil proceder aos necessários estudos, preparando e melhorando as suas capacidades tecnológicas com vista aos novos desafios, assumindo oportunidades como no sector da construção naval militar e permitindo o incremento do valor acrescentado nacional das versões base dos navios, através de uma maior incorporação de componentes de origem nacional.

Desenha-se o empenhamento do Governo, pese embora as dificuldades económicas, em modernizar as FA, de forma a dotá-las de capacidades operacionais capazes de responder às missões constitucionalmente consagradas e que também resultam dos seus compromissos internacionais.



No Orçamento de Estado (OE) 2003, o orçamento do MDN cresceu 2 por cento correspondendo a um aumento de 1,1 para 1,4 do Produto Interno Bruto (PIB), significando mais investimento face às despesas de funcionamento. Permitindo considerar o ano de 2003 como o início da modernização operacional das FA (construção de patrulhas oceânicas, modernização de duas esquadras de F-16 e dos P-3 Orion)¹⁵, reflectindo-se num crescimento de 24,5 por cento nas verbas inscritas no âmbito da LPM (de 174,6 em 2002 para 217,3 milhões de euros em 2003)¹⁶.

Simultaneamente as Grandes Opções do Plano definem como principais linhas de acção a implementar em 2007 e directamente relacionadas com este estudo, as seguintes: Garantia do efectivo reequipamento das FA; Modernização, racionalização e criação de infra-estruturas comuns, incluindo a racionalização do sistema de aquisição de armamento e equipamentos de defesa e a Reforma dos complexos das indústrias de defesa e dos estabelecimentos fabris das FA¹⁷.

b. O Planeamento Estratégico de Defesa Nacional

O Planeamento Estratégico de Defesa Nacional é o processo utilizado para estruturar, edificar e empregar as capacidades, que, designadamente nos domínios político, diplomático, económico e militar, permitem a consecução dos objectivos de uma política integrada de segurança e defesa nacional.

O equilíbrio entre dois antagonismos – necessidades identificadas de defesa e disponibilidade de recursos – é um problema cada vez mais complexo nas sociedades modernas, caracterizadas pelas exigências de cariz social e pelos designados “dividendos de paz”, que deverá envolver o empenhamento das autoridades políticas e a assunção conveniente dos riscos ou vulnerabilidades resultantes das opções assumidas, face ao referido antagonismo.

Esta dialéctica entre o equipamento desejável das FA, que os Chefes Militares preconizam, e o equipamento possível, que o Poder Político decide, pressupondo os riscos que pretende assumir, é conduzida utilizando um modelo fundamentado num raciocínio

¹⁵ Henrique de Freitas, Discurso do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes na sessão de encerramento das XX jornadas IDN-IEEE, Coimbra, Outubro 2002.

¹⁶ Relatório do Orçamento do Estado para 2003, Ministério das Finanças, Outubro 2002, pp.96-98.

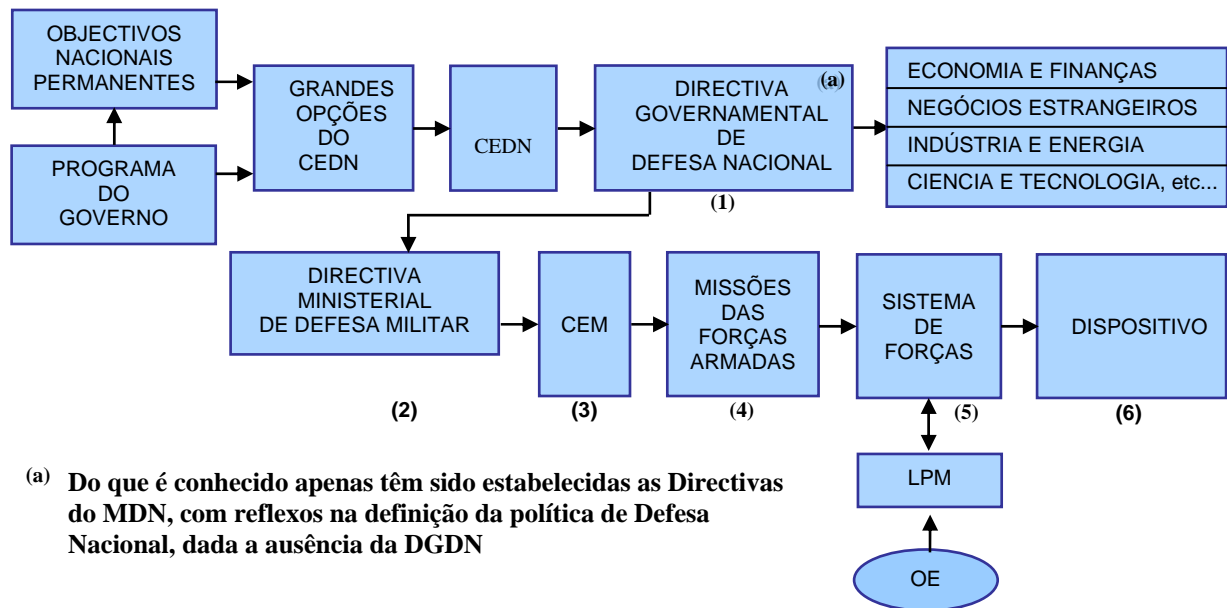
¹⁷ Grandes Opções do Plano 2007, Ministério das Finanças, Outubro de 2007.



lógico designado PEDN suportando uma análise exaustiva, tão actualizada quanto possível, dos elementos da situação estratégica.¹⁸

Nos termos da LDNFA e LOBOFA, o PEDN desenvolve-se de acordo com o seguinte fluxograma, expressando a participação das entidades e órgãos competentes /responsáveis pela elaboração da proposta, análise, parecer e aprovação dos diversos instrumentos que balizam o processo:

Fluxograma 1: Desenvolvimento do PEDN



(a) Do que é conhecido apenas têm sido estabelecidas as Directivas do MDN, com reflexos na definição da política de Defesa Nacional, dada a ausência da DGDN

(1) Governo e Primeiro-Ministro elaboram, Conselho de Ministros aprova a Directiva Governamental originando Directivas Sectoriais.

(2) Elaborada pelo Ministro da Defesa Nacional.

(3) Aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional (o Conselho de Chefes de Estado-Maior elabora o projecto do Conceito Estratégico Militar, após elaboração do ante-projecto pelo CEMGFA). É confirmado pelo CSDN.

(4) Elaborado pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior e definido pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, mediante proposta do MDN.

(5) Elaborado pelo CCEM e definido pelo CSDN, mediante proposta do MDN (o SFN é materializado através da LPM).

(6) Proposto pelo CCEM e aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional.

É na sequência deste longo e complexo processo de estudo, análise e discussão, no qual estão envolvidas as mais elevadas instâncias político-militares, em que as FA apresentam as suas “propostas de força” necessárias para o cumprimento das missões que lhes estão atribuídas e a dos correspondentes meios humanos e materiais.

¹⁸ MGEN/PILAV Luís Araújo, Ciclo Bienal de Planeamento de Forças – da Directiva de Planeamento da Força Aérea à metodologia para a sua execução – objectivos, procedimentos, execução e avaliação, Boletim nº14 do IAEFA, Maio 2001, p.p. 21-51.



No quadro da OTAN, de acordo com a estratégia estabelecida e com as missões particulares atribuídas a cada um dos seus principais comandos, são definidas para cada país membro os respectivos “objectivos de forças” a levantar ou a manter no período considerado, tendo em vista a obtenção das “capacidades militares” requeridas para o cumprimento daquelas missões.

Em concorrência e na sequência dos “objectivos de forças” estabelecidos, são também definidos os “objectivos de armamento”, entendidos como os sistemas de armas e equipamentos necessários às FA para atingir os objectivos de forças fixados, bem como, as capacidades militares necessárias para cumprir as missões atribuídas.

O planeamento da OTAN também estabelece requisitos (capacidades expressas em termos de tecnologias) de longo prazo para assegurar a indispensável antecipação e avanço tecnológico sobre os potenciais adversários.

No quadro nacional, não obstante o facto do CBPF ter recentemente introduzido o conceito de planeamento de longo prazo (15 a 20 anos,) o estabelecimento de programas de armamento e equipamento das FA, não considera ainda expressamente o conceito de “objectivo de armamento”, nem a sua definição de longo prazo, estando a ser primariamente definidos em função de vulnerabilidades e carências prementes, a suprir na óptica de muito curto prazo.

Esta situação torna quase inviável a desejável participação do sistema de I&D e das empresas ligadas à defesa, no processo de reequipamento das FA, como se pretende, por razões intrínsecas ao processo de concepção, desenvolvimento e produção de sistemas de armas

c. O Ciclo Bienal de Planeamento de Forças

As Forças Armadas, considerando as vantagens de um sistema de planeamento e programação consonante com os restantes países da OTAN, também adoptaram o modelo próprio desta aliança e assim, analogamente e em paralelo com o planeamento de defesa da OTAN, desenvolveram o seu próprio CBPF.

O Ciclo Bienal de Planeamento de Forças estabelecido pela Directiva Ministerial para o Planeamento Militar¹⁹, tem como finalidade garantir o enquadramento e a compatibilidade do SFN e Dispositivo com:

¹⁹ Ministério da Defesa Nacional, Directiva Ministerial de Planeamento Militar, Lisboa, 26 Junho 2000



- LPM e revisões;
- Política Nacional de Armamento e Equipamentos de Defesa;
- Política de Infra-estruturas;
- Política de Pessoal;
- Política Financeira.

Assim como, servir de suporte ao Planeamento Civil de Emergência, na sua acção primordial de apoio às FA em tempo de crise ou conflito. No sector do armamento, a finalidade pretendida materializa-se na preparação do Plano de Armamento (um dos planos de estrutura das FA).

Depois de estabelecidos os objectivos de forças necessárias a longo prazo, são definidos os objectivos de armamento nacional e, com base nestes objectivos, as condições de obtenção, orçamentação e financiamento (procurement) dos meios materiais (armamento, equipamento) indispensáveis para a sua prossecução.

Os projectos da LPM, ou da sua revisão, são desenvolvidos nos termos da respectiva Lei-quadro, tendo como base estes planos de estrutura das forças, nomeadamente os do Armamento, Infra-estruturas e Financeiro.

Os planos, garantem a coerência dos objectivos e da convergência dos meios, que vigorarão para os dois anos seguintes, até à conclusão do novo CBPF e consequente revisão da LPM em vigor.

Este ciclo inicia-se, por regra, em Outubro dos anos pares com as análises (ou reanálises, conforme aplicável) das missões e da situação militar, pelos Estados-Maiores dos ramos e EMGFA, assim como, pela avaliação da situação política, económica, financeira, do pessoal, do material e militar pelo MDN. As conclusões dessas análises convergem para a elaboração da Directiva Ministerial de Defesa Militar, realizada entre Dezembro desse ano e Janeiro do ano ímpar (seguinte).

Esta Directiva Ministerial pode eventualmente implicar, a reanálise do CEM pelo Conselho dos Chefes de Estado-Maior (CCEM), estabelecendo as orientações para as Directivas de Planeamento de Forças do CEMGFA e dos CEM dos ramos das FA, com base nos quais são elaboradas as “Propostas de Forças”, entre Abril e Maio deste ano ímpar. Segue-se o estudo da exequibilidade das propostas em termos do pessoal, do material e finanças, bem como da sua aceitabilidade política, pelos competentes órgãos e serviços do MDN.



Esta fase do processo conclui-se pela apresentação, no final do ano, do projecto de "Objectivos de Forças Nacionais".

Aprovados os Objectivos de Forças pelo MDN, até Fevereiro do ano par seguinte, dois anos após o início do processo, são eles que fundamentam os Planos do Pessoal, de Armamento, de Infra-estruturas, Financeiros, Logísticos e de Comunicações e Sistemas de Informação que, por seu lado, servirão de base à elaboração ou à revisão da LPM vigente.

Os planos não têm sido elaborados, reduzindo em consequência a capacidade de coordenação entre os sectores referidos, todos parte integrante e indispensável para o oportuno e consistente levantamento de uma "força" ou para a criação de uma "capacidade".

Uma recente directiva ministerial alterou o desenvolvimento do CBPF, de forma a considerar a necessidade de uma correcta definição dos referidos "objectivos de armamento". Todavia, ainda não é conhecida a materialização desta importante reforma através da criação de estruturas de coordenação, entre os órgãos e serviços centrais do Ministério com os seus correspondentes de Estados-Maiores militares, com o sistema científico e de I&D, com as indústrias ligadas à defesa e da definição da metodologia a seguir para o efeito.

d. A Lei de Programação Militar

O art. 26º da LDNFA determina que, a previsão de despesas militares a efectuar pelo Estado no reequipamento das FA e nas infra-estruturas de defesa, deve ser objecto de planeamento a médio prazo através de planos de investimento público mediante a LPM, os quais são aprovados pela Assembleia da República (AR).

Por outro lado o art.44º da LDNFA, atribui competência ao MDN para: dirigir a execução da política nacional de armamento, para orientar a elaboração das propostas da LPM, bem como, orientar e fiscalizar a respectiva execução.

A Lei de Programação Militar tem como primeiro objectivo, dotar de uma forma programada as FA com os sistemas de armas e equipamentos indispensáveis ao cumprimento das missões que lhes estão atribuídas, e como segundo objectivo, mas não menos importante, constituir um investimento mobilizador e dinamizador do sistema científico-tecnológico e da base industrial nacional de apoio.



De acordo com concepções recentes²⁰, o planeamento estratégico de armamento e equipamento de defesa a longo prazo tem em vista proporcionar ao sistema científico e tecnológico e à indústria nacional os seguintes melhoramentos: A avaliação das suas possibilidades e conveniências na participação no ciclo de desenvolvimento dos sistemas de armas; Potenciar mais valias mediante a aquisição de novas capacidades e competências científicas, tecnológicas e industriais, reforçando a dinâmica de internacionalização das empresas nacionais; Habilitar o estudo e decisão com oportunidade, do modelo de aquisição a adoptar, com a correspondente avaliação global e programação financeira dos encargos decorrentes da utilização dos meios e harmonizar e compatibilizar o PEDN com o correspondente planeamento da OTAN.

A Lei de Programação Militar é elaborada por programas plurianuais valorizados a preços do ano da respectiva aprovação, competindo a cada Estado-Maior, de acordo com despacho do CEM, definir a programação que deve ser submetida à consideração do Ministro da Defesa Nacional.

Anualmente integrados no programa plurianual, são elaborados os subprogramas que vão ser desenvolvidos. O encargo anual de cada um dos programas, por classificação económica, é incluído na proposta orçamental de cada ramo.

A Lei de Programação Militar apresenta-se, assim, como um verdadeiro orçamento-programa, onde tendo em consideração os objectivos a atingir, são desenvolvidos programas plurianuais que depois de aprovados pela AR, são desdobrados em subprogramas anuais baseados em actividades e incluídas no orçamento tradicional.

A 1ª reformulação da LPM em vigor criou uma nova estrutura de identificação dos programas de investimento em correspondência com o previsto no art.13º, da Lei 5/2001, o qual prevê a decomposição dos programas em: medidas, projectos, sub projectos e elementos de acção.

Este modelo, para além de servir de instrumento de preparação das decisões públicas, permite na sua execução fazer um adequado acompanhamento financeiro e material dos programas, analisar desvios e verificar a que ritmo os objectivos estão a ser atingidos.

A abordagem plurianual da LPM é absolutamente determinante, tendo em conta a máxima rentabilização dos créditos orçamentais atribuídos à DN, no âmbito das prioridades globais da política do Governo. A referida rentabilização de recursos

²⁰ Lei orgânica nº4/2006, Aprova a LPM, 29 de Agosto de 2006.



disponíveis vem exigir por si só, como corolário, a integração dos métodos de execução dos programas por parte dos ramos, permitindo obter uma visão global e articulada dos orçamentos de funcionamento e de investimento. Tal visão, é da maior importância para se poder verificar o impacto que a aquisição de novos meios pode ter no multiplicador da despesa, ao nível do pessoal e do funcionamento (operação e manutenção).

Por outro lado, o carácter plurianual da LPM é um referencial para o tecido produtivo português, possibilitando projectos coordenados com a indústria nacional e a sua promoção através da negociação de contratos de contrapartidas resultantes de aquisições exteriores.

e. Execução dos Programas

Conforme já mencionado, a LPM prevê uma revisão bienal que permite e caso os objectivos de força o aconselhem proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos e outros programas, inscrever novos programas, bem como, a celebração de contratos plurianuais que assegurem a completa execução dos programas, por transição dos saldos eventualmente verificados no fim de cada ano económico para o orçamento do ano seguinte, em reforço da dotação dos mesmos até à sua finalização.

O encargo anual relativo a cada um dos programas pode mediante aprovação do MDN, ser excedido até um montante não superior a 30 por cento do valor inscrito para o ano em causa, desde que este não inviabilize a execução de outros programas. Tendo sempre em consideração, que o total de encargos orçamentais não pode ser em cada ano, superior à soma dos respectivos valores fixados na LPM.

As Forças Armadas consideram que o seu reequipamento continua a apresentar graves deficiências, quer em quantidade, quer em qualidade.

As dificuldades de execução dos planos e as demoras nos processos de reequipamento têm sido uma realidade com evidentes consequências negativas para o cumprimento das missões atribuídas, face à sistemática não disponibilização dos meios financeiros para suporte dos programas de reequipamento através do seu mecanismo próprio, a LPM.

O processo de aquisição de equipamentos militares tem sido condicionado ao longo destes últimos anos, por graduais reduções dos orçamentos atribuídos à defesa numa lógica de consolidação orçamental, imposta pela política económica definida pelo Governo. Esta



regra tem uma forte expressão na execução do principal instrumento de financiamento dos grandes investimentos na defesa, a LPM, porquanto, no ano de 2005 incidiram cativações sobre os montantes anuais de 37 por cento (Lei nº 55-B/2004, 30 Dezembro), nos anos de 2006 e 2007 de 40 por cento (Lei nº 60-A/2005, 30 Dezembro; Lei nº 53-A/2006, 29 Dezembro, respectivamente).

A instabilidade, a insegurança processual e o risco de assunção de encargos de financiamento que as situações indicadas anteriormente envolveram, para além da extrema dificuldade na aplicação da legislação relativa à aquisição de bens e serviços para a administração pública, (obrigando à realização de novos procedimentos de concursos públicos, facilmente contestáveis e sempre contestados na base de formalismos processuais), constituem grande parte da razão para os baixos níveis de execução financeira e material da LPM, com o consequente reflexo negativo nos processos de obtenção dos sistemas de armas e equipamentos, cada vez mais indispensáveis e prementes para o cumprimento das missões das FA.

Seria de esperar que, a inscrição de um programa de aquisições de determinados equipamentos ou capacidades militares na LPM, fosse o culminar de um processo de decisão do qual se iniciaria a sua imediata concretização de acordo com o calendário e o fluxo financeiro aí estabelecidos.

Conforme a prática vem demonstrando, a inscrição de um programa da LPM apenas indica a validação pela AR, sob proposta do Governo de uma intenção de aquisições de determinada capacidade militar.

A percentagem de atribuição real de verbas da LPM situa-se sistematicamente a níveis muito baixos 47,4 por cento (de 1993 a 2001) e 31,82 por cento (em 1999), conforme indicado no anexo E, mesmo considerando que a Lei do OE permite a utilização por transferência, de 10 por cento da verba anual da LPM para cobrir encargos com a preparação, operação e treino das forças.

Verifica-se igualmente, na prática, um desvirtuamento da finalidade principal dessas verbas, isto é, o investimento na componente militar do SFN, pela aplicação desses montantes na cobertura de lacunas resultantes de um orçamento de funcionamento insuficiente para sustentar a operação e manutenção dos meios.

Se os recursos financeiros alocados pelas sucessivas LPM tivessem sido efectivamente aplicados na íntegra, sem redução de dotações orçamentais, sem redução de transferência de saldos, sem cláusulas de reserva, sem inexplicáveis demoras nos processos de tomada de decisão, intercalares ou finais dos responsáveis políticos, sem criação de



condições estruturantes para a melhoria do nível de execução anual, muito mais avançados estaríamos certamente neste processo de reequipamento.

A despesa com a DN quando chega à opinião pública desperta acentuada crítica, isto porque, os números são frequentemente desacompanhados de informações que possibilitem um entendimento correcto da sua razão de ser. Outra discrepância acontece no cálculo de estimativas para a despesa na defesa em % do PIB²¹, verificando-se a existência de distintas lógicas de classificação e agregação de despesas, implicando uma distorção das análises comparativas que são elaboradas sobre os respectivos orçamentos. Devemos assim, analisar os números e o seu comportamento ao longo de um determinado período de tempo, comparando com os dados similares de outros países da OTAN²², para sabermos em concreto o que as FA representam na realidade em “dimensão” e “encargo” para a nação.

A análise dos números deverá ser feita pela “natureza das despesas”, com o objectivo de se saber como se encontra distribuída e agregada. De acordo com o Anuário Estatístico 2006 e tendo em conta o classificador de despesas públicas, elas poderão ser divididas em (pessoal, operação e manutenção e capital).

(1) O Reequipamento da Marinha²³

A listagem das missões específicas das FA²⁴ foi definida pelo CSDN (08JAN98), salientando-se as missões consideradas conjuntas nomeadamente:

- Contribuir para a OTAN e para Forças Europeias, com forças e meios navais, terrestres e aéreos, com graus de prontidão acordados, para satisfação dos compromissos assumidos;
- Contribuir com forças e meios para assegurar apoio às acções de política externa, nomeadamente na gestão de crises, em missões de apoio à paz e de carácter humanitário, conduzidas sob a égide da ONU ou da UE;

²¹ A NATO propõe que seja 2%, mas Portugal está muito abaixo. Situa-se em 2006 em 1,3% (Anuário Estatístico 2006).

²² Semestral statistical Memorandum- Basic statistical data on effort and economic development of NATO countries. Portugal é o país que menos gasta à excepção do Luxemburgo.

²³ Ver Apêndice D

²⁴ Estado-Maior da Armada, “Análise das Missões e da Situação”, 16 Novembro de 1998. Ministério da Defesa Nacional, Missões Específicas das Forças Armadas – MIFA 04, Lisboa, 2004



- Realizar missões de protecção/evacuação de cidadãos nacionais em território estrangeiro, de acordo com as orientações definidas superiormente e executar as tarefas resultantes dos acordos de Cooperação Técnico-Militar (CTM) estabelecidos, designadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e com o Brasil.

Das missões específicas da Marinha, destacam-se:

- Aprontar e manter os meios necessários para garantir a mobilidade operacional, a estratégica e a flexibilidade de emprego de forças;
- Aprontar e manter com os graus de prontidão estabelecidos, as forças necessárias para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos e as necessidades de apoio à política externa do Estado.

O poder naval, ou seja, a componente naval do poder militar, pode definir-se como o conjunto de meios predominantemente navais de que um País dispõe para contribuir, pela coacção, para a realização de objectivos marítimos e militares.

O principal instrumento do poder naval – a Força – inclui os navios, aviação orgânica, unidades de fuzileiros e de mergulhadores, a par de elementos de segurança (instalações navais) e de transporte, podendo-se afirmar que o poder naval se consubstancia praticamente na Marinha de Guerra.²⁵

A componente naval do SFN aprovado, corresponde ao mínimo de meios a partir do qual o País deixa de poder actuar de forma autónoma, quer nos arquipélagos quer em apoio das comunidades portuguesas ou da política externa do estado.

Estando o levantamento do SFN dependente dos montantes inscritos na LPM e do PIDDAC, cujos grandes programas virão dar uma dinâmica diferente à Marinha, permitindo cimentar significativamente a capacidade de cumprir a missão, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, nomeadamente os novos submarinos, o Navio Polivalente Logístico (NPL) e o reequipamento dos fuzileiros para além de outras capacidades como a de contra medidas de minas e a substituição das fragatas da classe “Cte. João Belo”.

²⁵ CALM Lopo Cajarabille, Papel das marinhas no âmbito da política externa dos estados, Cadernos Navais nr.2, GERE, Edições Culturais da Marinha, Junho-Setembro 2002, p.6



No planeamento que vem sendo elaborado, a Marinha considera as doze seguintes capacidades para a componente naval do SFN:

- Capacidade de comando e controlo;
- Capacidade submarina²⁶;
- Capacidade de projecção de forças;
- Capacidade oceânica de superfície,
- Capacidade de guerra de minas,
- Capacidade de reserva de guerra;
- Capacidade oceanográfica e hidrográfica;
- Capacidade de fiscalização;
- Capacidade de assinalamento marítimo;
- Capacidade de combate à poluição;
- Capacidade do sistema de autoridade marítima
- Capacidade da componente fixa.

Das quais, algumas estão inscritas no âmbito dos programas de reequipamento da LPM, em concordância com o modelo de uma Marinha de alto mar desejada para Portugal, com uma componente de unidades de menor tonelagem para actuar em áreas mais restritas das águas de jurisdição nacional e do mar interterritorial.

A única aquisição com valor militar foi realizada há doze anos com as fragatas da classe “Vasco da Gama” e helicópteros como meios orgânicos embarcados, cuja quantidade necessita de ser reforçada, projectos esses, que permitiram recuperar a componente aero-naval da Marinha.²⁷

A Lei de Programação Militar (para além de outros programas de investimento como o PIDDAC), constitui um importante instrumento para a renovação das principais unidades navais, para a situação da esquadra, dos projectos e propostas em desenvolvimento, correspondendo à opção minimalista da Marinha²⁸, baseada no critério de capacidades já mencionado anteriormente.

²⁶ No dia 21 de Abril de 2004 foi contratada a construção de dois submarinos do tipo U-209/PN, tendo o contrato entrado em vigor a 24 de Setembro do mesmo ano.

²⁷ VALM António Sachetti, A Marinha e a revolução nos assuntos militares, Cadernos Navais Nº1, GERE, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, Abril-Junho 2002, p.p. 31-37

²⁸ CALM Lopo Cajarabille, Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Estudos), Cadernos Navais Nº3, GERE Edições Culturais da Marinha, Lisboa, Outubro-Dezembro 2002, p.35



(2) O Reequipamento do Exército²⁹

À medida que entramos no século XXI, a doutrina de manobra poderá sofrer uma revolução induzida pela necessidade de dispor de forças aeromecanizadas. A Era da Informação caracterizada pelo conhecimento, velocidade e precisão está a suplantiar o modelo de forças da Era Industrial, caracterizada pela massa. A necessidade de dispor de forças mais projectáveis e prontas a ser empenhadas parece ser central à transformação de forças em vários países ocidentais.

No caso do Exército Português esses factores são também centrais, para além de ter de ser baseada na prontidão da força existente, dispor de uma força capaz de executar a Manobra de Precisão e Manobra de Profundidade, é um passo de gigante para que o Exército Português seja reconhecido com uma força capaz de acompanhar as exigências das operações em todo o espectro do conflito, mesmo numa conjuntura de dificuldades financeiras.

Em Março de 2006, o Exército acabou por ver aprovado o diploma que consubstancia a sua última reestruturação orgânica³⁰. Sendo o objectivo principal, transforma-lo numa força: operacional, projectável, permanente pronta a ser empenhada.

(3) O Reequipamento da Força Aérea Portuguesa³¹

No que à Força Aérea Portuguesa (FAP) diz respeito, as características de elevada especificidade dos sistemas de armas atribuídos, ou a atribuir, como sejam a velocidade, a mobilidade, o alcance e a flexibilidade de emprego em operações independentes ou em operações conjuntas e combinadas, conferem-lhe aptidões singulares para contribuir decisivamente para a concretização das acções militares nos cenários de emprego previsíveis. Em concreto, as capacidades da FAP deverão continuar a ser planeadas para a vigilância e defesa do espaço aéreo sob responsabilidade nacional e no espaço interterritorial, contribuindo para a liberdade de acção das Forças de Superfície, permitindo assim, o desenvolvimento de outras operações aéreas, designadamente:

- Transporte Estratégico e Tático;
- Patrulhamento e de Fiscalização;

²⁹ Ver Apêndice D e H

³⁰ DL n.º 61/2006 de 21 de Março.

³¹ Ver Apêndice D



- Busca e Salvamento e de Recuperação.

Esta estrutura de força terá capacidade para a execução de operações autónomas, designadamente no resgate e recuperação de cidadãos nacionais, bem como, acções de socorro e assistência em situações de catástrofe e de calamidade.

A aquisição, sustentação e desenvolvimento das capacidades que possibilitem a execução das missões referidas, são justificadas pela necessidade de o país ter ao seu serviço uma FAP coerente e credível, sendo certo que, o grau de credibilidade que lhe será atribuído internacionalmente, irá sempre ser avaliado em função do empenhamento e tenacidade que essa força manifestar na execução de acções autónomas.

Os novos sistemas de armas recentemente adquiridos pela FAP, estão já imbuídos da ideia de repartir a informação pela rede de comando e controlo, além de garantir a interoperabilidade em ambiente conjunto e combinado. Estes sistemas de armas integram-se nas capacidades definidas pelo CEDN, para satisfazerem aos objectivos nacionais e internacionais definidos por Portugal.

Entre os vários sistemas de armas incluídos na LPM para a modernização da FAP, destacamos três programas: F16; P3 e o EH101. O primeiro, consubstancia o ponto de partida em Portugal da aquisição de sistemas de armas de última geração e transforma os tradicionais conceitos de operação e sustentação na FAP. O P3, representa um nicho tecnológico em sistemas de armas de última geração. Por último o EH 101, representa uma mudança de mentalidades no domínio da aquisição na área de segurança e defesa, por ser adquirido por meio de “leasing operacional”.

f. Análise Financeira do Orçamento Estado relativo à Defesa

A despesa total consolidada do MDN, ascende a 2.046,6 Milhões de Euros (M€), o que representa cerca de 3,7 por cento do total da Administração Central e 1,3 por cento do PIB. Relativamente à estrutura do ODN (Orçamento da Defesa Nacional) constata-se que, a componente pessoal continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da defesa.



	2006	2007	Variação	2008	Variação
EMFGA	33,30	32,00	-1,8	32,50	1,8
Marinha	325,30	319,90	-1,1	321,60	0,5
Exército	520,10	496,60	-5,3	490,50	-1,2
Força Aérea	266,80	284,70	-4,5	254,40	2,3
LPM	179,90	(*) 201,60	11	313,40	36

Quadro 1: Despesa Total Consolidada – MDN

Fonte: Relatório OE2007/8 [consultado em 02MAI08] disponível na Internet em
<<http://www.dgo.pt/oe/2007/proposta/Relatorio/rel-2007.pdf>>

(*) O montante indicado corresponde ao valor mencionado no Relatório de Execução da LPM elaborado pela DGAED e aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional em 19 de Março de 2008. É de salientar que a taxa de execução financeira da LPM se situou em 50,2% segunda mais elevada nos últimos 6 anos e o grau de realização material situou-se em 67,9%.

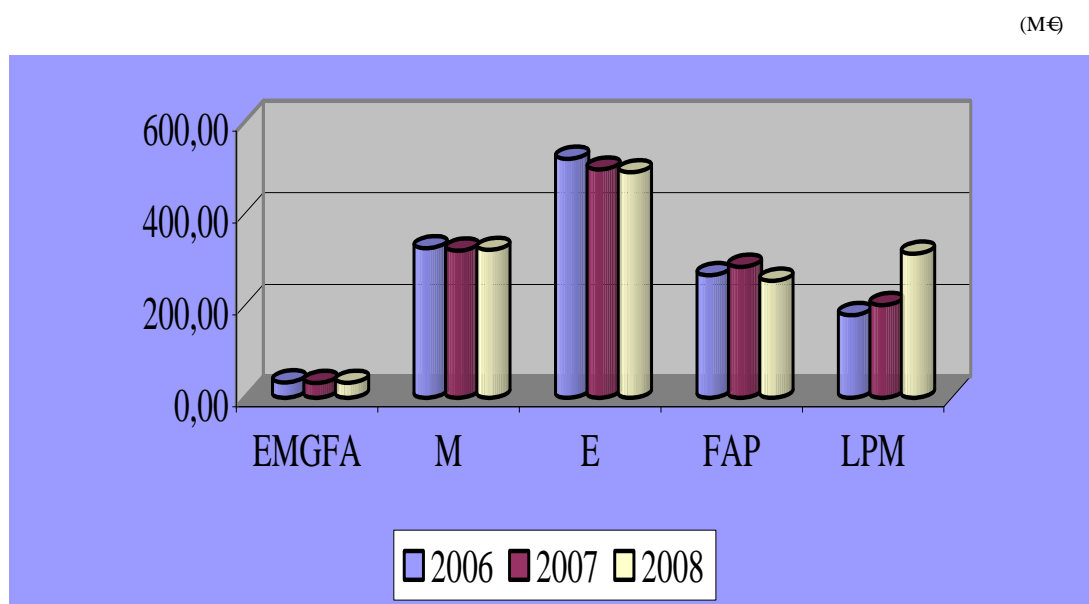


Figura 1: Representação Gráfica do Quadro 1

Fonte: Relatório OE2007/8 [consultado em 02MAI08] disponível na Internet em
<<http://www.dgo.pt/oe/2007/proposta/Relatorio/rel-2007.pdf>>

Comparativamente à estimativa de execução para 2006, o orçamento da despesa consolidado para 2007 revela um crescimento de 2,5 por cento, situação que se deve essencialmente ao acréscimo evidenciado pelos recursos afectos à LPM destinados a dar continuidade ao processo, já em curso, de reequipamento das FA.

A nova LPM, publicada a 29 de Agosto de 2006 (Lei Orgânica n.º 4/2006), tem por objecto a programação do investimento público das FA relativo a forças, equipamento, armamento, I&D e infra-estruturas com impacto directo na modernização e na operacionalização do SFN. De salientar o acréscimo verificado nos meios afectos ao



Investimento do Plano, com a atribuição de mais 24,4 M€ face a 2006, destinados fundamentalmente, ao financiamento respeitante ao ano de 2007 dos Navios de Combate à Poluição (NCP) e Navios Patrulha Oceânicos³² (NPO), a que acresce o financiamento comunitário, orçamentado em 11 M€ em 2007.

Relativamente à estimativa de execução para 2007, o orçamento da despesa consolidado para 2008 revela um crescimento de 8,5 por cento, situação que se deve essencialmente ao acréscimo evidenciado pelos recursos afectos à LPM, destinados a dar continuidade ao processo em curso de reequipamento das FA.

O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) contribui significativamente para o acréscimo verificado nos meios afectos aos Investimentos do Plano face a 2007, com a atribuição de mais 9,8 M€ destinados, essencialmente, ao financiamento da defesa e segurança marítima

Os 3 ramos sofreram cortes: o Exército, o mais penalizado, perde 1,2 por cento de volume de transferências (recebe 490,2 M€), seguindo-se a FAP, com um aumento de 2,3 por cento (254,8 M€) e a Marinha, com um aumento de 0,5 por cento (321,6 M€). O EMGFA também ganha, por seu turno, 1,8 por cento (32,8 M€).

A modernização e reestruturação das FA é outra das apostas do OE para este ano, propondo-se o executivo com as verbas disponíveis, proceder à implementação da nova estrutura superior da DN e das FA, avançar com o Centro de Altos Estudos da Defesa Nacional, os processos de revisão dos quadros de pessoal da Marinha, Exército e Força Aérea, par além das reformas do ensino superior militar e do sistema de saúde.

Os gastos com a LPM aumentam 36 por cento, a avaliar pelas verbas inscritas na proposta de OE para 2008, este acréscimo provoca um aumento de 8,5 por cento no orçamento da despesa consolidada na defesa. Dos 187 M€ estimados este ano, a despesa com a LPM sobe para 313 M€ em 2008, tudo para modernizar as FA através de forças, equipamento, armamento, investigação e infra-estruturas.

Este crescimento da despesa com a LPM vem de encontro a um recente apelo do CEMGFA, General Valença Pinto, para um reforço dos meios financeiros e para a modernização militar, referindo a aquisição de submarinos, fragatas, blindados, um navio polivalente, a renovação do armamento ligeiro e a compra de novos aviões de transporte da FAP, como exemplos reforço e modernização.

³² Em construção nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC)



	<i>Desp. Defesa/Desp. Pública</i>	<i>Desp. Da Defesa/ PIB</i>
2005	4,6	1,3
2004	4,2	1,3
2003	3,4	1,2
2002	3,2	1,1
2001	3,2	1,1
2000	3,3	1,2

Quadro 2: Despesa com a Defesa relativamente ao PIB/Despesa Pública

Fonte: Anuário estatístico da Defesa Nacional 2005

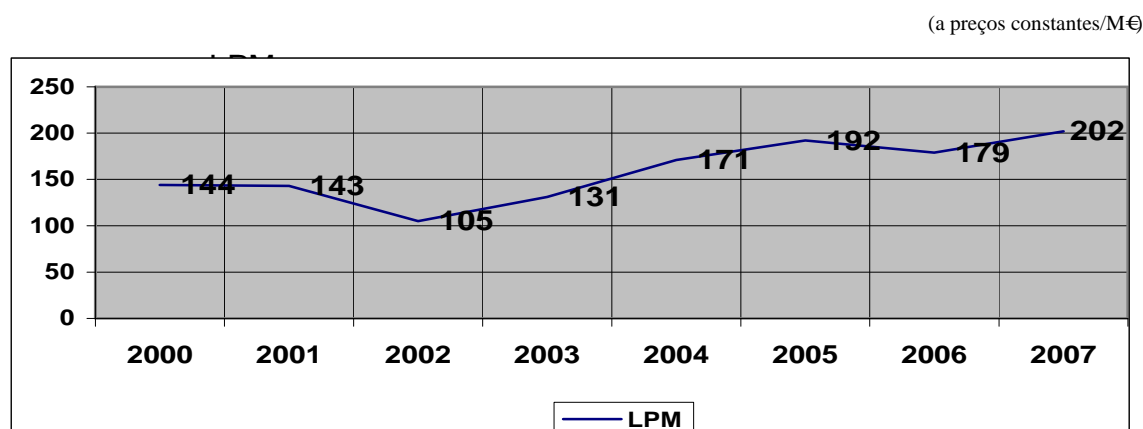


Figura 2: Evolução da Execução da LPM

Fonte: Anuário estatístico da Defesa Nacional 2005

Síntese conclusiva

Portugal país membro da UE, é obrigado a cumprir com o pacto de estabilidade estabelecido, muito dependente do exterior, com uma balança comercial deficitária e uma economia muito frágil, vê-se constantemente induzido a cumprir de forma rigorosa com os objectivos financeiros, dos sucessivos governos, de acordo com os indicadores macroeconómicos impostos. Apesar de que, na última década tenha-se notado uma crescente preocupação com o reequipamento das FA, os planeamentos realizados atempadamente pelos Ramos, não são cumpridos ou por falta de verbas ou por requisitos técnicos das empresas contratadas; sucedendo que na LPM todos os anos são transitados elevados montantes por falta de cumprimento dos prazos de entrega do material, como resultado final desse facto, os indicadores financeiros apresentam baixas taxas de execução.

Como consequência disso, o planeamento das capacidades não é cumprido comprometendo as missões das FA quer a nível nacional quer ao nível internacional, assim



como, devido ao avanço tecnológico de todos os equipamento tornará mais dispendiosa a sua futura aquisição.

Temos que dirigir os nossos esforços no sentido de dinamizar e interligar as empresas nacionais da ID com a DGAED, os Ramos com o CEMGFA e por último a DGAED com a AED, com o objectivo de impulsionar de forma eficaz e eficiente todos os processos de reequipamento das FA, nas respectivas fontes de financiamento: da LPM e PIDDAC. Teremos então alcançado, a implementação atempada do SFN de acordo com as capacidades definidas pela política de defesa nacional.

Face ao que, antecede, consideramos ter confirmado as hipóteses: um e três do nosso trabalho.



4. A Indústria de Defesa Nacional

A Indústria de Defesa é indispensável como suporte e sustentação das nossas FA nomeadamente como: Função Arsenal, para a manutenção dos grandes sistemas de armas; Função Logística de produção, para que algum armamento, munições, equipamentos e sistemas possam ser produzidos em Portugal.

É necessária uma “Política de Armamento” que aponte os objectivos e as vias institucionais que norteiem, enquadrem e apoiem o reequipamento das FA e, simultânea e conjugadamente, concorram para a reestruturação e desenvolvimento da ID.

a. As Indústrias Ligadas à Defesa

A modernização das FA obriga à aquisição de material à ID, adquirindo prioritariamente à IDN. A modernização das FA permitiria o retorno do investimento feito com a utilização de dinheiros públicos, ao incentivar o desenvolvimento de um pólo importante da indústria nacional.

A Indústria de Defesa não é uma indústria como as outras, pois o seu racional não se limita a um racional de rentabilidade do investimento, tecnologia e competitividade do mercado, inclui também um racional de necessidade de sustentação das FA, independência e segurança nacional e interesses estratégicos de DN.

Na União Europeia, a indústria é fragmentada e caracteriza-se pela competição entre as empresas europeias, embora se reconheça que já foram feitos alguns progressos relacionados com privatizações e fusões. Nos últimos anos tem-se assistido à consolidação da vaga de concentração europeia, acompanhada por um movimento dos Estados Nacionais, ao ratificarem em Helsínquia os princípios de uma PESD. Que poderá constituir-se como ponto de partida para uma futura política europeia de armamento, a uma escala que permita nos grupos de base europeus a competitividade e a eficácia necessárias, face aos grandes grupos americanos.

Em termos de defesa, a disponibilização do Estado Português para assumir compromissos internacionais com o envolvimento crescente de estruturas militares, tem vindo a exigir uma maior disponibilidade e prontidão das FA, pressupondo a existência de uma capacidade militar efectiva.



Nestas condições, o reequipamento e modernização de meios assumem uma importância crucial, pelo que é necessário não só continuar a aplicação da LPM, mas também estabelecer uma ligação sistemática e racional entre as indústrias ligadas à defesa, a comunidade científica e as FA no desenvolvimento de projectos relacionados com o reequipamento militar.

É do interesse estratégico nacional a manutenção de uma expressão mínima suficiente de uma ID, não só para a sustentação das FA, mas também pelo seu contributo ímpar para o desenvolvimento de competências em tecnologias de ponta para garantia da participação de Portugal nos centros de decisão política, envolvidos na definição da política de armamento europeia e para penhor da “segurança de abastecimento” a instituir no quadro da referida política, através da inscrição das empresas nacionais na cadeia de interdependências resultante da integração das indústrias de defesa europeias.

b. Empresa Portuguesa de Defesa

Consideramos de interesse referir a “holding” EMPORDEF (SGPS), S.A, (OGMA, INDEP, PORTUGAL SPACE, IDD, SPEL, NAVALROCHA, S.A., EID, EDISOFT, DEFLOC e SUBLOC), criada pelo Decreto-lei nº 235-B/96, de 12 de Dezembro, tendo iniciado a sua actividade em Março de 1997.

Abrange as empresas participadas pelo Estado nas actividades ligadas à produção de equipamentos e serviços destinados à DN. Sua criação teve como finalidade centralizar num único operador a gestão das participações do Estado neste sector, possibilitar a acção coordenada dos Ministérios da Defesa, das Finanças e da Economia e introduzir princípios de rigorosa gestão empresarial.

Como objectivos, fixa, para a gestão estratégica do grupo, a reestruturação e reorganização da estrutura empresarial, o recurso a associações com grupos de empresas nacionais e internacionais em parcerias estratégicas ou de capitais e a internacionalização.

A missão da “EMPORDEF”, é a gestão estratégica das participações empresariais do Estado na área das actividades de defesa numa óptica empresarial, enquanto o seu conceito como holding da ID, tem como referência de longo prazo um modelo “objectivo” que assenta em linhas de actuação como: a modernização industrial, a relação interactiva com as necessidades das FA, a cooperação público/privado e a internacionalização.



Face aos objectivos definidos verifica-se que, nos últimos anos as IDN apresentaram algumas dificuldades, efectivamente: uma baixa produtividade; a necessidade de remodelação na área produtiva; pouca agressividade comercial; a desmotivação dos recursos humanos; os produtos em fase de maturidade, e baixa competitividade no mercado internacional altamente concorrencial.

Pelo que as novas ID carecem de alterações significativas, requerendo: apoios financeiros estatais; implementação de processos de reengenharia; continuação da privatização; orientação das novas actividades para o duplo uso; motivação dos recursos humanos; reforço dos factores de competitividade nomeadamente inovação e adaptabilidade às necessidades dos mercados e acordos de colaboração com empresas da UE e EUA.³³

O Núcleo de Indústrias de Defesa e de Alta Tecnologia (NIDAT) representa actualmente algumas ID na Associação Industrial Portuguesa (AIP) e no European Defense Industries Group (EDIG), mantendo informada a Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED) e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) sobre as potencialidades específicas de cada uma das empresas.

A recém criada Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias “DANOTEC”, agrupando em torno do universo da EMPORDEF um conjunto alargado de unidades industriais, de universidades e de instituições tecnológicas portuguesas trabalhando nessa área, poderá ser uma boa iniciativa para representar os interesses do país junto do EDIG, tendo como interlocutor o WEAG – Western European Armament Group e NIAG – NATO Industrial Advisory Group, agindo em ligação com a Conferência dos Directores Nacionais de Armamento (CNAD), devendo para isso contar com o apoio institucional e material dos Ministérios da Defesa, Economia e Indústria e Ciência e Tecnologia.

No inquérito realizado às indústrias ligadas à Defesa³⁴ conclui-se que, a viabilização deste sector estratégico da indústria nacional, em especial no contexto da globalização, terá que ter em consideração, entre outros, os seguintes pontos:

- Divulgação adequada da LPM e das necessidades das FA junto das empresas;

³³ Maria Manuela Sarmento Coelho, *Implicações Estratégicas da Indústria de Defesa Europeia*, Nação e Defesa nº90, Lisboa, 1999, pp. 118-119

³⁴ Centro de Estudos “EURODEFENSE”-Portugal, *Elementos essenciais para uma política da indústria relacionada com a defesa*, Caderno 2, Abril 2000, pp. 26-29



- Política de aquisição das FA que tenha em conta não só a capacidade produtora nacional, mas também as vantagens resultantes da obtenção a partir da fabricação nacional;
- Criação de sinergias de aquisição para alguns sectores, entre os Ministérios da Defesa e da Administração Interna (Forças de Segurança);
- Promover o relacionamento entre o MDN/DGAED, FA, Indústria e Universidades/Laboratórios;
- Criar apoio do MDN ao financiamento de I&D, quer nas Universidades quer no desenvolvimento dos protótipos pelas empresas, sobretudo nos sectores identificados como potenciais “nichos de excelência”;
- Desenvolvimento de contratos-programa de I&D/Produção entre o MDN e as Indústrias;
- Aproveitamento das capacidades de I&D das Universidades em benefício das Indústrias relacionadas com a Defesa;
- Aproveitamento da política de contrapartidas como mecanismo potenciador de I&D e do desenvolvimento de 'know-how' em áreas tecnológicas consideradas de interesse estratégico;
- Aproveitamento da política de contrapartidas para identificação e consolidação de parcerias internacionais e para alargar o mercado externo e a criação e promoção de relações complexas fornecedores/clientes entre a Indústria Nacional e os grandes grupos internacionais;
- O mercado externo existe e constitui uma oportunidade de negócio para as empresas e para o país;
- A sua penetração e aprofundamento por parte das empresas poderão ser potenciados por uma intervenção eficaz e concertada entre os Ministérios da Defesa, da Economia e dos Negócios Estrangeiros.

c. O Processo de Reestruturação

No quadro da UE está a ser exercido um esforço claro, determinado e voluntarista, no sentido de promover a reestruturação da indústria de defesa europeia, tornando-a



rentável e competitiva com a sua congénere norte-americana. Para isso decorre o processo de definição de uma “posição comum” e de um “plano de acção” visando: abrir os mercados à concorrência liberalizando as regras e procedimentos específicos autorizados pelo art.296º do Tratado de Amesterdão; concentrar as unidades de produção para evitar excedentes em cada país; racionalizar e rentabilizar os investimentos; adquirir dimensão crítica para suportar o indispensável peso do investimento a fazer na investigação, desenvolvimento e demonstração de novas tecnologias; em suma, criar condições para concorrer com vantagem no mercado global.

Os programas dos últimos Governos evidenciam claramente em ligação com o reequipamento das FA, a especial prioridade que deverá ser dada à reestruturação das ID, tendo em vista a sua racionalização e viabilização económica.

Conforme mencionado anteriormente, com a criação da EMPORDEF, SGPS, como holding das participações detidas pelo Estado nas empresas ligadas à defesa, deu-se um passo significativo na área da reestruturação, na medida em que, esta sociedade deverá ser o centro de decisão estratégica da ID e assegurar a gestão do conjunto das empresas participadas em termos de “racionalidade empresarial” na estrita aplicação das orientações estratégicas aprovadas pelo accionista “MDN”.

A harmonização entre os interesses da DN, os constrangimentos impostos pela política orçamental do Governo e as exigências de racionalidade empresarial são garantidas por um “conselho estratégico” da administração da sociedade no qual participam o “Director Nacional de Armamento”, representantes das FA e dos Ministérios das Finanças e Economia.

A Lei-quadro da LPM nº46/98 de 7 de Agosto, refere que o investimento previsto no reequipamento das FA, irá também contribuir para a modernização e melhoria da base tecnológica e da infra-estrutura industrial da defesa, dando ênfase aos contratos programas envolvendo as FA, as Universidades e as Empresas.

Outro aspecto fulcral a relevar no sentido de propiciar a almejada coordenação entre o reequipamento das FA e a reestruturação das indústrias ligadas à defesa, tem a ver com a imprescindibilidade de um planeamento de longo prazo.

Efectivamente, apenas este mecanismo poderá propiciar às empresas e, a montante destas, aos laboratórios e institutos de “I&D” a possibilidade e a capacidade de em devido



tempo, conhecer e analisar os projectos de capacidades militares a criar ou a obter e identificar aqueles nos quais interessa participar.

Uma Indústria de Defesa apenas se justifica por razões estratégicas, de entre as quais prevalece a da garantia do fornecimento às FA do material específico de que necessitam para o cumprimento das suas missões militares, principalmente as armas e os equipamentos conexos.

O esforço de reestruturação da IDN que vem sendo conduzido, terá de ser validado previamente em função do seu contributo para a melhoria das condições (qualidade, preço, oportunidade) em que as FA obterão as armas e os equipamentos de que necessitam, pretendendo-se apenas o grau de autonomia possível em face das capacidades científicas, industriais e financeiras do País.

Um estudo efectuado pela “Eurodefense” – Portugal há cerca de 4 anos³⁵, confirma o pouco desenvolvimento de Portugal como produtor incluindo a economia relacionada com a defesa, apresentando uma baixa produtividade e uma organização deficiente. Esta constatação significa que longo é o caminho a percorrer para que seja real, e com alguma expressão, a incorporação nacional, por exemplo nas construções, inclusive de navios militares, em áreas tecnológicas passíveis de fabrico nacional.

A construção dos NPO poderá ser uma oportunidade altamente desejável para a economia nacional e vantajosa para a Marinha. Mas a encomenda por fases (pares de navios), não amplia o efeito de escala nem contribui para a uniformização dos navios. As linhas de produção e as próprias firmas tendem, nestas circunstâncias, a ser muito voláteis, criando um efeito perverso, a longo prazo.

Para o nosso País como consumidor, assumem relevância:

- A UE, enquanto espaço económico e político;
- A OTAN, no que respeita aos benefícios propiciados pela interoperabilidade no seio da aliança militar;
- As indústrias de, ou relacionadas com a defesa, nos países da Aliança;
- A competitividade entre a UE e os EUA;
- A política de autonomia de defesa e de liderança tecnológica praticada pelos EUA.

³⁵ Eurodefense-Portugal, *ob. cit.*, pp. 24-26



É nesta amálgama de espaços e de interesses que Portugal tem que fazer as suas escolhas, não raramente condicionadas por compromissos de natureza política e económica.

Em Portugal, a política de aquisição de equipamentos militares não tem contemplado a perspectiva industrial, concretizando-se na aquisição de equipamentos disponíveis no mercado, com um pacote de Contrapartidas associado, de valor igual ou superior ao da aquisição.

As Contrapartidas³⁶ têm nesta fase e neste processo, um papel determinante, por um lado, possibilitando o desenvolvimento da indústria nacional, através da participação em programas de transferência de tecnologia ou equipamento, formação ou certificação, e por outro, facilitando o seu acesso ao mercado e a entrada em programas considerados estratégicos para Portugal.

Desta forma, a oportunidade da participação industrial associada às aquisições militares nacionais, que será crítica para a sustentabilidade da base tecnológica e industrial nacional para a defesa, assume uma importância cada vez maior, face à pressão europeia para impor procedimentos comerciais nesse tipo de aquisições, inviabilizando, por exemplo, mecanismos como as Contrapartidas.

A política de aquisição nacional deve considerar para cada sistema a adquirir, além de características de desempenho, custo total ou tempo de entrega, o potencial impacto para a economia e interesse estratégico do envolvimento da indústria no sistema, por forma a identificar os sistemas em cujo desenvolvimento Portugal deverá participar e aqueles que serão adquiridos no mercado com um pacote de Contrapartidas.

d. Investigação e Desenvolvimento

A Investigação e o Desenvolvimento de Defesa em Portugal têm vindo a ser realizada através da DGAED³⁷, que é o órgão, do MDN, a quem compete a elaboração de estudos necessários à definição da Política de I&D no domínio da Defesa, assim como, a avaliação e proposta de projectos de I&D, quer no âmbito nacional quer no âmbito internacional.

No âmbito da I&D, a área de Investigação e Tecnologia (I&T) desempenha na defesa, o papel de fomentar e sustentar um conjunto de iniciativas e actividades de índole científica e/ou tecnológica, ligadas à criação e aplicação de competências e conhecimentos

³⁶ Ver Apêndice A: O regime de Contrapartidas.

³⁷ Ver Anexo A: Orgânica e competências da DGAED.



em domínios que directa ou indirectamente concorrem para a satisfação de necessidades ou objectivos de capacidades de defesa, bem como, para o reforço da base tecnológica e ID (nacional e europeia). Deve ainda, contribuir para apoiar e informar, no processo de decisão, em matéria de selecção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

No cumprimento dos Objectivos Estratégicos e Operacionais da DGAED no período de 2006 a 2008, prevê-se um conjunto de Planos e Acções que servem aquele objectivo.³⁸ Foi elaborado um documento de trabalho, designado por Plano de Investigação e Tecnologia de Defesa (Plano de I&T de Defesa), este documento contém os princípios e orientações gerais da estratégia de envolvimento do MDN em actividades de I&T. que aponta para os “(...) seguintes desígnios estruturantes:

- Aproximação à vanguarda do conhecimento científico e tecnológico de aplicação no sector da defesa, com vista à satisfação de objectivos, necessidades e requisitos de capacidades operacionais;
- Contribuição para o desenvolvimento de uma Base Tecnológica e ID a nível nacional;
- Acesso directo ao conhecimento e informação indispensáveis a uma adequada tomada de decisão assente em opções inteligentes de custo-benefício, de tecnologias de vanguarda, no quadro dos processos logísticos de aquisição ou modernização dos sistemas e equipamentos de Defesa” (Plano de I&T de Defesa, 4).

O processo inicia-se com a identificação das áreas tecnológicas de interesse para a definição e sustentação dos requisitos e emprego dos meios a médio e longo prazo. É assumido que a base de sustentação é conseguida com recurso a agentes estrangeiros e residualmente ao mercado nacional. Contudo, sem descurar a vertente cooperativa internacional para o reforço e consolidação económica interna é “(...) *fundamental promover e contribuir para o desenvolvimento de uma base tecnológica e industrial capaz de contribuir para a sustentação dos equipamentos e sistemas do nosso Sistema de Forças Nacional*” (Plano de I&T de Defesa, 5).

Os interlocutores do MDN são organismos diversos, quer do sector público quer do sector privado, mas que são fundamentais para estabelecer uma rede de contactos institucionais, de forma a constituir um fluxo de informação eficaz. A DGAED é definida

³⁸ Eurodefense-Portugal, A segurança e a defesa da UE e as empresas portuguesas. VAlm Viegas Filipe (DGAED/MDN)

como o pólo de central de todo este processo o qual se encontra esquematizado na seguinte figura:



Figura 3 – Fluxo de informação no Plano I&T de Defesa

Fonte: DGAED [consultado em 12ABR08] disponível na Internet em

<<http://www.antigo.mdn.gov.pt/defesa/estrutura/organigrama/DGAED>>

Periodicamente, será objecto de uma revisão que deverá coincidir com o ciclo de revisão da LPM (instrumento de gestão e comunicação do Plano), já que prevê uma dotação significativa para investimento em I&D.

O esforço de I&D de defesa deve contribuir para o desenvolvimento económico, através do incremento de competências científicas e de capacidades tecnológicas e industriais, bem como, para o reforço da autonomia nacional em matéria de defesa, devendo assentar fundamentalmente na investigação aplicada e no desenvolvimento experimental, com potencial de industrialização e orientação para objectivos de armamento específicos de médio e longo prazo.

As actividades de I&D deverão ser prosseguidas sob coordenação e supervisão do MDN, quer a nível nacional, em articulação com os Ramos e em parceria com entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (empresas, laboratórios, universidades), quer integrando plataformas mutuamente vantajosas de cooperação internacional nos diversos fóruns de defesa e armamento de que Portugal faz parte. Considera-se que a participação nacional em actividades de I&D, tanto interna como externamente, deve obedecer a



critérios preferenciais de subordinação a áreas tecnológicas identificadas como prioritárias no esforço de investigação e desenvolvimento.

O financiamento em qualquer dos casos é proporcionado maioritariamente por verbas inscritas na LPM, com excepção dos programas e actividades da RTO (assegurado por instrumentos específicos atribuídos pela OTAN), atingindo verbas que equivalem a 0,2 por cento do Orçamento de Defesa Nacional.

Na medida que os orçamentos de defesa continuam a diminuir e os custos dos equipamentos a escalar, os Estados enfrentam dificuldades em manter uma base industrial e tecnológica nacional. Adicionando a necessidade de interoperabilidade, a cooperação industrial apresenta-se como a melhor opção para concretizar objectivos de segurança nacional e internacional e para o desenvolvimento da indústria nacional, justificada pelo elevado valor acrescentado dos produtos e serviços que adquire, baseados em tecnologias³⁹ inovadoras com potencial de duplo-uso e aplicação em diversos sectores.

Desenvolver domesticamente grandes equipamentos é hoje incomportável para a maioria dos Estados devido à complexidade e elevados custos dos equipamentos. Assim sendo, os grandes programas de defesa são, na sua maioria, programas internacionais cooperativos, em que há um envolvimento dos Estados interessados na aquisição do sistema.

Os Estados financiam o programa, comprometendo-se a adquirir um número determinado de equipamentos ou volume de serviço. É este investimento de cada Estado sob a forma de encomendas, que define a quota de trabalho a locada à indústria de cada país, numa lógica de justo retorno. Assim, uma lógica participação industrial terá contar sempre como investimento do Estado Português no desenvolvimento de sistemas que prevê adquirir no futuro.

Síntese conclusiva

Pela análise realizada durante este capítulo, constatamos que não existe bem definida uma política estratégica para a IDN, apesar de estarem reflectidos na estrutura orgânica e funcional da DGAED. Consideramos que, a DGAED deverá promover mecanismos de interligação com o mercado nacional e com a UE, de forma a otimizar os

³⁹ Publicação electrónica: Síntese EuroDefense-9: A economia de Defesa – Sua integração no planeamento estratégico, Lisboa Setembro de 2006.



investimentos dos projectos das FA, proporcionando sinergias e poupanças de recursos financeiros.

No entanto, actualmente o nosso mercado nacional não se encontra preparado estruturalmente para desenvolver grandes projectos de reequipamento das FA, mas deverá fazê-lo de forma cooperativa com os projectos em curso e colocados à disposição pela EDA. A EMPORDEF, foi criada com o objectivo de se tornar um “*cluster*” a nível nacional, na área da defesa, no entanto consideramos que haverá que percorrer um grande caminho até se chegar a esse objectivo, pois existem interesses antagónicos com a DGAED.

Com o surgimento da EDA, como vector dinamizador e integrador de todos os projectos de reequipamento das FA da Europa, talvez a ID nacional consiga desenvolver-se (neste momento Portugal participa em quatro projectos da EDA).

Consideramos assim, que foi confirmada a hipótese quatro, existindo a nível doutrinário e legislativo, formas de desenvolver eficazmente o relacionamento com todas estas entidades (EDA, DGAED, Ramos das FA, CEMGFA, EMPORDEF), que irá permitir num futuro próximo considerar que temos uma verdadeira PDN e de segurança.



5. Conclusões e Recomendações

Na Introdução a este trabalho propusemo-nos responder à seguinte questão central: De que forma é que os factores financeiros são condicionantes na definição da PDN e no processo de reequipamento e modernização das FA? A partir da formulação da questão central, da qual derivaram novas questões e da definição de hipóteses, que se confirmaram ao longo do trabalho, delineou-se a orientação de estudo, que seguiu o percurso metodológico descrito (pesquisa bibliográfica e entrevistas com diversas individualidades) e nos permitiu chegar às seguintes conclusões:

As FA consideram que o seu reequipamento continua a apresentar graves deficiências, quer em quantidade, quer em qualidade. As dificuldades de execução dos planos e as delongas nos processos de reequipamento têm sido uma realidade com evidentes consequências negativas para o cumprimento das missões atribuídas, face à não disponibilização dos meios financeiros para suporte dos programas de reequipamento, através do seu mecanismo próprio a LPM;

A instabilidade e insegurança processual e o risco de assunção de encargos de financiamento que estas situações envolvem, para além de extrema dificuldade que a aplicação do complexo processo configurado pela legislação relativa à aquisição de bens e serviços para a administração pública acarretam, constituem grande parte das razões para os baixos níveis de execução financeira e material da LPM com o correspondente reflexo negativo nos atrasos de obtenção de armas e equipamentos, cada vez mais indispensáveis e prementes para o cumprimento das missões das FA;

Os projectos de reequipamento têm sido sistematicamente protelados ao longo dos anos não permitindo a desejada modernização das Forças Armadas;

A percentagem de execução da LPM situa-se sistematicamente a níveis muito baixos;

É necessária e urgente uma “Política de Armamento” que aponte os objectivos e as vias institucionais que norteiem, enquadrem e apoiem o reequipamento das FA e simultânea e conjugadamente concorram para a reestruturação e desenvolvimento da



indústria de defesa, a qual é indispensável como suporte e sustentação das nossas FA, nomeadamente como função arsenal e como função logística de produção;

Impõe-se uma inversão na lógica do sistema de contrapartidas, isto é torna-se necessário trocar a ordem das prioridades com que têm sido negociados os grandes contratos de aquisição de equipamentos militares, num quadro de médio prazo que maximize a dimensão total do programa;

O esforço de I&D de defesa deve contribuir para o desenvolvimento económico, através do incremento de competências científicas e de capacidades tecnológicas e industriais;

O Estado caminha a passos largos, com a redefinição de objectivos estratégicas da DGAED, para estar numa posição de charneira que centraliza todo o processo de interlocução entre os agentes da procura FA, as oportunidades de mercado (Organizações Internacionais) e os agentes da oferta (sociedade civil). A criação de um Plano de I&T de Defesa, em fase de conclusão, é fundamental para tal desiderato;

Considera-se que, independentemente das reformas em curso na área da Defesa Nacional e da revisão de estruturas, missões e capacidades necessárias das FA pouco haverá a alterar quanto aos meios já definidos e propostos, admitindo-se uma eventual reformulação de prioridades;

Só uma visão integrada e de relacionamento mútuo e “triangular” (reequipamento, indústria nacional e investigação e desenvolvimento), permitirá o desenvolvimento de actividades de interesse estratégico e a consecução dos objectivos definidos pelo Governo para a reforma e reequipamento das FA, designadamente através da LPM;

A disponibilização do Estado Português para assumir compromissos internacionais com o envolvimento crescente de estruturas militares tem vindo a exigir uma maior disponibilidade e prontidão das FA, pressupondo a existência de uma capacidade militar efectiva, assumindo o reequipamento e modernização dos meios uma importância crucial.

Considerando as conclusões retiradas deste estudo identificam-se como consequência práticas os seguintes:



- Sejam criados mecanismos eficazes de interligação entre a DGAED, EMPORDEF, CEMGFA, EDA e os Ramos das FA;
- A participação em Programas e projectos cooperativos a nível nacional e internacional;
- Que a responsabilidade pela harmonização das propostas do orçamento das FA e da LPM pertencesse ao Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM), já que esta questão aconselha um equilíbrio entre as posições dos quatro chefes militares, com maior peso relativo à do CEMGFA, o que lhe é conferida pelo seu voto de qualidade;
- Integrar a participação da comunidade empresarial na definição/revisão da LPM, para suplantar as necessidades do SFN, orientando as capacidades necessárias a oferta de equipamentos;
- Implementar de forma efectiva o Plano de I&T de Defesa, no âmbito de MDN, como instrumento de participação activa do sector empresarial, de modo a contribuir para a constituição de uma base industrial e tecnológica de Defesa;
- Conveniência de, na definição do SFN se adoptar uma concepção que privilegie uma visão conjunta e combinada dos meios e equipamentos necessários à prossecução dos objectivos estratégicos estabelecidos a montante, ao nível do CEDN;
- Tendo em conta as nossas debilidades económicas as FA não devem ter a dimensão relativa equivalente `dos parceiros economicamente mais fortes, a opção será ter menos meios com mais valências qualitativas;
- Temos que ter presente as linhas de orientação e metas estabelecidas na NATO e na EU para que a partir daí se possa definir a melhor estratégia para Portugal se integrar;



Referências bibliográficas

Livros

ABREU, Francisco (2002) – Fundamentos de Estratégia Militar e Empresarial, Lisboa.

NEVES, João Manuel Lopes Pires (2007) – As Forças Armadas e a Defesa Nacional, Lisboa

PAULO, Jorge Silva (2006) – O Mercado Único da Defesa. Lisboa: Prefácio, ISBN: 989-8022-02-7

PALMEIRA, José (2006). O Poder de Portugal nas Relações Internacionais, Prefácio, Lisboa.

SOLANA, Javier (2003), Uma Europa Segura Num Mundo Melhor, Estratégia Europeia em Matéria de Segurança, Conselho Europeu, Bruxelas

PALMEIRA, José (2007). “A Geopolítica de Portugal e a União Europeia”, in O Minho, a Terra e o Homem. Braga.

RODRIGUES, ALM Alexandre Reis (2003) – Cadernos Navais n.º5, Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional, Lisboa

SACCGHETTI, VALM António Emílio (2002) – Cadernos Navais n.º1, A Marinha e a Revolução dos Assuntos Militares. Lisboa

TEIXEIRA, Nuno Severiano (2005). “O interesse nacional ainda existe, in *Diário Notícias* (9 de Fevereiro).

VERÍSSIMO, Henrique (2007). Economia e Defesa: A Defesa Económica como Componente da Defesa Nacional, in Boletim, Maio, Lisboa.

Documentos Electrónicos

Quadros comparativos dos sete maiores países em termos de: produto interno bruto; gastos com a defesa; população; rendimento per capita. [Em linha], [Consultado em 12 Jan. 06]. Disponível em WWW: <http://www.deagel.com/country/>

Relatórios

BARROSO, José Durão (1999) – Portugal e as perspectivas da IESD. In EURODEFENSE, Caderno 1, p.27-33.

BLANC, Emile (2003) – A Agência Europeia de Armamento para todos. In EURODEFENSE, Caderno 3, p. 30-36.

CABRITA, Luís Xavier [et al] (2005) – Portugal e a Agência Europeia de Defesa (Mesa Redonda). In EURODEFENSE, Caderno 5.



COUTO, Abel Cabral (2003) – Sobre um conceito estratégico da UE: algumas questões chave. In EURODEFENSE, Caderno 3, p. 23-28.

European Defence Budgets - The Essential Guide to Current & Future Defence Budgets, Requirements, Available Funds & Political Will in Europe (2001). [Em linha], [Consultado em 05 Abr. 06]. Disponível em WWW: <http://www.smi-online.co.uk/reports/>.

SCHMITT, Burkard (2005) - European Capabilities Action Plan (ECAP), Institute for Security Studies, Bruxelas. [Em linha], [consultado em 29 Novembro 2007]. Disponível em WWW: <http://www.iss-eu.org/esdp/06-bsecap.pdf>

SOLANA, Javier (Dezembro 2003), *A Secure Europe in a Better World – European Security Strategy*, Conselho Europeu, Bruxelas; [em linha], [consultado em 27 de Novembro de 2006]. Disponível em WWW: <http://www.iss-eu.org/solana/solanae.pdf>

Legislação

Lei Constitucional n.º 1/2004, CRP, de 24 de Julho.

Lei n.º 111/91, LOBOFA, (Alterada pela Lei n.º 18/95, de 13JUL) de 29 de Agosto.

Lei n.º 29/82, (Alterada pelas Lei n.º 41/83, de 21 de Dezembro, Lei n.º 111/91, de 29 de Agosto, Lei n.º 113/91, de 29 de Agosto, Lei n.º 18/95, de 13 de Julho, Lei Orgânica n.º 3/99, de 18 de Setembro e Lei Orgânica n.º 4/2001, de 30 de Agosto), LDNFA, de 11 de Dezembro.

Lei n.º 53-A/2006, Lei do Orçamento do Estado, de 29 Dezembro.

Lei Orgânica n.º 4/2006, Lei de Programação Militar, de 29 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 235-B/96, EMPORDEF, de 12 de Dezembro.

Decreto Regulamentar n.º 12/95, DGAED, (Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 40/97, de 30OUT), de 23 de Maio.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, CEDN, de 8 de Janeiro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2008, MDN, de 28 de Fevereiro.

Decreto-Lei n.º 41/2008, de 10 de Março Execução Orçamental para 2008

Lei do Orçamento do Estado para 2008 (Lei n.º 67-A/2007, 31 Dezembro)



ANEXOS

ANEXO A – Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED)

ANEXO B – European Defense Agency (EDA)

ANEXO C – NATO–Estrutura Allied Command Transformation

ANEXO D – Resolução do Conselho de Ministros nº39 de 28 de Fevereiro de 2008

ANEXO E – Relatório do OE 2007 para o MDN

ANEXO F – Direcção-Geral da Política de Defesa Nacional (DGPDN)

APÊNDICES

APÊNDICE A – Regime das Contrapartidas

APÊNDICE B – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A. (EMPORDEF)

APÊNDICE C – Orçamento da Defesa dados estatísticos

APÊNDICE D – Meios existente e projectos futuros para as FA.

APÊNDICE E – Modelo de planeamento estratégico e de forças de Liotta e Lloyd

APÊNDICE F – Reequipamento das Forças Armadas



ANEXO A

Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa

DGAED



ANEXO A

Na estrutura do MDN, a DGAED é o órgão a quem compete efectuar estudos, executar e coordenar actividades relativas ao armamento e equipamentos de Defesa. A orgânica e competências da DGAED estão definidas no Decreto Regulamentar n.º 12/95 de 23 de Maio e pelo Decreto Regulamentar n.º 40/97 de 3 de Outubro.

As principais actividades atribuídas são:

- Relação com as FA:
 - Participar na elaboração de planos globais de reequipamento das FA;
 - Elaborar estudos referentes às actividades de logística de produção, de consumo;
 - Promover, supervisionar ou coordenar os processos de reutilização e alienação do material de guerra das FA;
- Relação com Organizações Internacionais:
 - Avaliar e propor projectos de I&D, ou de produção de armamento e equipamento de defesa;
 - Promover debate de questões no âmbito das ciências e tecnologia;
 - Coordenar a participação nacional no âmbito da normalização OTAN;
- Estabelecer relações bilaterais com países no âmbito de projectos de cooperação de projectos de defesa
- Conhecimento do mercado internacional de defesa para divulgar junto de associações empresariais oportunidades de negócio:
 - Promoção das oportunidades de negócio junto das empresas nacionais
 - Promoção da capacidade nacional para a indústria de defesa
- Programas de I&D de Defesa:
 - Participar na definição da política de I&D



- Participar na programação e controlo financeiro dos projectos de I&D;
- Controlo da produção e comércio de defesa:
 - Proceder à qualificação periódica das empresas do sector da defesa e apoiar a instrução do seu processo de credenciação;
 - Promover orientações técnicas de garantia de qualidade e catalogação no âmbito do armamento e equipamentos de defesa
 - Estabelecer normas relativas à negociação e administração de contratos de aquisição e de alienação;
 - Analisar e processar os pedidos de autorização de exportação e importação de armamento, equipamentos e serviços e supervisionar o cumprimento dos procedimentos legais;
- Conhecimento de mercado nacional:
 - Relações estreitas com a AFCEA, Associação Danotec e PeMA;
- Definir uma estratégia de desenvolvimento da Base Industrial e Tecnológica de Defesa:
 - Garantir uma efectiva implementação do Plano I&T de Defesa como instrumento estratégico de desenvolvimento do sector da Defesa.

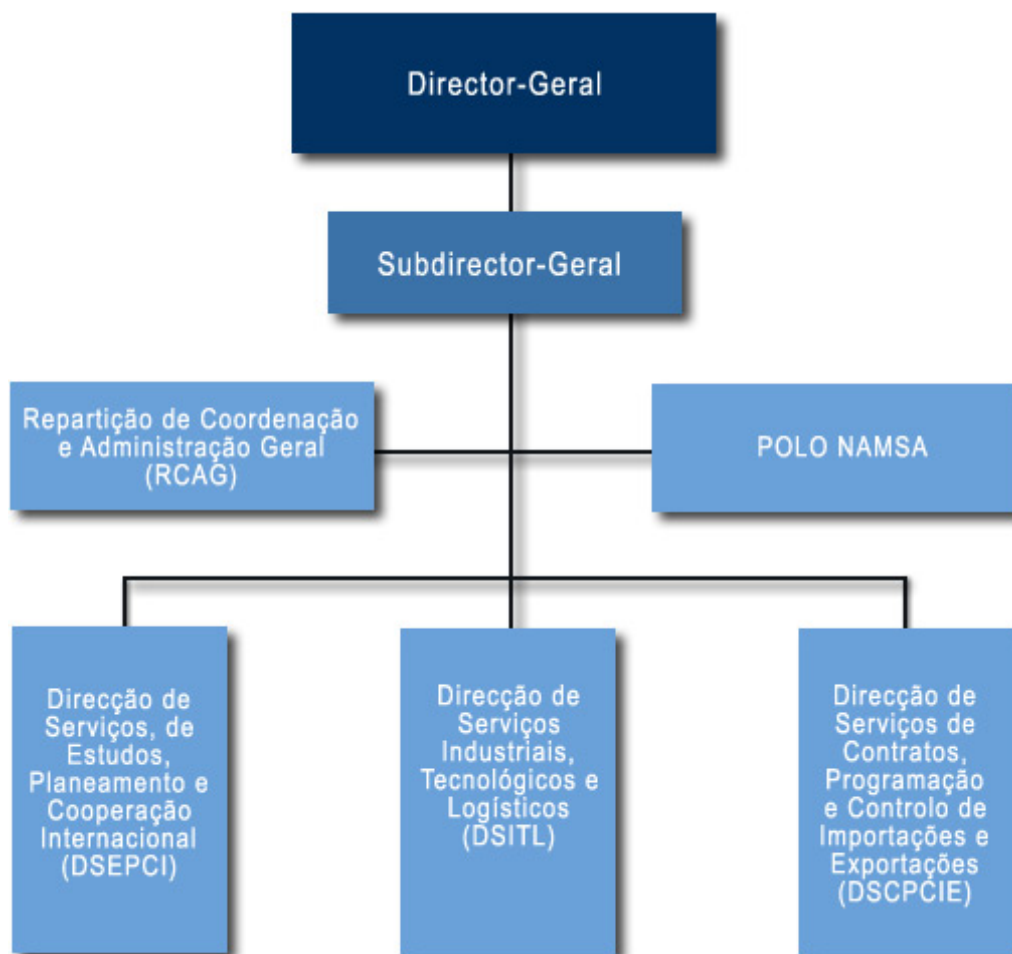


Figura 4: Organograma da DGAED

Fonte: Site da DGAED [consultado em 02MAI08] disponível em

<http://www.antigo.mdn.gov.pt/defesa/estrutura/organograma/DGAED/principal_DGAED.htm>



ANEXO B

European Defense Agency

EDA



ANEXO B

Segundo o Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho de 12 de Julho de 2004, a Agência Europeia de Defesa (*European Defense Agency(EDA)*) tem por missão, apoiar o Conselho da União Europeia e os Estados-Membros nos seus esforços para aperfeiçoar as capacidades de defesa da UE na área da gestão de crises e apoiar a PESD na sua actual configuração e na sua evolução futura. A sua missão não afecta as competências dos Estados-Membros em matéria de defesa.

A Agência actua nos seguintes domínios principais:

- Desenvolvimento das capacidades de defesa no domínio da gestão de crises;
- Promoção e reforço da cooperação europeia em matéria de armamento;
- Empenhamento no reforço da DTIB (*Defense Technological and Industrial Base*) e na criação de um mercado europeu de equipamentos de defesa competitivo a nível internacional;
- Reforço da eficácia da Investigação e Tecnologia (I&T) europeia no sector da defesa.



Figura 5: Organigrama da EDA

Fonte: Site da EDA [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.eda.europa.eu/>>



Em Novembro de 2007 a EDA publicou dados estatísticos sobre a despesa da defesa referente ao ano de 2006. Os 26 Estados que participaram em programas gastaram cerca de 201 M€

REFORM

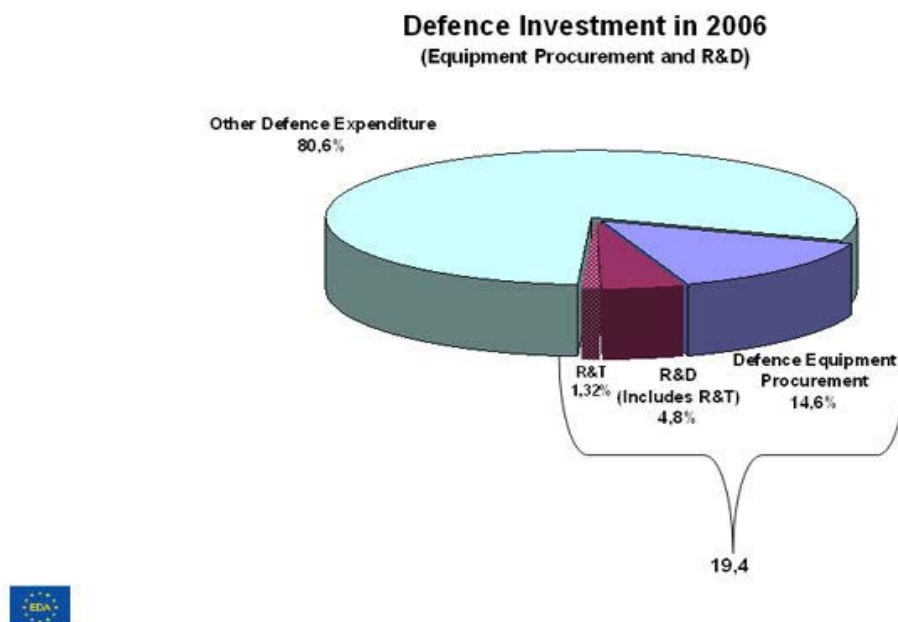


Figura 6: Investimento na Defesa em 2006

Fonte: Site da EDA [consultado em 02MAI08] disponível em <http://www.eda.europa.eu/>

COLLABORATION - DEFENCE EQUIPMENT PROCUREMENT

European Collaborative Equipment Procurement in 2006

Total Defence Equipment Procurement: € 29,1 Billion

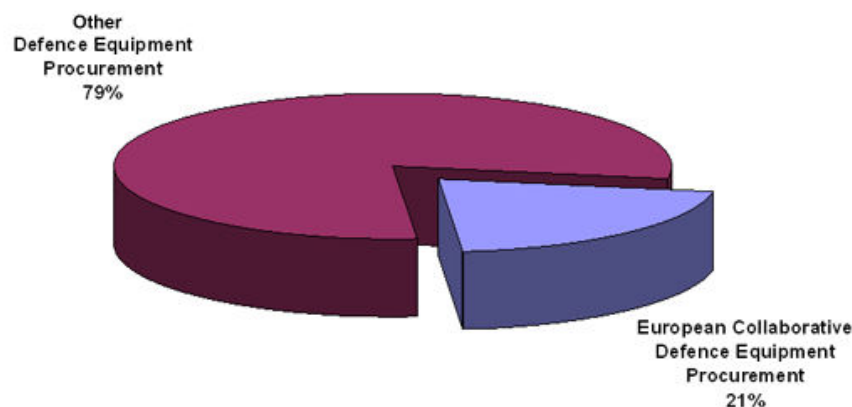


Figura 7: A Procura e Equipamento de Defesa

Fonte: Site da EDA [consultado a 02MAI08] disponível em < <http://www.eda.europa.eu/>>

A EDA⁴⁰ foi estabelecida através da Resolução do Conselho de Ministros da UE de 12 de Julho de 2004, para “apoiar os Estados Membros e o Conselho no seu esforço para melhorar a capacidades de defesa europeias no campo da gestão da crise e para sustentar a PESD tal como se encontra agora e como se irá desenvolver no futuro”.

Em 13 de Outubro de 2005, a Direcção da EDA difundiu os planos da Agência para 2006 os quais pondera acções para racionalizar testes e avaliação de equipamentos de defesa, onde poderá haver poupanças significativas através da criação de centros de excelência em tecnologias específicas em diferentes Estados da UE.

No entanto, a Agência não tem competência para fornecer capacidades, são os Estados-Membros que terão de o fazer. Mas agora eles podem usar o instrumento EDA para apoiar os seus esforços na melhoria da performance de Defesa da Europa”.

A tendência que se desenvolve no sentido da normalização das Forças Europeias, apesar da pressão que se exerce sobre os Orçamentos de Defesa dos Estados-Membros, é um factor adicional a considerar no âmbito do sector de Defesa, quer em termos institucionais, quer industriais. A EAD, propõe um conjunto de projectos cooperativos e abre novas oportunidades às Pequenas e Médias Empresas Portuguesas. As contrapartidas

⁴⁰ EDA Steering Board Reviews Agency's Plans for 2006 disponível em <http://www.eda.europa.eu/news/2005-10-13-1.htm>



nas aquisições militares ao exterior podem ser aproveitadas para a realização de projectos cooperativos.

A participação industrial em projectos internacionais cooperativos apresenta-se como a melhor opção para adquirir grandes equipamentos de defesa, pois é a política que oferece maior envolvimento às indústrias nacionais no desenvolvimento e produção do sistema a adquirir. A participação industrial oferece uma série de benefícios a nível económico, político e militar:

- Nível Económico, há poupanças em I&D e produção, desenvolvimento de tecnologia de ponta e acesso a tecnologias exteriores, spin-offs para o mercado civil e criação de emprego qualificado. Permite partilhar custos e riscos e, ao combinarem as suas aquisições, podem atingir economias de escala.
- Nível político, permite evidenciar os benefícios da criação de postos de trabalho qualificado, a incorporação nacional e o apetrechamento das Forças Armadas. Mais, pode ser um instrumento de política externa.
- Nível militar, permite melhorar a standardização, a interoperabilidade e a integração. Além disso, permite criar vantagens competitivas nas missões das nossas FA no âmbito de missões conjuntas e do posicionamento estratégico nacional.

DEPLOYABILITY

Sustainable Forces out of Deployable (Land) Forces: 2006

Ratio: 1:3

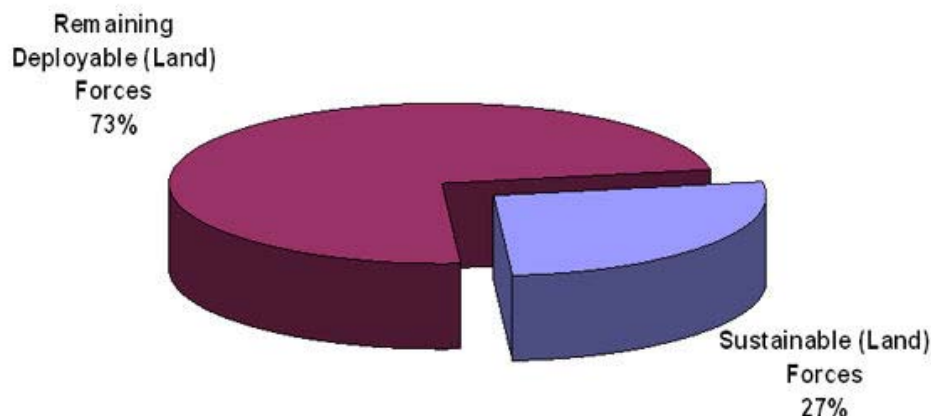




Figura 8: Forças Operacionais Operacionais Projectáveis 2006

Fonte: Site da EDA [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.eda.europa.eu/>>



ANEXO C

NATO–Estrutura *Allied Command Transformation e Research and Technology Structure*



ANEXO C

No quadro da NATO em 1999, procedeu-se à revisão de Conceito Estratégico devido ao novo ambiente de Segurança. A nova abordagem fundamenta-se num largo espectro de segurança, que reconhece a importância dos factores político, económico, social e ambiental, além da componente de defesa.

Deste modo assenta nos seguintes eixos:

- Preservação do elo transatlântico;
- Manutenção de capacidades militares eficazes de forma a cumprir as missões da Aliança;
- Desenvolvimento das capacidades dos países membros Europeus no seio da Aliança;
- Envolvimento contínuo no âmbito da Prevenção de Conflitos e Gestão de Crises;
- Continuidade da política de parcerias, cooperação e diálogo;
- Alargamento e abertura à entrada de novos membros;
- Apoio ao controlo de armamento e processos de desarmamento e não-proliferação.

A implementação desta abordagem exigiu a criação de uma Estrutura (Comando Estratégico), *Allied Command Transformation (ACT)*, para a condução da transformação da estrutura militar da Aliança, definindo novas capacidades e forças (nasce o conceito de *NATO Response Force – NRF*), conjugado com uma revisão doutrinária.

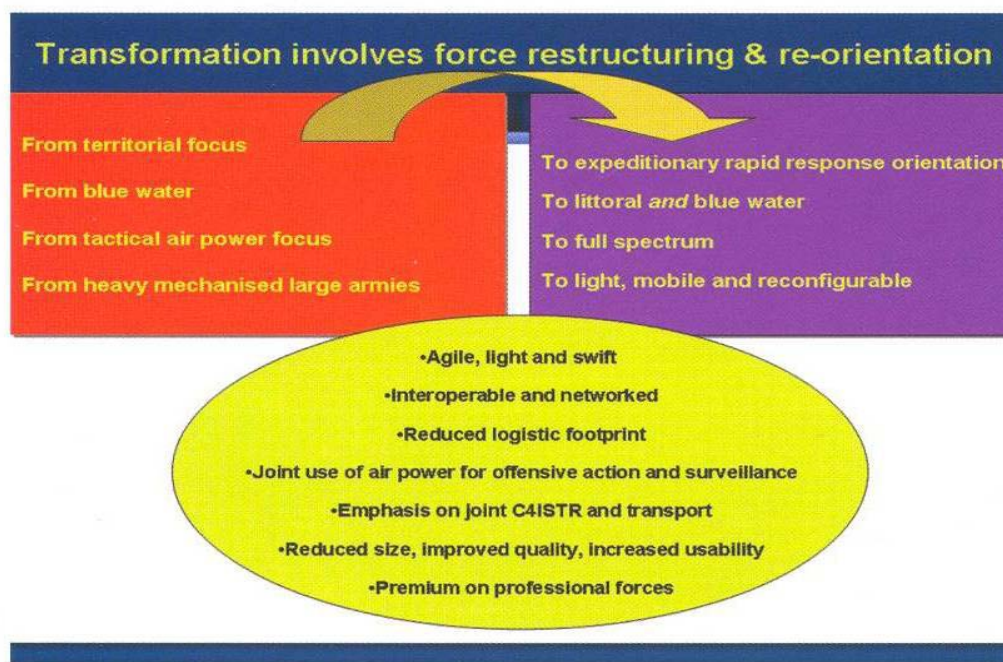


Figura 9 – Processo de reestruturação NATO

Fonte: Site NATO [consultado em 18ABR07] disponível em <<http://www.nato.int/home.htm>>

Allied Command Transformation

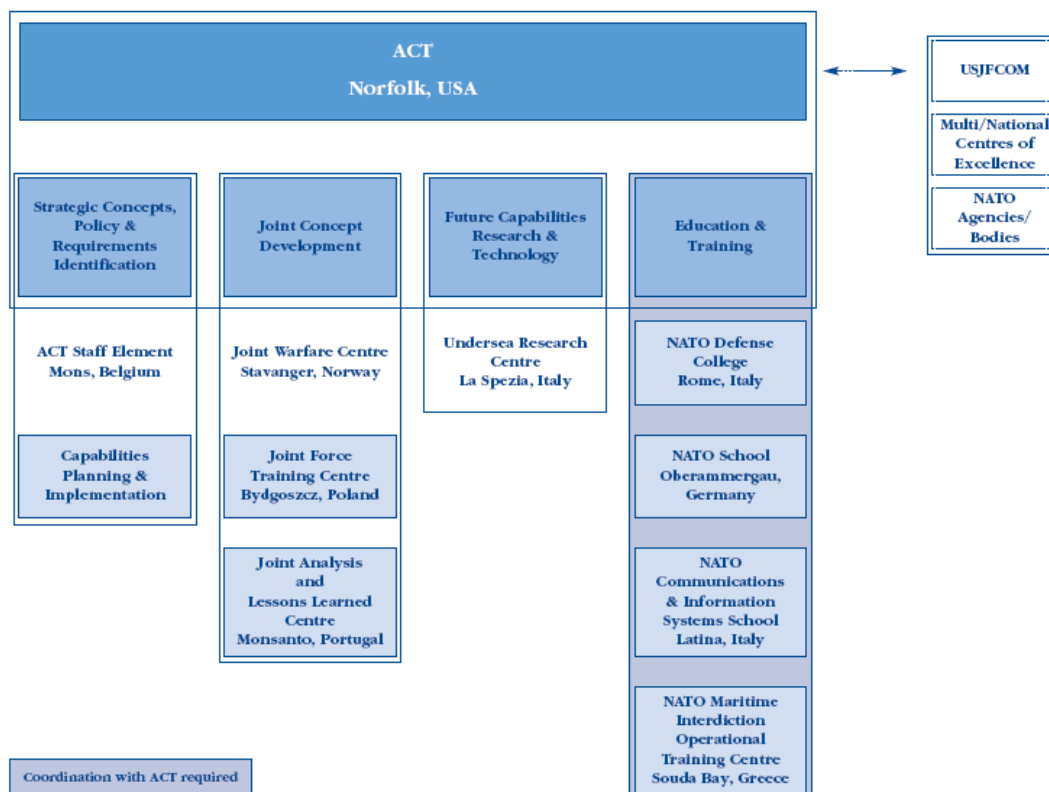


Figura 10:Organigrama NATO – EUA

Fonte: Site da NATO [consultado em 18ABR07] disponível em < <http://www.nato.int/home.htm>>



A necessidade incessante de adequar capacidades a exigências futuras impostas pelo aparecimento de novas ameaças de natureza diversa, determina um processo contínuo de cooperação no quadro de (I&D).

A sensibilidade dessa matéria revela-se, no quadro da NATO, pela inclusão, na estrutura militar, na dependência do *North Atlantic Council (NAC)*, de uma estrutura (*NATO Defense Research and Technology Structure - RTO*) A sua missão é definir a estratégia da Aliança de I&T, promover e conduzir o processo cooperativo de investigação, troca de informação e aconselhamento, em matéria de I&T, entre os membros da Aliança.



ANEXO D

Resolução do Conselho de Ministros N°39 de 28 de Fevereiro de 2008, que aprova as orientações para a execução da reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas



ANEXO D

Resolução do Conselho de Ministros N°39 de 28 de Fevereiro de 2008, que aprova as orientações para a execução da reorganização da estrutura superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas

Esta Resolução vem aprovar as orientações para a reorganização da estrutura superior da DN e das FA, visando três objectivos essenciais: (i) reforçar a direcção político-estratégica do MDN; (ii) reforçar a capacidade de resposta das FA às exigências e desafios actuais; (iii) obter ganhos de eficiência e eficácia, assegurar a racionalização das estruturas – no MDN, no EMGFA e nos três Ramos das Forças Armadas – e agilizar os processos de decisão.

Esta reestruturação do universo da DN e das FA passará, entre outras medidas, pela reforma do Ensino Superior Público Militar; pela reforma da Saúde Militar e pela transformação do EMGFA, dotando-o de um Comando Operacional Conjunto.

A reforma do Ensino Superior Público Militar tem como fim, a adaptação do modelo de formação de oficiais das FA às orientações do processo de Bolonha. A configuração deste sistema de ensino assenta em quatro instituições: (i) a Escola Naval; (ii) a Academia Militar; (iii) a Academia da Força Aérea; e, ainda, (iv) o Instituto de Estudos Superiores Militares, que terá como finalidade a formação conjunta dos Oficiais das FA.

A reforma da Saúde Militar tem como objectivo, garantir a saúde operacional e o serviço assistencial ao universo de utentes. Para este efeito, vai proceder-se à criação de um Hospital das FA, organizado em dois pólos hospitalares (um em Lisboa e outro no Porto). O redimensionamento da actual estrutura hospitalar far-se-á de forma faseada: a curto prazo, a racionalização e concentração das valências médicas dos três Ramos; a médio prazo, a sua concentração.

Será ainda criado, na dependência do Ministro da Defesa Nacional, um órgão responsável pelas políticas de saúde militar.

Por fim, a reforma da cadeia de comando operacional das FA, tem como objectivo tornar mais ágil e pronta a resposta das FA às exigências e desafios actuais. Este objectivo é concretizado pelo reforço das competências do CEMGFA, nomeadamente, no que se



refere ao exercício do comando operacional permanente; à criação de um comando operacional conjunto e vocacionar os Ramos das FA para a geração, preparação e sustentação das forças.

As directrizes hoje aprovadas, tendo em vista uma cada vez maior optimização da relação entre o produto operacional e as actividades de apoio, dão abertura a que os Ramos das FA continuem a sua reestruturação, aprofundando a racionalização.

Dada a amplitude da reforma e a natureza das Instituições envolvidas, fixa-se que a apresentação dos diplomas orgânicos da esfera do MDN deve ser feita num contexto mais amplo, pelo que, o processo desencadeado pelas presentes orientações implica concretamente, rever a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, as Leis Orgânicas do Estado-Maior-General das Forças Armadas e dos ramos das Forças Armadas, as Leis orgânicas dos organismos integrados no MDN e ainda a LOBOFA e a LDNFA.



ANEXO E

Relatório do OE 2007 para o MDN



ANEXO E

Relatório do OE 2007 para o MDN

A Política de Defesa Nacional prosseguirá as orientações expressas no Programa do Governo com vista a garantir a segurança do Estado e dos cidadãos, bem como a segurança no plano externo num quadro de cooperação internacional. Modernizar e reestruturar as FA e dar continuidade à participação em missões humanitárias constituem as duas principais linhas de acção do MDN para o ano de 2007.

Modernização e Reestruturação em Matéria de Defesa Nacional e das Forças Armadas

A modernização e a reestruturação das FA continuarão em 2007, tornando-as cada vez mais operacionais e eficientes, e com capacidade de intervir de forma integrada, tendo sempre em conta o processo de consolidação orçamental do Estado.

Neste contexto, proceder-se-á à implementação da nova estrutura superior da DN e das FA e do CAEDN, para além dos processos de revisão dos quadros de pessoal da Marinha, Exército e FAP, e das reformas do ensino superior militar e do sistema de saúde militar.

O desenvolvimento do sector empresarial na área da defesa dará novos passos com a reforma dos Estabelecimentos Fabris das FA e com a aproximação das indústrias nacionais ligadas à defesa às redes europeias, designadamente através da AED. Será ampliado o sistema de aquisição de bens e serviços através do “Programa Nacional de Compras Electrónicas” e dar-se-á continuidade à implementação do “Sistema Integrado de Gestão”.

Outro aspecto digno de destaque é, a evolução prevista na definição da nova política marítima europeia, através da participação nacional na elaboração do “Livro Verde sobre a Política Marítima Europeia”.

Participação em Missões Internacionais

É reconhecido que a experiência de participação na última década em missões internacionais tem permitido, não só a modernização e prestígio das FA, mas também a



própria credibilidade internacional de Portugal. Em 2007, o envolvimento das FA em missões internacionais de gestão de crises, de carácter humanitário e de apoio à paz, bem como, a participação em missões de luta contra o terrorismo transnacional em quadro legal próprio e em coordenação com os instrumentos internos para esse combate, continuará a ser determinado de acordo com os objectivos da política de defesa, com as áreas de interesse estratégico nacional, com as organizações internacionais e sistemas de alianças a que Portugal pertence, e sempre no quadro do processo de consolidação orçamental.

A Lei de Programação Militar inclui ainda, projectos de desactivação de equipamentos, armamento, munições e infra-estruturas cuja inscrição como despesas com compensação em receita, contribui para a variação positiva de 4,4 por cento neste parâmetro no âmbito do subsector Estado.

O crescimento do subsector Estado, é ainda justificado pelo reforço orçamental da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, e pela previsão de 2M€ de encargos de gestão e administração das acções envolvidas na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia que sustentam, em parte, o crescimento de 24,7 por cento no Gabinete dos Membros do Governo Órgãos e Serviços Centrais, face à estimativa para 2006.

Destaca-se ainda, de entre as dotações específicas, o montante de 58M€ para suportar os encargos com a participação das FA Portuguesas em Missões Internacionais de natureza militar ou humanitária e de manutenção de paz, designadamente no quadro das Nações Unidas, os Encargos com a saúde com 62,5M€ e as Pensões de reserva com 90M€. À semelhança do orçamento para 2006, estão previstos 5,5M€ para fazer face a encargos decorrentes da Lei do Serviço Militar, designadamente, para o Dia da Defesa Nacional.

Considerando a despesa consolidada desagregada segundo a sua estrutura económica, as despesas de pessoal situam-se em 55,7 por cento do total do orçamento do MDN e as despesas com aquisição de serviços que atingem 17,8 por cento do orçamento para 2007.

Relativamente às transferências internas, que se situam em 9,5M€, refira-se que desses: 9,0M€ para o Instituto de Acção Social das Forças Armadas e 0,5M€ relativos a investimentos do Plano para financiamento dos projectos “Dinâmica Oceânica” e “Dinâmica Costeira” do Instituto Hidrográfico.



Relatório OE2008 (previsões)

Comparativamente à estimativa de execução para 2007, o orçamento da despesa consolidada para 2008 revela um crescimento de 8,5 por cento, situação que se deve essencialmente ao acréscimo evidenciado pelos recursos afectos à LPM, destinados a dar continuidade ao processo em curso de reequipamento das FA.

A Lei de Programação Militar, publicada em 29 de Agosto de 2006 (Lei Orgânica n.º 4/2006), tem por objecto a programação do investimento público nas FA relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacto directo na modernização e na operacionalidade do SFN.

O Quadro de Referência Estratégica Nacional, contribui significativamente para o acréscimo verificado nos meios afectos aos Investimentos do Plano face a 2007, com a atribuição de mais 9,8M€ destinados fundamentalmente, ao financiamento da defesa e segurança marítima.



ANEXO F

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional



ANEXO F

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Missão e Competências

A Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) é o serviço de estudo e de assessoria técnica no âmbito das grandes linhas de acção de PDN, especialmente no quadro estratégico das relações internacionais.

À DGPDN compete, em especial:

- Realizar estudos pluridisciplinares sobre a situação da DN e apresentar propostas que contribuam para a definição e fundamentação das decisões superiores;
- Acompanhar e elaborar estudos sobre a situação estratégica nacional e a evolução da conjuntura internacional, trabalhando toda a informação respeitante às relações estratégicas de defesa;
- Elaborar estudos e apresentar propostas sobre os parâmetros orientadores da organização, emprego e sustentação de forças militares;
- Promover e acompanhar o desenvolvimento das relações externas de defesa, apoiando a participação do MDN em reuniões e outros actos de relacionamento internacional, em especial no quadro das alianças de que Portugal seja membro;
- Assegurar, sem prejuízo das competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os contactos com outros países, em particular com os países lusófonos, com vista à celebração de acordos bilaterais no âmbito da defesa, nomeadamente na área da cooperação técnico-militar, garantindo a sua adequada execução.



Estrutura orgânica

A Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, é dirigida por um Director-Geral, coadjuvado por um Subdirector-Geral.

Para o exercício das suas atribuições, esta Direcção é composta pelos seguintes Departamentos e por uma Secção Administrativa:

- **Departamento de Estudos e Coordenação (DEC)**

É o serviço de apoio técnico ao qual incumbe, em coordenação com os demais serviços da DGPDN, o estudo e a preparação de medidas de PDN que complementam a actividade normal dos outros serviços. Compete, em especial, ao DEC:

- Apoiar o Director-Geral no planeamento e coordenação dos trabalhos da DGPDN;
- Assegurar a análise sistemática do quadro conceptual e legal do ordenamento da defesa;
- Prestar apoio jurídico à actividade dos demais serviços da DGPDN e elaborar projectos de diplomas legais e regulamentares;
- Colaborar na coordenação e integração de relatórios e análises sectoriais e elaborar estudos pluridisciplinares ou de natureza especifica, estes últimos por iniciativa própria ou por determinação superior;
- Acompanhar, sempre que superiormente determinado, as realizações de carácter cultural ou técnico-científico, com incidência na área de defesa, tais como cursos, conferências e seminários.

- **Departamento de Planeamento Estratégico de Defesa (DPED)**

É o serviço encarregado do estudo e preparação de medidas orientadoras de organização aplicáveis às forças militares, bem como, da adequação do planeamento de forças à sua participação em alianças de defesa e à cooperação bilateral. Compete-lhe em especial:



- Elaborar estudos sobre os princípios conceptuais da componente militar da política de defesa, quer na perspectiva nacional, quer decorrentes das alianças de defesa em que Portugal participa;
- Elaborar estudos de situação e análises prospectivas sobre o planeamento estratégico de defesa, apurando as capacidades de resposta nacionais, no âmbito militar, face às solicitações internacionais,
- Estudar e propor as medidas de política relativas à componente militar de DN;
- Preparar e acompanhar a execução das medidas de política de defesa superiormente determinadas;
- Participar, no seu âmbito, em grupos de trabalho pluridisciplinares e interdepartamentais;
- Assegurar o apoio às reuniões do seu âmbito em que o Ministério deva participar.

○ **Departamento de Relações Multilaterais (DRM)**

É o serviço encarregado da análise e do acompanhamento sistemático da caracterização e da evolução das grandes linhas de forças político-estratégicas, nomeadamente as decorrentes de alianças de que Portugal seja parte, bem como, de estudar a sua incidência, directa ou indirecta, na DN, competindo-lhe em especial:

- Participar, sistematicamente, na actividade das organizações internacionais e de órgãos das alianças de que Portugal seja parte, nos domínios da segurança e defesa, por forma que o processo decisório nacional possa, em termos oportunos, intervir e influenciar o processo decisório multilateral;
- Elaborar estudos sistemáticos e oportunos, para decisão interna, em apoio das representações nacionais de defesa nas sedes internacionais, incluindo a negociação externa de medidas de confiança e segurança e de controlo de armamentos;



- Elaborar análises prospectivas da evolução dos vectores que enquadrem a defesa militar, bem como das medidas de confiança e segurança, de controlo de armamentos e de resolução pacífica de conflitos;
- Preparar e acompanhar a execução das medidas de política de defesa superiormente determinadas
- Participar, no seu âmbito, em grupos de trabalho pluridisciplinares e interdepartamentais;
- Assegurar o apoio às reuniões do seu âmbito em que o Ministério deva participar.

○ **Departamento de Relações Bilaterais (DRB)**

É o serviço encarregado do estudo e preparação de medidas de PDN no âmbito estratégico das relações externas de defesa de natureza bilateral, em particular no quadro dos acordos de que Portugal seja parte, competindo-lhe especialmente:

- Elaborar estudos de situação sobre o relacionamento bilateral, mantendo o DPED informado quanto ao empenhamento militar nacional na cooperação bilateral;
- Elaborar análises prospectivas das relações bilaterais, tendo em atenção o envolvimento nacional corrente, as capacidades das FA e a exequibilidade de eventuais novos acordos;
- Estudar e propor medidas no âmbito dos acordos existentes e participar na negociação de novos acordos;
- Preparar e zelar pela execução das medidas superiormente determinadas, nomeadamente quanto à correcta aplicação dos acordos de que Portugal seja parte;
- Participar no âmbito dos acordos de que Portugal seja parte, nas comissões bilaterais e integrar as comissões mistas;
- Participar no seu âmbito, em grupos de trabalho pluridisciplinares e interdepartamentais;
- Assegurar o apoio às reuniões do seu âmbito em que o Ministério deva participar.



○ **Departamento de Cooperação Técnico-Militar (DCTM)**

É o serviço encarregado do estudo, planeamento, coordenação e avaliação da CTM com os países da África Subsariana, especialmente, com os PALOP e com Timor-leste, competindo-lhe em especial:

- Elaborar estudos de situação e análises prospectivas das relações de CTM em articulação com os Adidos de Defesa, mantendo o DPED informado quanto ao envolvimento militar nacional em acções de CTM;
- Propor medidas para o estabelecimento de uma política de execução de CTM em permanente actualização e adaptação;
- Preparar, conduzir e avaliar a execução das medidas superiormente determinadas, em estreita ligação com as FA, sem prejuízo da autonomia de execução técnica que estas detêm, e promover a coordenação da actividade dos adidos de defesa nesta área;
- Propor anualmente a afectação dos meios financeiros necessários ao suporte das acções de CTM, providenciando pela sua correcta utilização nos termos superiormente determinados;
- Participar, ao seu nível, nas acções de âmbito pluridisciplinar e interdepartamental, assegurando a respectiva articulação no quadro da cooperação com os países da África Subsariana e com Timor-leste;
- Participar, no âmbito dos acordos CTM com países da África Subsariana e com Timor-leste, nas comissões bilaterais e integrar as comissões mistas;
- Assegurar o apoio às reuniões do seu âmbito em que o ministério deva participar.

○ **Secção Administrativa**

É o serviço que assegura as acções de apoio administrativo à DGPDN, em articulação com a Secretaria-geral do MDN, competindo-lhe em especial:

- Providenciar pela adequada utilização das verbas atribuídas à DGPDN assegurando, ao seu nível, as normas exigidas pela contabilidade pública;



- Dar seguimento às medidas de gestão de pessoal adoptadas pelos órgãos próprios;
- Efectuar as tarefas respeitantes à recepção, classificação, registo, distribuição interna e expedição de toda a correspondência;
- Organizar e gerir o arquivo da DGPDN;
- Assegurar o apoio dactilográfico e reprográfico;
- Proceder ao aprovisionamento dos materiais necessários ao funcionamento da DGPDN;
- Diligenciar junto dos serviços competentes pelo adequado estado de utilização e conservação dos bens ao serviço da DGPDN, mantendo actualizado o respectivo inventário;
- Coordenar o cumprimento das tarefas atribuídas ao pessoal administrativo e auxiliar.



APÊNDICE A

Regime das Contrapartidas



APÊNDICE A⁴¹

O Regime Jurídico das Contrapartidas é aprovado pelo Decreto-Lei n.º154/2006 de 7 de Agosto, e é o documento que delimita a actuação da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC), relativamente à definição e gestão de programas de contrapartidas.

No seu art. 1º é definido Contrapartida como “...as compensações acordadas entre o Estado e um fornecedor de material de defesa, susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento industrial da economia portuguesa e consequente aumento do valor económico associado à aquisição.” (Plano Tecnológico Integral,176)

Os objectivos subjacentes às Contrapartidas são:

- “1) (...) contribuir positivamente para o desempenho da economia portuguesa e traduzir-se em acções cujos efeitos, directos e indirectos, sobre a economia nacional, sejam reconhecidamente estruturantes e inovadores, designadamente através do desenvolvimento de capacidades empresariais competitivas nos mercados internacionais;
- 2) (...) contribuir também para a criação de capacidades empresariais na área das indústrias de defesa, integradas de modo competitivo nas redes de criação de valor da indústria europeia de defesa, visando particularmente a participação nacional na cadeia de valor associada aos equipamentos ou sistemas objecto do fornecimento ou a construção de capacidades nacionais ligadas à sustentação do ciclo de vida de equipamentos ou sistemas de defesa adquiridos pelas Forças Armadas.” (Plano Tecnológico Integral)

O âmbito de aplicação de Contrapartidas é um:

1. Processo de aquisição de material de defesa que tenham por objecto bens e serviços constantes da lista prevista no n.º 2 do art. 296º do Tratado da Comunidade Europeia, em valor não inferior a 10M€
2. Processo de aquisição de material de defesa por parte de Portugal a outro Estado, independentemente do valor envolvido;
3. Processo de aquisição de material de defesa relativamente aos quais o adjudicatário seja dispensado da obrigação de prestação de contrapartidas, mediante despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e da

⁴¹ ⁴¹ Fonte: Plano de Investigação e Tecnologia de Defesa, DGAED.



Economia e a de Defesa Nacional da Inovação, sob proposta fundamentada da (CPC).

As Contrapartidas podem subdividir-se em:

1. Directas, quando ligadas ao objecto de aquisição;
2. Indirectas, ligadas à ID e as que não são ligadas à ID.

No Capítulo II do Decreto-Lei n.º 154/2006, são definidos os parâmetros avaliativos das propostas de Contrapartidas, categorizando os projectos, definindo os critérios de elegibilidade e de avaliação, e os factores de avaliação e de contabilização.

Deste modo, a principal questão que envolve um Projecto de Contrapartidas é: “(...) *contribuir para o desenvolvimento industrial da economia portuguesa e para o consequente aumento do valor económico associado à aquisição, através de efeitos directos e indirectos, reconhecidamente estruturantes e inovadores, bem como de contribuir para o desenvolvimento de capacidades empresariais na área das indústrias de defesa, de modo a torná-las competitivas nos mercados internacionais e a integrá-las nas redes de criação de valor da indústria europeia de defesa, visando particularmente a participação nacional na cadeia de valor associada aos equipamentos ou sistemas objecto do fornecimento ou a construção de capacidades nacionais ligadas à sustentação do ciclo de vida de equipamentos ou sistemas de defesa adquiridos pelas Forças Armadas.*” (Plano Tecnológico Integral, 176)

Assim, para aproveitamento das oportunidades apresentadas pelas Contrapartidas associadas às aquisições militares em curso e previstas no futuro próximo, é necessário definir áreas de investimento estratégicas para Portugal, bem como, as tecnologias adequadas para essas áreas privilegiando o desenvolvimento da base tecnológica e industrial nacional.

A definição de áreas de investimento estratégicas para Portugal “(...) *permitirá orientar os projectos de Contrapartidas de forma a maximizar o retorno económico. É prioritário definir áreas estratégicas para a economia nacional, processo que pode ser realizado em três etapas:*

1. *Caracterização da base tecnológica e industrial nacional. Identificação, caracterização e posicionamento no contexto mundial das empresas e institutos de investigação nacionais, para identificação dos actores, actuais e potenciais, das suas competências e das vantagens competitivas nacionais;*



2. *Estudo dos principais mercados em que a indústria nacional actua. Identificação das tendências e do potencial de crescimento dos sectores de mercado em que a indústria e o sistema científico e tecnológico actuam;*
3. *Com base em 1. e 2., definir as áreas estratégicas para Portugal como aquelas em que existe um elevado potencial, tanto de lado da base industrial, como do lado do mercado.”(Plano Tecnológico Integral, 176).*

Paralelamente, para as áreas estratégicas identificadas, “(...) *é necessário definir as tecnologias em desenvolvimento que se perfilam como as adequadas num horizonte de 10 a 20 anos.(...)*” (Plano Tecnológico Integral, 177).

Baseado nas áreas estratégicas identificadas, “(...) *pode passar-se à fase de identificação de projectos de interesse nacional com efeito mobilizador e estruturante na economia, que promovam o desenvolvimento de competências distintivas na indústria nacional e contribuam para a sua estruturação e posicionamento no mercado.*” (Plano Tecnológico Integral, 177).



APÊNDICE B

EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.

APÊNDICE B

A EMPORDEF⁴² é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos, tutelada pelo MDN e pelo Ministério das Finanças, criada em 1996 e que agrupa as participações do Estado em empresas da área da Defesa.



Figura 11: EMPORDEF e as Empresas da Defesa

Fonte: Sita da EMPORDEF [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.empordef.pt>>

Os principais objectivos da EMPORDEF são:

- Estabelecer as condições básicas para a modernização e desenvolvimento sustentado do sector ID;
- Facilitar a coordenação, ao nível governamental, do processo decisório relativo à ID;
- Adaptar a ID às novas condições do mercado;
- Funcionar como mecanismo para gerir a interdependência e as sinergias entre as empresas participadas.

⁴² Fonte: "EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., Relatório de Gestão e Contas Individuais 2005"



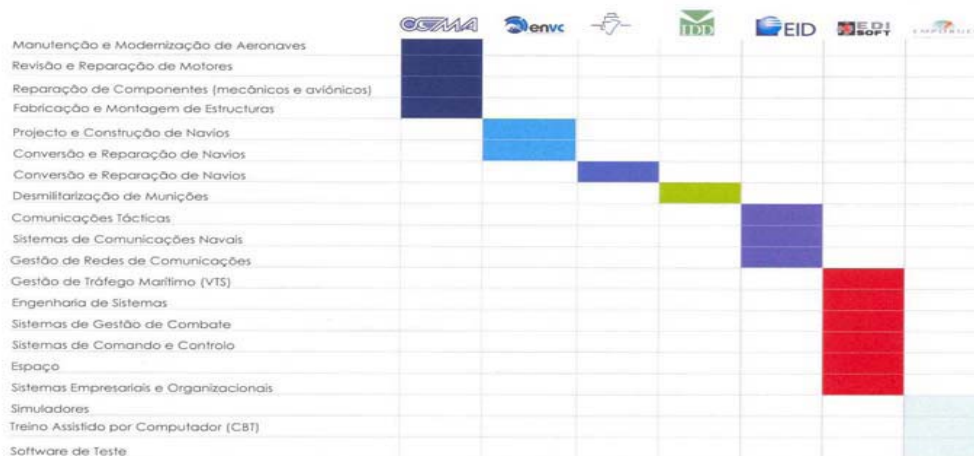
A sobrevivência do sector da ID em termos financeiramente sustentáveis e a sua inserção internacional, com alguma expressão, terá de ser feita a partir de empresas com capacidades tecnológicas elevadas. Assim, e no curto prazo, a EMPORDEF terá que prosseguir as acções tendentes a:

- Eliminar redundâncias entre empresas agrupando sectores afins existentes nas diferentes empresas, concentrando-os na empresa em que sejam mais significativas as sinergias;
- Fazer com que as empresas tirem partido da sua complementaridade;
- Preencher lacunas funcionais, com sentido estratégico;
- Transformar profundamente a cultura existente, numa direcção claramente empresarial.

A actividade da EMPORDEF em relação às empresas do seu universo incidirá, de forma continua e sustentada na alteração dos quadros comportamentais, culturais, e organizacionais, reforçando os vectores de eficiência e relação com o mercado, no sentido de criar as condições para uma competitividade sustentada e uma acrescida inserção internacional.

A EMPORDEF reforçará também o seu papel de centro de decisão estratégica da ID, clarificando o seu campo de acção e a sua capacidade de intervenção ao nível do investimento na consecução das opções estratégicas a tomar, quer no quadro das empresas do seu universo quer no quadro de novos projectos empresariais

Áreas de Actividade do Grupo



Quadro 3: Áreas de Actividades do Grupo

Fonte: Sita da EMPORDEF [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.empordef.pt>>



A EMPORDEF terá no entanto de dotar-se de capacidade de intervenção de forma a dar resposta aos desafios futuros, entendendo-se que as indústrias de defesa deverão ser também:

- Um instrumento fundamental para o processo de aprovisionamento das FA;
- O veículo de internacionalização de tecnologia;
- O suporte da engenharia logística associada aos equipamentos da FA.

Deste modo, pretende-se que a EMPORDEF seja uma *holding* estratégica, de forma a possuir as capacidades críticas de coordenação e de recursos partilhados de modo a melhor desempenhar as suas funções e captar sinergias operacionais, para a optimização das unidades de negócio que a compõem.

Perspectiva-se assim, para o futuro próximo, um processo de continuidade assente em:

- Consolidação da reorganização da reorganização da EMPORDEF como *holding* estratégica das ID;
- Reestruturação económico-financeira dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.;
- Consolidação e crescimento orgânico do núcleo das empresas tecnológicas;
- Desenvolvimento da parceria, crescimento sustentado e acréscimo da internacionalização das OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.;
- Conclusão do processo de reestruturação económico-financeira da NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.;
- Desenvolvimento das restantes participadas.



APÊNDICE C

Orçamento da Defesa dados estatísticos



ANEXO C

European Defence Expenditure - General

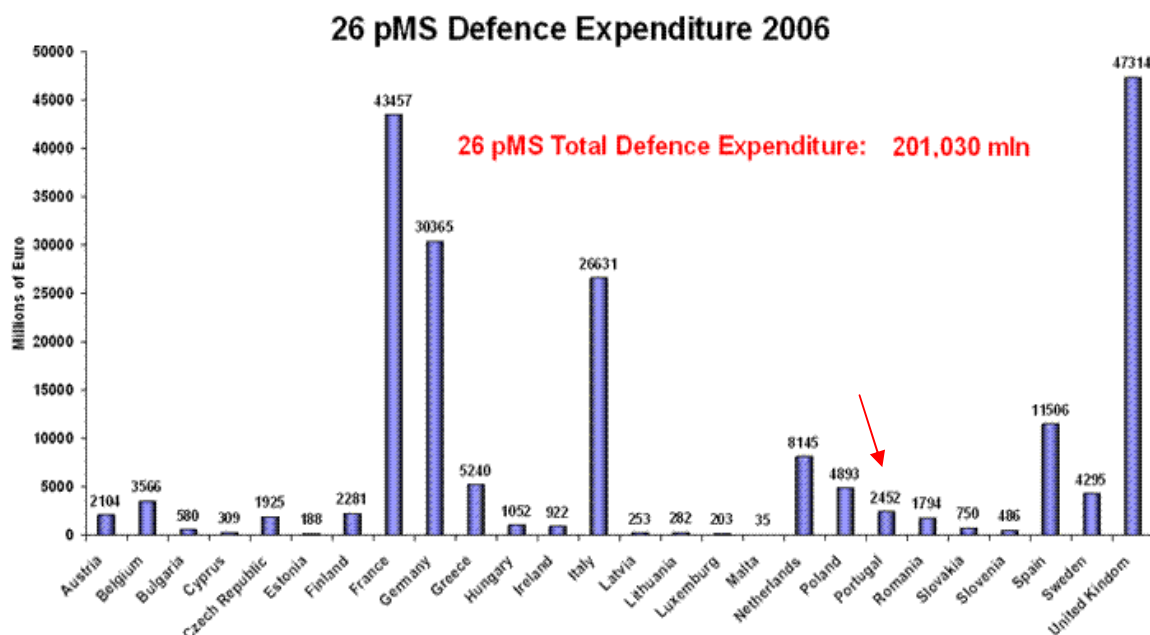


Figura 12: Despesas na Defesa - 2006

Fonte: Site EDA [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.eda.europa.eu/>>

European Defence Expenditure - General

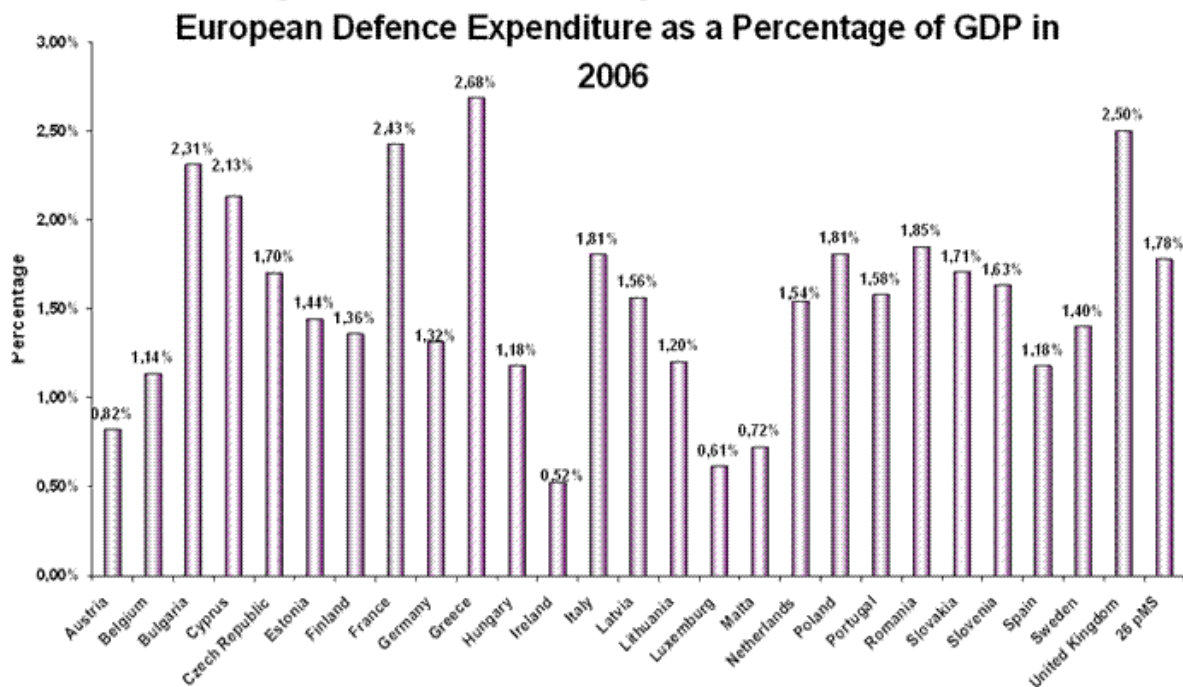


Figura 13: Despesas na Defesa relativamente ao PIB - 2006

Fonte: Site EDA [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.eda.europa.eu/>>

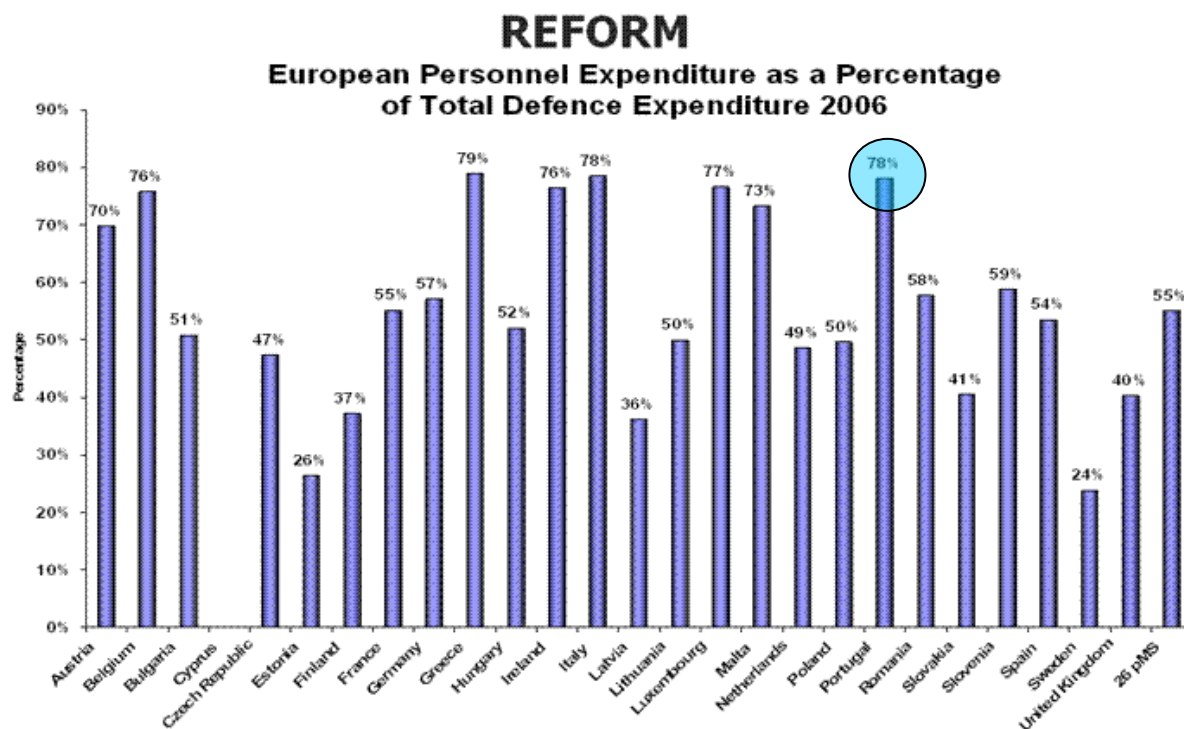


Figura 14: Despesas com Pessoal em %Total Despesas na Defesa - 2006

Fonte: Site EDA [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.eda.europa.eu/>>

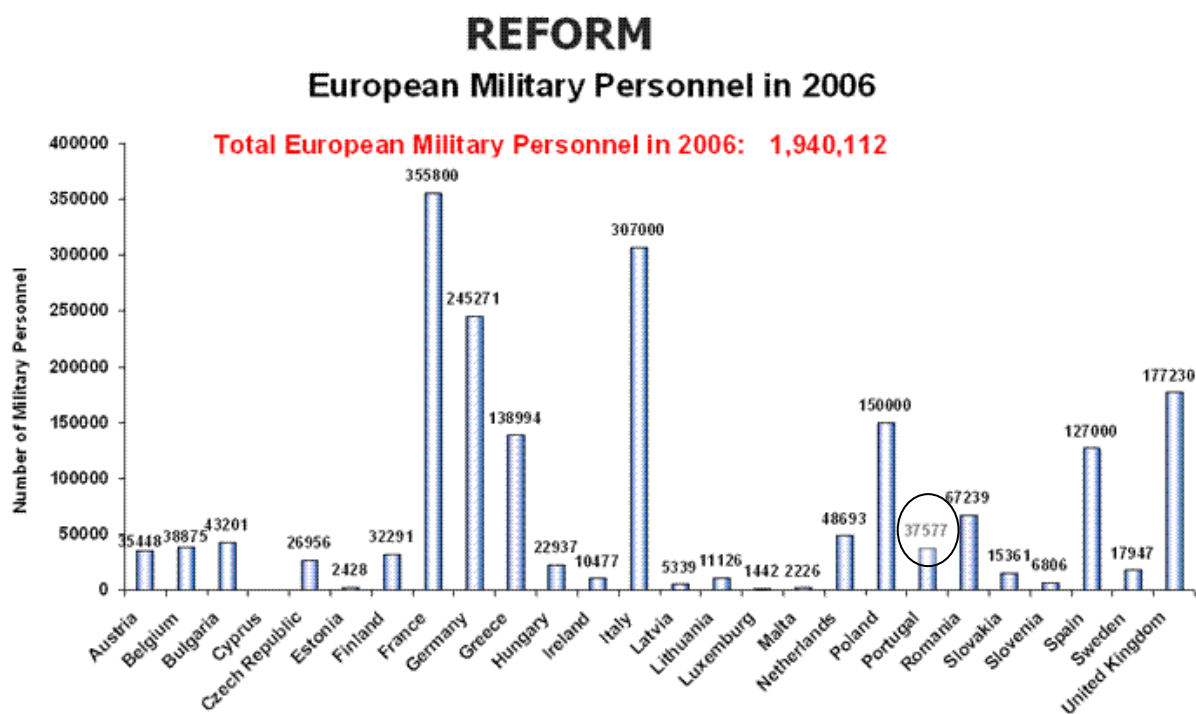


Figura 15: Pessoal Militar Europeu - 2006

Fonte: Site EDA [consultado em 02MAI08] disponível em <<http://www.eda.europa.eu/>>



<i>Serviços Centrais do MDN</i>	<i>Período de 2006 a 2011</i>						
	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>Total</i>
Modernização Base Industrial e Tecnológica da Defesa	11,834	8,632	8,632	10,959	10,959	9,892	60,908
Capacidades Conjuntas	58,902	102,308	80,968	94,361	146,485	171,102	654,126
Sistemas de Informação de Gestão	7,460	5,000	5,000	1,000	2,000	2,000	22,460
Sistema de <i>Procurement</i>	0,500	0,400	0,200	0,200	0,200	0,200	1,700
Alienação de Equipamentos		-30,000	-90,000	-80,000	-45,000	-45,000	-290,000
<i>Soma do MDN</i>	78,696	86,340	4,800	26,520	114,644	138,194	449,194

<i>Estado-Maior-General das Forças Armadas</i>	<i>Período de 2006 a 2011</i>						
	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>Total</i>
Comando e Controlo	5,322	14,187	10,186	6,403	12,363	4,998	53,459
<i>Soma do EMGFA</i>	5,322	14,187	10,186	6,403	12,363	4,998	53,459
Unidade: milhões de Euros							

Quadro 4: LPM 2006 a 2011 – Serviços Centrais do MDN e EMGFA

Fonte: LPM – Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29AGO

(Milhões de Euros)

<i>MARINHA</i>	<i>Período de 2006 a 2011</i>						
	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	
Capacidade de Comando e Controlo	4,394	7,591	3,940	2,042	1,444	0,444	
Capacidade Submarina	1,791	14,217	42,438	27,770	53,116	46,174	
Capacidade de Projectão de Força	2,257	5,335	8,492	26,151	8,746	8,801	
Capacidade Oceânica de Superfície	48,837	15,788	27,917	34,400	74,070	79,770	
Capacidade de Fiscalização	21,814	0,805	0,805	0,805	0,805	0,525	
Capacidade Oceanográfica e Hidrográfica	5,349	1,045	0,910	1,075	1,075	1,125	
Capacidade de Assinalamento Marítimo	0,360	0,175	0,305	0,305	0,305	0,210	
Capacidade de Combate à Poluição	0,635	0,570	0,570	0,470	0,353	0,370	
Capacidade de Autoridade Marítima	1,605	1,340	1,327	1,355	1,355	1,324	
Capacidade de Guerra de Minas	0,871	0,987	1,216	1,000	0,980	0,930	
Capacidade de Reservas de Guerra	3,000	3,000	3,000	3,000	4,000	4,000	
Capacidade Componente Fixa	5,000	5,000	5,000				
<i>Soma da Marinha</i>	95,913	55,853	95,920	98,373	146,249	143,673	

Quadro 5: LPM 2006 a 2011 – Marinha

Fonte: LPM – Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29AGO

(Milhões de Euros)

<i>EXÉRCITO</i>	<i>Período de 2006 a 2011</i>						
	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>Total</i>
Capacidade de Comando, Controlo e Comunicações	5,974	1,776	3,500	1,000	5,172	7,777	25,199
Capacidade de Info., Vigilância e Reconhecimento						0,510	0,510
Capacidade de Reacção Rápida					0,600	8,650	9,250
Capacidade de Intervenção	0,330	50,367	80,999	99,556	62,960	21,860	316,072
Capacidade Mecanizada	6,200	2,000	4,200	4,500	8,000	25,257	50,157
Capacidade de Apoio Geral						4,000	4,000
Capacidade de Sustentação Logística da Força	0,500	0,500	1,500	0,250	1,500	3,275	7,525
Capacidade de Sobrevivência e Protecção da Força	3,000				0,200	0,800	4,000
Capacidade de Ensino, Formação e Treino						1,375	1,375
Capacidade de Sustentação	7,520	2,000	1,826		1,500	1,700	14,546
<i>Soma do Exército</i>	23,524	56,643	92,025	105,306	79,932	75,204	432,634

Quadro 6: LPM 2006 a 2011 – Exército

Fonte: LPM – Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29AGO



(Milhões de Euros)

FORÇA AÉREA	Período de 2006 a 2011						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Capacidade de Comando, Controlo e Vigilância	17,875	9,094	6,865	1,872	6,872	8,878	51,456
Capacidade de Defesa Aérea e ASFAO	37,578	24,892	18,100	2,000	4,691		87,261
Capacidade de Stocks de Armamento	12,160	4,000	2,500	2,500	3,000	3,410	27,570
Capacidade de Busca e Salvamento (SAR/CSAR)	4,208	2,759	2,599	2,626	0,016		12,208
Capacidade de ASW, ASuW, EW, C2, e ISTAR	16,462	21,578	41,240	36,390	11,650	55,700	183,020
Capacidade de Transp. Teatro, Vigile Fisc., Foto. e Geof.	1,670	31,183	29,683	29,183	30,998	30,998	153,715
Capacidade de Componente Territorial e Inf. Aeronáutic.	5,000	2,000	7,000	1,100	1,100	2,496	18,696
Capacidade de Projecção e Protecção de Forças	1,000	2,610	2,000	2,000	2,000	2,390	12,000
Capacidade de Formação Avançada de Pilotos (AEJPT)	0,500	0,500	0,500	0,500			2,000
Soma da Força Aérea	96,453	98,616	110,487	78,171	60,327	103,872	547,926

Quadro 7: LPM 2006 a 2011 – Serviços Centrais do MDN e EMGFA

Fonte: LPM – Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29AGO

LPM	Período de 2006 a 2011						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
MDN	78,695	86,340	4,800	26,520	114,644	138,194	449,193
EMGFA	5,322	14,187	10,186	6,403	12,363	4,998	53,459
MARINHA	95,913	55,854	95,920	98,373	146,249	143,673	635,982
EXÉRCITO	23,524	56,643	92,025	105,306	79,932	75,204	432,634
FORÇA AÉREA	96,453	98,616	110,487	78,171	60,327	103,872	547,926
Soma da LPM	299,907	311,640	313,418	314,773	413,515	465,941	2,119,194

Quadro 8: LPM 2006 a 2011 – Totais do MDN; EMFGA e Ramos

Fonte: LPM – Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29AGO

LPM: sexénio 2006-2011

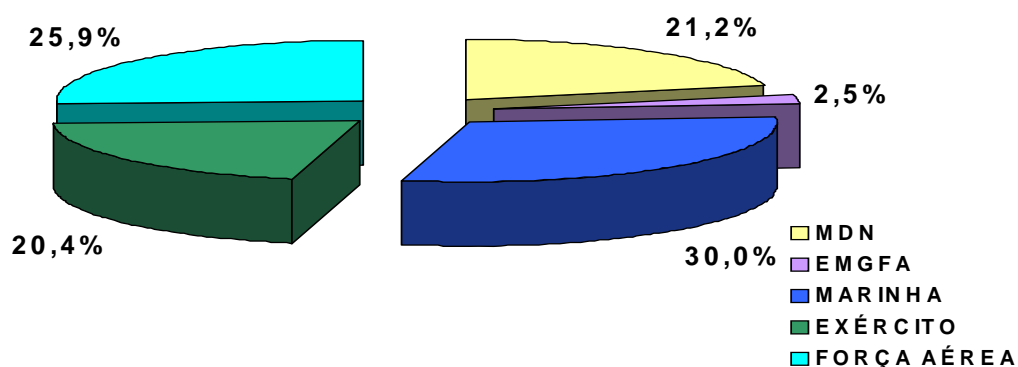


Figura 16: LPM – Sexénio 2006-2011

Fonte: LPM – Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29AGO



APÊNDICE D

Meios existentes e projectos futuros para as FA



APÊNDICE D

MARINHA



As fragatas da classe "Vasco da Gama" são do tipo "Meko 200", construídas em estaleiros alemães e entraram ao serviço da Marinha de Guerra Portuguesa em 1991. As três unidades desta classe, "Vasco da Gama", "Álvares Cabral" e "Corte Real", são navios vocacionados para enfrentar qualquer cenário de multi ameaça no mar. Na panóplia de equipamento e armamento destes navios estão incluídos dois helicópteros com a missão primária de luta anti-submarina.

Características	Descrição
País de origem	Construção alemã, inclui componentes de vários países, nomeadamente Portugal
Comprimento fora a fora	115,9m
Boca no convés	14,8m
Pontal de construção	9,1m
Calado	6,0m
Deslocamento	3.180 t
Propulsão	Sistema CODOG (Combined Diesel or Gas), 2 turbinas a gás e 2 motores diesel
Velocidade máxima com motores diesel	20 nós
Velocidade máxima com turbinas a gás	32 nós
Autonomia	4.100 Milhas
Armamento principal	1 peça de 100mm; 1 peça de 20mm; Mísseis superfície-superfície Harpoon; Mísseis superfície-ar Sea Sparrow; torpedos Mk 44 e Mk 46.
Guarnição	180 Militares

Quadro 9: Classe Vasco da Gama



Os seis navios desta classe, "João Coutinho", "António Enes", "Jacinto Cândido", "General Pereira D'Eça", "Augusto Castilho" e "Honório Barreto", foram construídos, os três primeiros na Alemanha e os restantes em Espanha, todos de acordo com projecto português.

Lançados à água no início dos anos 70 prestaram serviço em África até 1975 após o que passaram a estar atribuídos a missões de fiscalização das águas territoriais e Zona Económica Exclusiva no Continente e Açores, bem assim como missões de busca e salvamento, exercícios nacionais e viagens de instrução.

Características	Descrição
País de origem	Alemanha e Espanha
Comprimento	84,6m
Boca	10,3m
Calado	3,3m
Deslocamento máximo	1.336 t
Velocidade máxima	23,8 nós
Velocidade cruzeiro	14,0 nós
Armamento principal	1 reparo duplo de peça 76,2mm; 1 reparo duplo de peça de 40mm.
Guarnição	91 Militares

Quadro 10: Classe João Coutinho



Os 4 navios desta classe, "Batista de Andrade", "João Roby", "Afonso Cerqueira" e "Oliveira e Carmo", foram construídos em Espanha, sob planos de concepção inteiramente portugueses, no início dos anos 70.

Estas corvetas foram concebidas para o desempenho de missões de escolta oceânica, dispondo de armamento anti-submarino e antiaéreo e equipamento de detecção submarina e aérea e de controlo de tiro.

Características	Descrição
País de origem	Espanha
Comprimento	84,59m
Boca	10,3m
Pontal	6,2m
Calado	3,55m
Deslocamento máximo	1.400t
Velocidade máxima	23,4 nós
Velocidade cruzeiro	14,0 nós
Armamento principal	1 reparo simples de 100mm Mod. 68; 2 reparos simples de 40mm Boffors L/70; 2 reparos triplos lança-torpedos Mk32; 1 calha para lançamento de bombas de profundidade Mk 9
Guarnição	107 militares

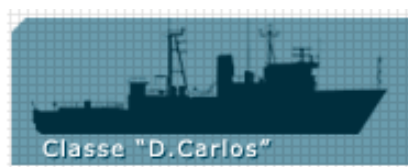
Quadro 11: Classe Batista de Andrade



Esta classe é composta por duas Lanchas Hidrográficas, "Andrómeda" e "Auriga", construídas no Arsenal do Alfeite em Portugal, e são destinadas a efectuar actividades hidrográficas e oceanográficas em estuários e zonas costeiras.

Características	Descrição
País de origem	Portugal
Comprimento	31,5m
Boca máxima	7,7m
Pontal	3,6m
Deslocamento máximo	245t
Propulsão	1 motor diesel MTU 12V396 de 760Kw
Velocidade máxima	12,5 nós
Autonomia a 10 nós	1.980 Milhas
Guarnição	12 Militares

Quadro 12: Lanchas Hidrográficas – Classe Andromeda



Colocado ao serviço da Armada em 1988 trata-se de um navio construído com casco reforçado afim de poder operar em áreas de gelo flutuante. Destina-se a efectuar trabalhos hidrográficos e oceanográficos. Para sondagem em águas pouco profundas dispõe de uma embarcação de 7,9m e em trabalhos de posicionamento de precisão, o navio pode ser operado por comando à distância.



Características	Descrição
País de origem	EUA
Comprimento	63,6m
Boca	12,0m
Calado	4,6m
Deslocamento máximo	1.327t
Propulsão principal	Diesel – eléctrica
Velocidade	11 nós
Autonomia	12.000 Milhas
Guarnição	47 Militares

Quadro 13: Lanchas Hidrográficas



Este navio operou entre 1985 e meados dos anos 90 como parte da frota dos EUA destinada à vigilância e detecção anti-submarina. No final da década de 90 foi entregue à Armada que depois de efectuadas as necessárias adaptações o passou a utilizar como Navio Hidrográfico. O "D. Carlos I" tem como missões principais a realização de levantamentos hidrográficos, a colheita de dados no domínio da oceanografia física e química, da geologia, da geofísica e químicas marinhas, da acústica submarina.



Adquirido por Portugal ao Brasil em 1962, o actual Sagres foi construído na Alemanha em 1937/38, recebeu o nome de "Albert Leo Schlageter" e esteve ao serviço neste país até ao final da 2ª Guerra Mundial, momento em que os EUA dele tomaram posse. Em 1948 foi cedido ao Brasil que o baptizou de "Guanabara".

Este navio, mundialmente conhecido pelas famosas cruzes de Cristo vermelhas que traz desenhadas nas velas redondas, tem como missão fundamental a de navio-escola, proporcionando um amplo e profundo contacto com a vida do mar a sucessivas gerações de oficiais da Armada. Desempenha ainda missões de representação de Portugal em todos os portos que visita no decurso das suas viagens de instrução, salientando-se as duas viagens de circum-navegação efectuadas, em 1978/79 e 1983.

Características	Descrição
País de origem	Alemanha
Comprimento fora a fora	89,5m
Boca	12m
Calado	5,5m
Deslocamento máximo	1.869t
Altura do mastro	45,1m
Propulsão	À vela e a motor
Superfície vélica	1.935m ²
Motor diesel	1.000cv.
Velocidade	10 nós
Guarnição	164 Militares
Alunos em instrução	60

Quadro 14: NRP Sagres



São 4 os navios desta classe de Lanchas de Fiscalização Rápida, "Centauro", "Orion", "Pegaso" e "Sagitário". Colocadas na água durante o ano de 2000 e 2001. Efectuam acções de patrulhamento na costa continental Portuguesa e no Arquipélago da Madeira.

Características	Descrição
País de Origem	Portugal
Comprimento	27 m
Boca	5,9 m
Calado	2,8 m
Deslocamento máximo	94 t
Propulsão	2 Motores Cummins KTA-50-M2
Velocidade	26 nós
Autonomia	1350 milhas a 15 nós
Armamento principal	2 metralhadoras 12,7 mm MGs
Sensores	1 radar de navegação Furuno 1505 DA
Guarnição	8 Militares

Quadro 15: Classe Centauro



Os 5 navios desta classe, "Argos", "Dragão", "Escorpião", "Cassiopeia" e "Hidra" foram construídos em Portugal e colocados ao serviço entre 1991 e 2000.

Características	Descrição
País de origem	Portugal
Comprimento	27,2m
Boca	5,9m
Calado	1,4m
Deslocamento máximo	94t
Propulsão	2 motores MTU 12V 396 TE 84 diesel
Velocidade	28 nós
Autonomia	1.350 milhas a 15 nós
Armamento principal	2 Metralhadoras 12,7mm
Guarnição	8 Militares

Quadro 16: Classe Argos



Esta classe é composta por 4 navios, "Cacine", "Cuanza", "Zaire" e "Save", construídos em Portugal e colocados ao serviço da Armada entre 1969 e 1973. Um destes navios está em permanência na Região Autónoma da Madeira.

Características	Descrição
País de origem	Portugal
Comprimento	44m
Boca	7,7m
Calado	2,2m
Deslocamento máximo	310t
Propulsão	Motores MTU 12V 538 TB80 diesel
Velocidade	20 nós
Autonomia	4.400 milhas a 12 nós
Armamento principal	1 Bofors 40mm/60 e 1 Oerlikon 20mm/65
Guarnição	33 militares

Quadro 17: Classe Cacine



A Lancha de Desembarque Grande, "Bombarda" é um navio construído em Portugal, no Arsenal do Alfeite e entrou ao serviço em 1985. Trata-se de um navio apto a efectuar transporte de pessoal, viaturas e carga até 350 toneladas.

Características	Descrição
País de origem	Portugal
Comprimento	56,2m
Boca	11,8m
Calado	1,9m
Deslocamento máximo	652t
Propulsão	2 motores MTU MB diesel
Velocidade	9,5 nós
Autonomia	2.600 milhas a 9 nós
Armamento principal	2 Oerlikon 20mm
Guarnição	21 Militares

Quadro 18: Lancha de Desembarque Grande



A Armada Portuguesa dispõe actualmente de 2 submarinos da classe "Albacora" (Daphné) ao serviço, o "Barracuda" e o "Delfim", ambos integrados na Esquadrilha de Submarinos.

Estes navios foram construídos em França e entregues a Portugal nos finais dos anos 60. A Lei de Programação Militar prevê a aquisição de três novos submarinos.

Características	Descrição
Comprimento	57,80 m
Deslocamento à superfície	869 t
Deslocamento em imersão	1.042 t
Velocidade à superfície	13,5 nós
Velocidade em imersão	16 nós
Guarnição	54 Militares

Quadro 19: Submarinos



O navio balizador "Schultz Xavier" foi construído nos estaleiros navais do Alfeite, tendo sido aumentado ao efectivo da Armada em 1972. Tem como missão a balizagem e apoio aos faróis dos portos do continente e regiões autónomas.

Além desta missão principal este navio tem possibilidade de efectuar reboque, recuperação de objectos afundados, desencalhe e salvamento de navios de porte médio e apoio a exercícios navais.

Características	Descrição
País de origem	Portugal
Comprimento	56m
Boca	10,20m
Calado	3,60m
Propulsão	2 motores diesel 2.400 HP
Velocidade máxima	15,5 nós
Velocidade cruzeiro	12 nós
Guarnição	54 Militares

Quadro 20: Schultz Xavier - Navio Balizador



O actual N.R.P. "BÉRRIO" foi adquirido ao Reino Unido onde integrava a Royal Fleet Auxiliary (RFA) com o nome de "BLUE ROVER", tendo sido aumentado ao efectivo dos navios da Marinha de Guerra Portuguesa em 31 de Março de 1993.

Foi lançado à água em 11 de Novembro do mesmo ano, entrando ao serviço a 15 de Julho de 1970. Foi alvo de várias acções de modernização, a última das quais em Março de 1991.

A sua actividade operacional constante no apoio logístico aos navios da Royal Navy, levou a empenhamentos operacionais diversificados, sendo de realçar o conflito das Malvinas, em 1982, no Atlântico Sul, onde actuou nos teatros de operações das ilhas da Geórgia do Sul e São Carlos.

Características	Descrição
País de origem	Reino Unido
Comprimento	140,6m
Boca	19,2m
Calado	7,30m
Deslocamento leve	4.700 t
Deslocamento máximo	11522 t
Capacidade de carga	6600t
Autonomia	15000 m (15 nós)
Velocidade máxima	15,5 nós
Propulsão	2 motores diesel SEMT 15.360 HP 12 nós
Equipamento	2 peças de Oerlikon 20mm; peça artilharia de 20mm; radar de navegação KH 1006
Guarnição	Militares

Quadro 21: NRP Bérrio



A Marinha de Guerra recebeu em 1993 os helicópteros "Super Lynx MK95", destinados a equipar a Esquadrilha de Helicópteros. Esta unidade está localizada no interior da Base Aérea n.º 6 da Força Aérea no Montijo. A Marinha dispõe actualmente de 5 destas aeronaves que habitualmente equipam as fragatas da classe "Vasco da Gama".

Características	Descrição
País de origem	Grã-Bretanha e França
Velocidade de cruzeiro	231 Km/h (125 nós)
Velocidade máxima	400 Km/h
Peso máximo à descolagem	5.126 Kg
Altitude de serviço	12.000 ft (3.660m)
Autonomia	593Km
Armamento	Torpedos MK 46
Guarnição	3 Militares

Quadro 22: Helicópteros



A espingarda automática G-36 E, da firma alemã Heckler & Koch foi adoptada pelo Destacamento de Acções Especiais do Corpo de Fuzileiros em 2003.

Características	Descrição
País de origem	Alemanha
Peso da arma	3,3 Kg
Calibre	5,56mm
Velocidade inicial	920 m / seg
Cadência de tiro	750 t.p.m.
Munições / capacidade por carregador	5,56x45mm / 30 (e 100)

Quadro 23: Espingarda Automática

Fonte: Site Marinha [consultado em 12ABR08] disponível em <www.intranet.marinha.pt>



EXÉRCITO



Obús autopropulsado que equipa o Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente. Portugal recebeu 14 armas em Janeiro de 2002, para substituição do M-109A2, desde 1981 ao serviço desta brigada.

Embora com aspecto exterior muito semelhante, este equipamento apresenta melhorias significativas em relação à versão A2, nomeadamente: - Aumento do alcance de 18.100m para 22.000m, com carga 8 e 30.000m com carga 8 e munição assistida: - Maior fiabilidade a nível mecânico e dos sistemas de tiro; - Capacidade de defesa NBQ.

Características	Descrição
País de origem	EUA
Tripulação	6
Comprimento total	9,00m
Largura total	3,15m
Altura total	3,28m
Calibre do obus	155mm

Quadro 24: Obús autopropulsado



Obús de artilharia de campanha, rebocável por viatura ligeira, helitransportável como carga suspensa e lançável em pára-quedas. Está em serviço no Exército desde 1999

Características	Descrição
País de origem	Reino Unido
Peso da arma	1.814 Kg
Comprimento em posição de marcha/ fogo	4877 / 6134 mm
Calibre	105 mm
Alcance máximo	11.400 a 19.500 m (Conforme munição utilizada)
Alcance mínimo	2.300 m
Cadência de tiro: 1º minuto/2º/seguintes	12 / 6 / 3 r.p.m.

Quadro 25: Obús de artilharia



Em serviço no Exército desde o ano 2000, foram adquiridas para uso pelas Forças Nacionais Destacadas em Timor-Leste.

Características	Descrição
País de origem	USA
Modelo	M1025A2 c/Kit blindagem anti-mina
Tipo	Utilitário 4x4
Capacidade transporte pessoal	3+ Condutor
Comprimento/Largura/Altura	4.840/2.180/1.830mm
Peso Bruto/Tara/Carga Máxima	4.672/3.075/1.597Kg
Motor atmosférico injeção, diesel /JP 8	8 cilindros em V, 6.500cm ³ , 160 HP às 3.400 r.p.m..

Quadro 26: Veiculo M1025A2



Trata-se de uma viatura blindada de transporte de tropas, anfíbia, que entrou serviço no Exército em 1967. Mais tarde foram fabricadas versões adaptadas à utilização de mísseis e morteiro 81mm. Actualmente estão ao serviço a versão de transporte de pessoal e porta-morteiro.

Desde 1996 tem sido utilizada pelas Forças Nacionais Destacadas nas missões de apoio à paz na Bósnia e Kosovo. Nestes teatros de operações a V-200 está habitualmente armada com uma metralhadora 12,7mm e outra 7,62mm.

Características	Descrição
País de origem	Portugal
Modelo / Tipo	Chaimite V-200
Tripulação / Capacidade transporte pessoal	1 / 10
Comprimento	5,60 m
Largura	2,26 m
Altura	2,39 m
Peso Bruto/Tara/Carga Máxima	7.622 / 6.818 / 804 Kg
Motor Cummings Diesel 4 tempos	V6, 6.200 cm3, 155 HP às 3.300 r.p.m.

Quadro 27: Viatura blindada anfíbia



Ao serviço do Exército desde 1989, é uma viatura táctica ligeira, versátil, anfíbia, com pequena silhueta, aero-transportável e helitransportável, com protecção balística e minas anti-pessoais, está actualmente atribuída ao Esquadrão de Reconhecimento da Brigada Aerotransportada Independente. Foi empregue pelas Forças Nacionais Destacadas no Kosovo.

Estão ao serviço em Portugal três versões, que apresentam ligeiras diferenças. Na foto acima trata-se da mais recente, recebida em 1999. Ligeiramente mais comprida que a versão base e dotada de uma torre, pode ser equipada com a metralhadora 12,7mm ou o lança granadas automático SB M1. A terceira versão destina-se a actividades de vigilância do campo de batalha.

Características	Descrição
País de origem	França
Modelo	Ultrav M-11
Tipo	Blindado ligeiro
Capacidade transporte pessoal	2
Comprimento/Largura	3,957 / 2,020 m
Peso Bruto / Tara / Carga Máxima	3.530 / 2.860 / 670 Kg
Motor Peugeot XD 3T Turbo Diesel	2.498 cm ³ , 94 HP / 4.150 r.p.m.

Quadro 28: Viatura táctica ligeira



A viatura M113 (de origem designada “Armored Personnel Carrier –APC”) revolucionou as operações militares no início da década de 60. Este veículo, capaz de transportar 11 militares mais o condutor e um chefe de viatura sob protecção blindada através de um campo de batalha hostil, tornou-se um aliado de extrema utilidade para o combatente. Além da protecção que confere, esta viatura que pode ser aerotransportada ou largada de paraquedas, é também anfíbia possibilitando o seu emprego nas mais diversificadas operações, incluindo cenários de intervenção rápida. O M113 foi adoptado por mais de 50 países servindo de base para a construção de uma família de veículos do mesmo tipo, adaptados às mais diversas funções.

Em Portugal, equipa a Brigada Mecanizada Independente (BMI) onde existem várias versões (viaturas de transporte de pessoal, porta morteiros, sistemas lança mísseis, evacuação médica, posto de comando). Estas viaturas foram utilizadas pelas Forças Nacionais Destacadas em operações de apoio à paz no Kosovo.

Características	Descrição
País de Origem	EUA
Identificação	M113A1/2
Tripulação	2
Comprimento do casco	4,863 m
Altura	2,500 m
Largura	2,686 m
Peso Bruto	11.156 Kg
Motor	Diesel 2 tempos (Detroit GMC)
Combustível	Gasóleo
Autonomia	475 Km
Distância ao solo	0,410

Quadro 29: Viatura M113



O Carro de Combate M60 A3 TTS está ao serviço no Exército desde o início dos anos 90 e equipa o Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente.

Características	Descrição
País de origem	USA
Identificação	M60A3 TTS
Tripulação	4
Comprimento do casco	6,946m
Altura	3,280m
Largura	3,631
Peso em combate	51,392Kg
Motor	Continental V-12 Turbo
Combustível	Gasóleo
Autonomia	455Km
Armamento principal	Canhão 105mm M68

Quadro 30: Carro de Combate

Fonte: Site Areamilitar [consultado em 10ABR08] disponível em <www.areamilitar.net>



FORÇA AÉREA



Vulgarmente conhecido apenas por "F-16", trata-se de um avião de combate supersónico que equipa a Força Aérea Portuguesa desde 1995, dispondo este ramo actualmente ao serviço 19 destas aeronaves, sendo 16 monolugares e 3 bilugares, atribuídos à Esquadra 201 da Base Aérea n.º 5 (Monte Real).

Já estão em Portugal, em processo de montagem, 20 novos aparelhos, que irão constituir uma 2ª esquadra F-16. O armamento principal do F-16 é um canhão rotativo "vulcan" de 20mm e 5.638Kg (mísseis, bombas ou foguetes) suspensos em seis estações sobre as asas e duas nas pontas das asas, que podem utilizar diversos sistemas de armas.

Características	Descrição
País de origem	EUA
Motor	Pratt-Whitney F-100-PW-220/ com After-Burner
Comprimento	15,03m
Envergadura	9,45m
Altura	5,09m
Peso máximo à descolagem	16.057Kg
Tecto de serviço	15.500m
Velocidade máxima	Mach 2.05 acima dos 30.000 pés
Raio de acção com combustível externo	3.800 Km

Quadro 31:F16



O DASSAULT/DORNIER ALPHA-JET é um caça-bombardeiro subsónico, bilugar e que pela sua concepção apresenta características de versatilidade que o tornam particularmente adaptado para a execução de operações de apoio aéreo ofensivo e de apoio às forças de superfície bem como para a instrução avançada em aviões de caça e conversão operacional, podendo utilizar várias configurações de armamento.

A forma como esta aeronave está equipada confere grande eficácia no planeamento e execução de missões. O "Head-up-display" permite ao piloto receber a informação necessária de vários sistemas sem ter que desviar a atenção do espaço exterior. Os computadores de Tiro e Navegação são bastante precisos e permitem uma grande flexibilidade na execução das missões de ataque. A utilização do computador "AFA" visa simplificar e concluir com rapidez e eficiência o planeamento de uma missão.

Existem ainda, outros equipamentos que visam proporcionar ao tripulante capacidade de sobrevivência em combate. O ALPHA-JET é operado pelas Esquadra 103 e Esquadra 301 da Base Aérea de Beja- BA11.

Características	Descrição
País de origem	França e Alemanha
Motor	2 Turbo-Fan Larzac 04-C20 debitando 1.350 Kg de impulsão, cada.
Comprimento	12,91m
Envergadura	9,11m
Altura	4,19m
Peso máximo	7.300 Kg
Tecto de serviço	14. 630m
Velocidade máxima	1.160 Km /h
Raio de acção	1.230 km

Quadro 32: Caça bombardeiro



Em 1994 a Força Aérea recebeu 2 CASA C-212-300 Aviocar, destinados, principalmente, a reforçar o Sistema de Fiscalização e Controle das Actividades de Pesca (SIFICAP).

Estas aeronaves estão aptas a cumprir missões de vigilância marítima, detecção de actividades ilícitas e detecção de poluição oceânica. Pode ainda efectuar a medição electrónica directa da temperatura da superfície da água para aplicações económicas e científicas e ainda fotografia aérea. As 2 unidades deste tipo estão atribuídas à Esquadra 401 da Base Aérea n.º 1 em Sintra.

Características	Descrição
País de origem	Espanha
Motor	2 turbo hélice Garret-Air Research TPE-331-10R-513C de 925hp
Comprimento	16,10 m
Envergadura	20,30 m
Altura	6,60 m
Peso máximo	8.100 Kg
Tecto de serviço	7.620 m
Velocidade máxima	370 Km
Velocidade de cruzeiro	270 Km
Raio de acção	1.900 Km

Quadro 33: Aviocar



O Lockheed P-3P Orion passou a equipar a Força Aérea Portuguesa em 1988, a qual dispõe de 6 aeronaves deste tipo cuja missão primária é a luta anti-submarina e o patrulhamento marítimo e a busca e salvamento a secundária.

Tem uma tripulação de 12 militares e pode transportar até 8.800 Kg de armamento, nomeadamente torpedos. Os P3P da Força Aérea integram a Esquadra 601 na Base Aérea n.º 5 (Montijo)

Características	Descrição
País de origem	EUA
Motor	4 Allison T56-A-14 turbohélice, debitando 4.910 hp
Comprimento	35,61m
Envergadura	30,37m
Altura	13,06m
Peso máximo	64.410 Kg
Tecto de serviço	8.900 m
Velocidade máxima	760 Km/h
Velocidade cruzeiro	639 Km/h
Autonomia (2 motores)	16 horas
Autonomia (4 motores)	12h e 15m

Quadro 34: Lockheed P-3P Orion



A Força Aérea recebeu 3 destas aeronaves entre 1989 e 1991, destinadas ao transporte de altas entidades e evacuações sanitárias. A utilização de três motores permite-lhe efectuar trajectos com sobrevoo de zonas de ambiente hostil (oceanos ou desertos), sem necessitar de escalas técnicas para reabastecimento.

A existência do terceiro motor é a garantia de segurança, já que o Falcon 50 consegue voar apenas com 2 motores e, ainda assim, manter operativos todos os sistemas de bordo. Os "Falcon 50" estão atribuídos à Esquadra 504, instalada no Aeródromo de Trânsito n.º 1.

Características	Descrição
País de origem	França
Motor	3 Reactores Garrett TFE-731-3-1C de 1.700Kgf de impulsão
Comprimento	18,52 m
Envergadura	18,86 m
Altura	6,98 m
Peso máximo	18.497 Kg
Tecto de serviço	14.940 m
Velocidade máxima	870 Km/h
Raio de acção	6.500 Km

Quadro 35: Falcon 50



A Força Aérea recebeu 32 aeronaves REIMS-CESSNA FTB-337-G, a partir de Dezembro de 1974. Hoje estão ao serviço 12 destas aeronaves, tendo as restantes, ao longo dos anos sido retiradas de serviço, encontrando-se parte delas armazenadas. Trata-se de uma aeronave que pode apresentar diferentes configurações o que a torna grande versatilidade.

A sua missão principal é a transporte aéreo geral em proveito dos três ramos das Forças Armadas e ainda o treino mínimo de voo dos pilotos em serviço fora das unidades de voo. Os FTB 337-G, também conhecidos por "Push-Pull", dada a localização dos seus motores, em "tandem", estão atribuídos à Esquadra 505 na Base Aérea n. 1 em Sintra.

Características	Descrição
País de origem	França
Motor	2 motores Continental (ou Rolls-Royce) IO-360-D de seis cilindros opostos arrefecidos por ar, sobrealimentado, de 225hp
Comprimento	9,07 m
Envergadura	12,10 m
Altura	2,34 m
Peso máximo	2.100 Kg
Tecto máximo	7. 620 m
Velocidade máxima	360 Km/h
Velocidade de cruzeiro	277 Km/h
Raio de acção máximo	2.398 Km/h
Armamento	Suspensão nas asas, em alternativa, 4 calhas lança-foguetes; 4 metralhadoras ligeiras; 4 bombas.
Capacidade de transporte	5 passageiros ou 2 macas e 1 assistente, não incluindo 1 piloto

Quadro 36: FTB 337-G



A Força Aérea Portuguesa recebeu 6 Hercules C-130H entre 1977 e 1991, tendo 3 destas aeronaves sido, posteriormente, transformadas em C-130H-30 (comprimento de 34,36m e maior capacidade de transporte de pessoal: 128 passageiros ou 92 pára-quedistas).

Trata-se de uma aeronave destinada primariamente a cumprir missões de transporte aéreo geral, tático, lançamento de pára-quedistas e também missões de patrulhamento marítimo, busca e salvamento, combate a incêndios florestais. Tem uma tripulação de 6 ou 8 militares consoante a missão. Todas estas aeronaves estão atribuídas à Esquadra 501 na Base Aérea n.º 6 (Montijo)

Características	Descrição
País de origem	USA
Motor	4 Allison T-56-A-15, turbohélice, de 4.910hp
Comprimento	29,78m
Envergadura	40,41m
Altura	5,09m
Peso máximo	70.310Kg
Tecto de serviço	7.010m
Velocidade máxima	589 Km/h
Velocidade cruzeiro	547 Km/h
Raio de acção	6.480 Km
Capacidade de transporte	94 passageiros; ou 62 pára-quedistas; ou 74 macas (97 na versão C-130H-30); ou 19.686Kg

Quadro 37: Hercules - C-130H-30



Os CASA C-212-100 Aviocar começaram a chegar a Portugal em 1974, inicialmente em número de 20. Esta série 100 é uma aeronave destinada a transporte tático e geral, incluindo veículos ligeiros.

Pode utilizar pistas curtas, tanto na aterragem como na decolagem. A Força Aérea utiliza aeronaves deste tipo nas Esquadras 401 e 502 na Base Aérea n.º 1 em Sintra e na Esquadra 711 na Base Aérea n.º 4 nas Lages (Açores)

Características	Descrição
País de origem	Espanha
Motor	2 turbo hélice Garret-Air Research TPE-331-5-251 C de 776 hp
Comprimento	15,20
Envergadura	19,00m
Altura	6,30m
Peso máximo	6.500Kg
Tecto de serviço	7,600m
Velocidade máxima	360 Km/h
Velocidade de cruzeiro	275 Km/h
Raio de acção	1.920 Km
Capacidade de transporte	18 passageiros ou 16 pára-quedistas ou 12 macas ou 2.000Kg de carga

Quadro 38: CASA C-212-100



A Força Aérea recebeu, entre 1963 e 1975, 142 helicópteros Alouette III, estando actualmente ao serviço 18 aeronaves, integrando a Esquadra 552 da Base Aérea n.º 11 em Beja.

Trata-se de um helicóptero ligeiro, fabricado em França pela Sud-Aviation, podendo desempenhar uma série de missões, nomeadamente acções de assalto, salvamento, evacuação sanitária, transporte, e outras. Pode ser armado com foguetes, metralhadoras ou canhão de 20mm.

Características	Descrição
País de origem	França
Comprimento	12,84m
Diâmetro do rotor	11,02m
Altura	3m
Tecto de serviço	3.200m
Velocidade de cruzeiro	167 Km/h
Velocidade máxima	210 Km/h
Peso máximo	2.200 Kg
Capacidade passageiros	6, ou 2 macas e 2 passageiros, além do piloto

Quadro 39: Helicóptero – Allouete III



Portugal recebeu os primeiros dois EH-101, na Base Aérea n.º 6 (Montijo), em 11 de Fevereiro de 2005, vindos a voar de Itália, onde se situa o construtor, a "AgustaWestland International". O EH-101 "Merlin" destina-se a substituir o SA-330 "Puma", ao serviço da Força Aérea desde 1969.

A Força Aérea Portuguesa vai receber 12 aeronaves, 10 destinadas a missões militares (busca e salvamento, resgate de combate, transporte táctico) e 2 destinadas a missões de fiscalização das pescas. Todas as aeronaves ficarão estacionadas no Montijo, estando previstos destacamentos em permanência na Base Aérea n.º 4 nas Lages, Ilha Terceira – Açores e Porto Santo – Madeira.

Características	Descrição
País de origem	Itália
Comprimento	19,5m
Diâmetro do rotor principal	18,6m
Altura	6,6m
Tecto de serviço	4.575m
Velocidade de cruzeiro	280Km/h
Velocidade máxima	309Km/h
Peso máximo	14.600Kg
Raio de acção	927 a 1.390Km
Capacidade de passageiros	30 em bancos ou 6.000Kg

Quadro 40: Helicópteros – EH-101



Entre 1969 e 1971 Portugal recebeu 13 helicópteros Sud-Aviation SA 330 Puma, dispondo actualmente de 10 aeronaves deste tipo ao serviço. Têm como missão primária a Busca e Salvamento e são ainda utilizados em missões de transporte táctico, apoio logístico, evacuações sanitárias e missões especiais.

Possui flutuadores de emergência, guinchos de suspensão de cargas ou recolha de náufragos e depósitos suplementares que, em caso de necessidade lhe aumentam o alcance e/ou autonomia.

Características	Descrição
País de origem	França
Comprimento	14,06 m
Diâmetro do rotor principal	15,00m
Altura	5,14m
Tecto de serviço	5.600m
Velocidade de cruzeiro	220 Km/h
Velocidade máxima	310 Km/h
Peso máximo	6.400 Kg
Raio de acção	560 Km
Capacidade de passageiros	16 em bancos; ou 8 em configuração VIP; ou 20 militares equipados; ou 6 macas e 4 passageiros; ou 2.300 Kg de carga interior; ou 2.500 Kg de carga suspensa

Quadro 41: Helicópteros Puma



Portugal recebeu, em 1989, 18 Aerospatiale TB-30 Epsilon, estando actualmente ao serviço 16 aeronaves deste tipo. Trata-se de um avião destinado à instrução elementar e básica de pilotagem. Transporta 2 tripulantes, piloto-instrutor e aluno.

Pode em caso de necessidade ser equipado com armamento, tendo capacidade para 320 Kg de bombas em quatro suportes instalados nas asas. Todos os aviões deste tipo estão atribuídos à Esquadra 101 na Base Aérea n.º 11 em Beja.

Características	Descrição
País de origem	França
Motor	Avco Lycoming AEIO-540-L1B5D, de 6 cilindros horizontais arrefecidos por ar, debitando 300hp
Comprimento	7,59m
Envergadura	7,92m
Altura	2,66m
Peso máximo	300 Kg
Tecto de serviço	7.010m
Velocidade máxima	520 Km/h
Velocidade de cruzeiro	370 Km/h
Autonomia	3h45m

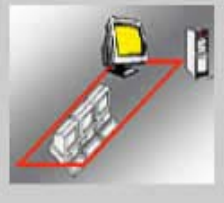







Quadro 42: Aerospatiale TB-30 Epsilon

Fonte: Site Areamilitar [consultado em 10ABR08] disponível em <www.areamilitar.net>














Quadro 43: Projectos de Reequipamento e Modernização das FA financiadas pela LPM e PIDDAC (2006 a 2012)

Fonte: DGAED, Conferência realizada no IESM em 08 de Maio de 2008 pelo do DSIT CMG AN Fernando Rebelo

Novo Sistema de Gestão Integrado da Defesa Nacional <implementado no início de 2008>		Implementação de um Sistema de Gestão Integrado (SIG), comum ao MDN e FA, permitindo uma gestão integrada e mais eficiente dos recursos atribuídos à Defesa	A iniciar no 1º sexénio	26,911 M€	NOVO
Indústrias de Defesa e Base Tecnológica da Defesa		Apoio à modernização do parque industrial da DN e desenvolvimento de projectos de investigação	A iniciar no 1º sexénio	66,976 M€	
Sistema de comando e controlo conjunto das Forças Armadas		Melhora a capacidade de comando e controlo centralizada das FA, Marinha, Exército e Força Aérea quando empenhadas em operações, bem como a ligação à NATO	A iniciar no 1º sexénio	48,602 M€	
Mais equipamentos individuais NBQ para equipar forças do Exército, Marinha e Força Aérea		Aquisição de mais 2.900 equipamentos individuais de protecção NBQ, conferindo maior grau de protecção e de sobrevivência de militares actuando em ambiente contaminado	A iniciar no 1º sexénio	27,544 M€	
Modernização das Estações Rádio Navais		Modernização e automatização das Estações Rádio Navais para melhorar as comunicações entre os comandos e meios navais empenhados em operações	A iniciar no 1º sexénio	17,797 M€	
Navio Polivalente Logístico (LPD) <em processo de negociação>		Portugal terá, finalmente, um meio de projecção de forças e meios para áreas onde decorram missões militares, de paz ou de ajuda humanitária; o navio será construído nos estaleiros de Viana do Castelo	A iniciar no 1º sexénio	276 M€	



Novo equipamento para os Fuzileiros		Prevê o dotar o Batalhão de Fuzileiros e o Destacamento de Acções Especiais com equipamentos mais modernos; inclui a aquisição de 24 viaturas blindadas de rodas de desembarque	A iniciar no 1º sexénio	51,200 M€	
Substituição dos submarinos <entrega a partir da 2010>		Aquisição de dois submarinos com recurso ao leasing, substituindo os 3 submarinos da classe "Albacora", projectados na década de 50 e encomendados por Portugal em 1964	A iniciar no 1º sexénio	1.070 M€	
Modernização das Fragatas da classe "Vasco da Gama"		Assegura-se o início da modernização das 3 Fragatas "Vasco da Gama", tipo "Meko 200", que entraram ao serviço da Marinha em 1991; prevista uma modernização profunda durante o 2º sexénio da LPM	A iniciar no 1º sexénio	15,000 M€	
Aquisição de helicópteros		Aquisição de dois helicópteros para as Fragatas da classe "Vasco da Gama", reparando e completando a frota existente	A iniciar no 1º sexénio	45,000 M€	
Substituição das Fragatas da classe "João Belo"		Aquisição de 2 Fragatas para substituir as Fragatas da classe "João Belo", construídas em 1967. Tendo sido já vendidas ao Uruguai.	A iniciar no 1º sexénio	80,000 M€	
Novos Navios Patrulha Oceânico <entrega prevista para 2009>		Após mais de 20 anos, assegura-se o co-financiamento LPM para os primeiros 6 pares de NPO, cuja construção decorre nos estaleiros de Viana do Castelo. Capacidade de Fiscalização	A iniciar no 1º sexénio	(PIDDAC) 113 M€	






Aquisição de 8 Lanchas de Fiscalização Costeira <contrato quase finalizado, aguarda aprovação do Ministro>		Aumenta significativamente o investimento na capacidade de fiscalização marítima passando a contar com o sistema completo de 8 Lanchas de Fiscalização Costeira.	A iniciar no 1º sexénio	(PIDDAC) 324 M €	
Navios Hidrográficos "D. Carlos" e "Gago Coutinho"		Apetreçamento dos NH "D. Carlos" e "Gago Coutinho" que serão empregues nos estudos associados ao alargamento da plataforma continental; triplicou-se o investimento previsto na anterior Lei	A iniciar no 1º sexénio	9,949 M€	
Instituto Hidrográfico		Grande aumento do investimento para a aquisição de diverso equipamento científico necessário ao desenvolvimento da missão do Instituto Hidrográfico, organismo da Marinha que teve um papel fundamental na crise do "Prestige"	A iniciar no 1º sexénio	6,100 M€	
Aposta na segurança marítima		Quase que se duplica o investimento na modernização dos faróis, farolins e bóias de sinalização existentes da costa Portuguesa; inclui ainda a aquisição de sistemas DGPS para os Açores e Madeira	A iniciar no 1º sexénio	9,776 M€	
Plano "Mar Limpo"		Aumento do investimento para a aquisição de material de combate à poluição como sejam, barreiras, recuperadores de vácuo, estações de descontaminação móvel e estação de tratamento	A iniciar no 1º sexénio	5,000 M€	
2 novos Navios de Combate à Poluição <entrega prevista em 2011>		Co-financia a construção de dois Navios de Combate à Poluição, a construir em Viana do Castelo, que permitirão combater a poluição em portos, estuários e zonas marítimas de responsabilidade ou interesse nacional	A iniciar no 1º sexénio	(PIDDAC) 75 M €	














Modernização das Capitánias		Aumento do investimento para a modernização das Capitánias e aquisição de embarcações salva-vidas, de fiscalização ribeirinha e viaturas	A iniciar no 1º sexénio	21,193 M€	
Reservas de Guerra		Melhora o investimento para a aquisição de mísseis e torpedos para os meios navais, permitindo dispor de reservas de guerra que possam cumprir o standard da NATO	A iniciar no 1º sexénio	40,000 M€	
Reordenamento do parque escolar		Concentração das Escolas da Armada na Base Naval do Alfeite	A iniciar no 1º sexénio	11,600 M€	NOVO
Rádios ER 525 <plano de entregas aprovado>		Aquisição de 689 rádios (549 Exército e 140 Marinha), produzidos em Portugal, para assegurar as comunicações entre comandos e forças do Exército empenhadas em operações	A iniciar no 1º sexénio	46,000 M€	
Aquisição de rádios de Secção		Aquisição de 400 rádios para assegurar a comunicação entre forças do Exército de pequeno escalão quando empenhadas em operações	A iniciar no 2º sexénio	4,348 M€	NOVO
Armamento Ligeiro e Equipamento individual		Substitui-se, finalmente, a G3 que foi adoptada pelo Exército em 1961; (31000 espingardas, 1700 metralhadoras e 6800 pistolas)	A iniciar no 1º sexénio	77,9 M€	



Companhia de Defesa NBQ		Quadruplica o investimento na aquisição de material de defesa NBQ, dotando o Exército a capacidade de actuar perante ameaças com agentes químicos, biológicos ou nucleares; Inclui a aquisição de 2 viaturas blindadas de reconhecimento NBQ	A iniciar no 1º sexénio	12,461 M€	
Viaturas Blindadas de Rodas VBR 8x8 <entregues 15>		Aquisição de cerca de 240 viaturas blindadas de rodas, modernas, com emprego imediato nas operações de apoio à paz em que Portugal participa; substituem as "Chaimite", em uso no Exército desde meados da década de 60	A iniciar no 1º sexénio	331,6 M€	
Viaturas tácticas não blindadas e Atrélados		Prevê-se o investimento para a aquisição de viaturas e atrelados, aumentando a mobilidade táctica das forças do Exército e reduzindo os custo de manutenção do actual parque de viaturas	A iniciar no 1º sexénio	77,678 M€	
Helicópteros do Exército		Mantém-se o programa do Grupo de Aviação Ligeira do Exército, conferindo maior capacidade de manobra e mobilidade de forças ligeiras do Exército, podendo também ser utilizado em missões de interesse público	A iniciar no 1º sexénio	337,975 M€	
Hospital Cirúrgico Móvel		Aumenta seis vezes o investimento na modernização de um hospital modulável e projectável para áreas de tensão ou crise, em apoio de forças nacionais ou de populações em risco	A iniciar no 3º sexénio	15,000 M€	
Companhia de Guerra Electrónica		Aumenta o investimento para a aquisição de capacidades tecnológicas no âmbito da guerra electrónica, para protecção das comunicações tácticas e recolha de informação electrónica	A iniciar no 1º sexénio	13,5 M€	



Equipa de Inactivação de Engenhos Explosivos (EOD)		Preparação de uma Equipa de Inactivação de Engenhos Explosivos, preparada para actuar em operações no âmbito nacional ou NATO	A iniciar no 1º sexénio	3,202 M€	NOVO
Substituição dos M113 e CC M60 A		Aquisição de novas Viaturas Blindadas M60 da Brigada Mecanizada Independente, sediada em Santa Margarida	A iniciar no 1º sexénio	19,674 M€	
Companhia de Transportes		Aumenta o investimento para concentrar e melhorar os meios de transporte numa unidade de transporte terrestre de apoio geral, passível de ser empregue também no âmbito da NATO	A iniciar no 1º sexénio	4,795 M€	
Modernização de Infra-Estruturas para Voluntários e Contratados		Aumenta o investimento tendo em vista dotar o Exército de instalações que confirmam maior conforto e bem-estar aos militares voluntários e contratados	A iniciar no 1º sexénio	86.497 M€	
Concentração de estrutura superior do Exército		Lança os estudos, o projecto e os trabalhos iniciais destinados a concentrar num único local, os órgãos da estrutura superior do Exército	A iniciar no 1º sexénio	5,286 M€	
Forças de Operações Especiais		Aumenta o investimento para a modernização do equipamento específico para forças de operações especiais	A iniciar no 1º sexénio	19,498 M€	



Comando e controlo do espaço aéreo da Madeira		Assegura a cobertura de vigilância radar do espaço aéreo circundante à Região Autónoma da Madeira	A iniciar no 1º sexénio	44,390 M€	
Comando e controlo do espaço aéreo dos Açores		Assegura a cobertura de vigilância radar do espaço aéreo circundante à Região Autónoma dos Açores	A iniciar no 1º sexénio	82,130 M€	
Backup ARS Monsanto em Beja (DARS)		Posto de comando e controlo aéreo militar que assegura as continuidades das operações em caso de falha do posto de Monsanto	A iniciar no 1º sexénio	25,000 M€	
Modernização das duas Esquadra de F-16		Programa de modernização dos 20 F-16 que os coloca com o nível de equipamento e capacidades similar aos F-16 aliados para o cumprimento de missões de Luta Aérea, Interdição Aérea e Apoio Aéreo Próximo	A iniciar no 1º sexénio	226,050 M€	
Reconstituição de "stocks" de armamento		Aquisição de um conjunto mínimo de armamento que possibilite o emprego de meios aéreos em operações reais; inclui as "Precise Guided Ammunitions" (compromisso NATO)	A iniciar no 1º sexénio	44,080 M€	
Aquisição dos helicópteros EH 101 <já entregues>		Os 12 EH 101 vão substituir a frota dos helicópteros "PUMA" (SA 330) recebidos por Portugal entre 1969 e 1971, com melhorias qualitativas e quantitativas das missões de busca e salvamento em todo espaço de responsabilidade nacional	A iniciar no 1º sexénio	327 M€	TERMINADO



Modernização dos P-3 ORION <5 já entregues>		Aquisição de 10 aviões P-3, assegurando a capacidade de vigilância marítima e de busca e salvamento	A iniciar no 1º sexénio	180 M€	
Substituição dos 24 Aviocar		Aquisição de aviões de médio porte para substituir os "Aviocar", chegados a Portugal em 1974, complementares da capacidade global de transporte de pessoas e carga da Força Aérea	A iniciar no 1º sexénio	356,811 M€ Leasing (menos 293 M€)	
Modernização dos 6 aviões C-130		Modernização dos C-130 capacidade de navegação, fiabilidade e consumos de combustíveis; permitem responder ao crescente número de solicitações no âmbito de compromissos internacionais	A iniciar no 1º sexénio	22,8 M€	
Helicópteros ligeiros para instrução		Aquisição de 12 helicópteros ligeiros para instrução para substituição da frota de helicópteros "ALOUETTE III", recebidos pela Força Aérea entre 1963 e 1975	A iniciar no 1º sexénio	58 M€	
Sistema prefabricado de infra-estruturas móvel		Aquisição de um sistema de infra-estruturas ligeiras e modelares que permitam o apoio a meios aéreos projectados para fora do Território Nacional	A iniciar no 1º sexénio	5,310 M€	NOVO
Aquisição de 10 helicópteros NH-90		Aquisição de 10 helicópteros NH-90	A iniciar no 1º sexénio	424 M€	



Modernização de infra-estruturas da componente territorial



Modernização das pistas aéreas e outras infra-estruturas de apoio das Bases Aéreas

A iniciar no
1º sexénio

31,175 M€

NOVO

Programa de formação de Pilotos no programa multinacional AEJPT



Assegura a participação no estudo de viabilidade de um projecto europeu de formação de pilotos militares a decorrer em centros de formação e com aeronaves partilhadas

A iniciar no
1º sexénio

0,670 M€

NOVO



PRINCIPAIS MEIOS

Marinha de Guerra Portuguesa

Navios e Submarinos



**Submarino de ataque
(SSK) – Classe Albacora**



Fragata – Classe Vasco
da Gama



Corveta – Classe
Baptista de Andrade



Corveta – Classe
João Coutinho



**Patrulha costeira –
Classe Cacine**



Patrulha ligeira - Classe
Albatroz



Patrulha ligeira – Classe
Centauro



Patrulha ligeira -
Classe Argos



Navio reabastecedor
ligeiro - Classe Bérrio



Quadro 44: Principais meios - Marinha



Em Projecto ou Construção



Submarino de ataque
(SSK) classe Tridente



Fragata classe
Bartolomeu Dias



Quadro 45: Meios em projecto ou em construção - Marinha



Exército Português

Veículos em serviço



M-60A3TT Carro de
combate pesado



Autometralhadora V15-
Veículo ligeiro de
reconhecimento



M-109-A5 Artilharia
Auto propulsada



M-109A2 Artilharia
Auto propulsada



PANDUR-II Veículo
Blindado Transporte
Pessoal



Chaimite Veículo
Blindado Transporte
Pessoal



M-113 Veículo
Blindado Transporte
Pessoal



M-901/TOW
Veículo Blindado
Ligeiro



Panhard
VBL Veículo Blindado
Ligeiro



Chaparral
Sistema defesa antiaéreo
Curto/Médio alc.



Hummer / APK
Viatura táctica

Quadro 46: Principais meios - Exército



Força Aérea Portuguesa

Aeronaves



F-16 MLU



F-16 A/B



P3-C / CUP



P-3P Orion



EH-101 Merlin



Alouette-III



C-130H-30



C-130H



C212-100 Aviocar



C212-300 Aviocar



Alphajet



Falcon 20



Falcon 50

Quadro 47: Principais meios Força Aérea



Veículos ao serviço da Força Aérea
Em estudo e futuras aquisições:



Helicóptero de transporte tipo: KA-32



Aeronave de transporte ligeira tipo: C-295

Quadro 48: Veículos em estudo e futuras aquisições – Força Aérea



APÊNDICE E

Modelo de Planeamento Estratégico e de Forças de Liotta e Lloyd



APÊNDICE E

Modelo de Planeamento Estratégico e de Forças de Liotta e Lloyd

Modelo de planeamento estratégico e de forças de Liotta e Lloyd foi sistematizado em opções estratégicas (secção superior) e opções de forças (secção inferior). O fluxograma também evidencia que as limitações de recursos e a tecnologia são factores críticos que, frequentemente, enformam e, por vezes, distorcem e condicionam, o desenvolvimento da estratégia de defesa nacional. As opções de forças surgem na secção inferior do fluxograma, onde a estratégia militar, a directiva orçamental e de programação, e as capacidades militares existentes e desejadas, determinam o dimensionamento e a selecção das forças.

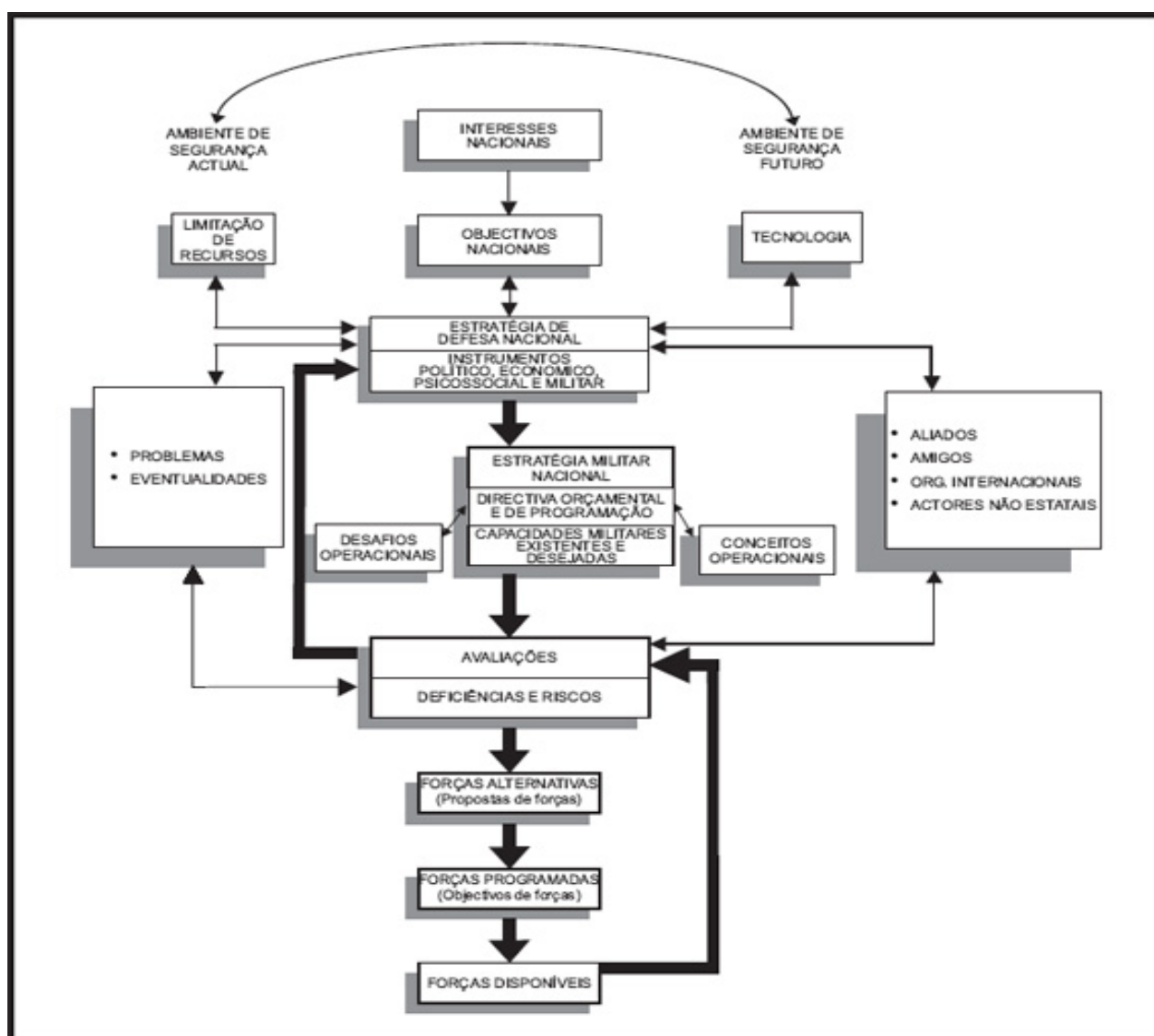


Figura 17: Modelo de Planeamento EstratégicoFonte:

Planeamento Estratégico e de Forças: Capitão-de-Mar-e-Guerra António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro



APÊNDICE F

Programas de Reequipamento da FA



APÊNDICE F

Programas de Reequipamento da FA

Marinha

O planeamento do processo de reequipamento naval integra diversos parâmetros, é pela sua importância o ciclo de vida dos navios, que determina o período abrangido pelo referido planeamento, estabelecido para 30 anos.

Para garantir que a componente essencialmente militar do poder naval tenha uma configuração equilibrada, se bem que de pequena dimensão, que permita a projecção de força, a colaboração na defesa integrada do território nacional, do espaço estratégico de interesse nacional, dos espaços marítimo e aéreo sob jurisdição nacional, a prevenção da eclosão de novas ameaças, globais ou regionais, deve dispor das capacidades oceânica, submarina, de projecção de forças, de guerra de minas, dotadas de adequadas reservas de guerra e complementadas por uma estrutura de comando e controlo compatível, bem como por uma componente fixa ou territorial de ajustada dimensão.

Por outro lado, a diversidade de missões de interesse público também atribuídas à Marinha implica que o SFN disponha não só das capacidades necessárias à consecução de objectivos de natureza estritamente militar, mas também, supletivamente das capacidades de hidrografia e oceanografia, fiscalização, combate à poluição do mar, assinalamento marítimo e autoridade marítima, mais vocacionadas para as missões de policiamento e controlo das fronteiras marítimas, de defesa da soberania nas águas sob jurisdição nacional e de ajuda ao desenvolvimento, típicas de uma guarda-costeira.

No âmbito da capacidade oceânica de superfície, vector primordial para o controlo do mar, destacam-se os seguintes programas: Modernização de meio de vida das três fragatas da classe "Vasco da Gama", entre 2007 e 2012, dado que em 2010-2011 completam 20 anos de serviço, o que permitirá estender a sua vida útil até 2030.

A substituição das fragatas da classe "Cte. João Belo", por duas fragatas já adquiridas à Holanda estando previsto a chegada da primeira no final deste ano e a segunda meados do próximo ano.

O reabastecedor de esquadra, NRP "Bérrio", presentemente com 38 anos de serviço, terá de ser sujeito a várias intervenções com vista a assegurar o prolongamento da sua vida útil, indispensável para que se mantenha a capacidade de reabastecimento da



esquadra no mar, até que se proceda à aquisição de outro navio, em sua substituição, após 2010.

Relativamente à capacidade submarina, encontra-se em curso o programa de aquisição de dois submarinos convencionais oceânicos estando previsto a sua entrega nos anos de 2009 e 2010, diesel-eléctricos, para substituir os submarinos da classe "Albacora".

Os principais programas de reequipamento naval associados à capacidade de projecção de força, valência prioritária a curto e médio prazo, são os correspondentes à aquisição de um NPL e ao reequipamento dos Fuzileiros, encontrando-se ambos já em curso.

No sentido de assegurar uma capacidade de fiscalização que integre, não só os requisitos que derivam dos acordos de cooperação e de salvaguarda da vida humana no mar a que o Estado está obrigado, mas também as necessidades de protecção dos interesses económicos nacionais na Zona Económica Europeia (ZEE), mar territorial e águas interiores.

A Marinha pretende substituir os meios prestes a atingir o fim da sua vida útil (dez corvetas, oito patrulhas da classe "Cacine", onze lanchas de fiscalização) por navios novos conformes com o SFN. Encontram-se em curso os programas de construção de dez novos patrulhas oceânicos ("Ocean Patrol Vessel" - OPV), projectados para operar com reduzidas guarnições, a entrar ao serviço entre 2009 e 2011, e de prolongamento da vida útil das corvetas, até à sua substituição pelos OPV.

Programas de Reequipamento do Exército

O reequipamento do Exército reveste-se de particular especificidade que lhe advém da forte interdependência dos elementos que compõem as suas forças. A eficácia do emprego das unidades de manobra está directamente dependente das capacidades proporcionadas pelas unidades de apoio de fogos, de apoio de combate e de apoio de serviços.

As capacidades que importa melhorar ou aumentar fundamentam-se num quadro geral caracterizado pelo envelhecimento dos materiais, alguns dos quais estão tecnologicamente obsoletos, pela inadequação de parte das infra-estruturas e pela necessidade de modernização dos sistemas de comando e controlo.

Assim, é prioritário continuar o desenvolvimento do Sistema de Comando, Controlo, Comunicações e Informações (C3I) do Exército, por forma a garantir a sua



modernização e possibilitar a sua adequação às exigências da reestruturação do Ramo, e às necessidades decorrentes de compromissos internacionais

O Exército tem como outras prioridades, a substituição da arma ligeira, o levantamento do Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE), a aquisição de viaturas blindadas de rodas para as Unidades de Manobra, a aquisição de viaturas e equipamentos de Engenharia e a aquisição de material e equipamento Nucleares Biológicas e Químicas (NBQ). Estas necessidades deverão ser contempladas nos programas de reequipamento de médio prazo das três Brigadas (BMI, BAI e BLI) e do GALE.

No que se refere à modernização das Brigadas, o programa da BMI, tem até 2006, por objectivos principais: a modernização da componente C3I, o levantamento completo da Bateria de Artilharia Antiaérea, a melhoria da capacidade anti-carro (aquisição de armas de 3ª geração) e o aumento da capacidade de sobrevivência (Engenharia, Apoio de Serviços, protecção NBQ, Guerra Electrónica e equipamento diverso).

A médio prazo, as tarefas a desenvolver no âmbito da modernização do Exército visam concluir os programas já iniciados, com o objectivo de, substituir oportunamente os materiais cujos ciclos de vida útil vão atingindo o seu final, bem como, adquirir novos equipamentos que possibilitem o salto qualitativo desejado para a melhoria da operacionalidade das nossas forças. Nessa fase, destacam-se as seguintes prioridades do Exército:

- Incrementar a capacidade C3I, utilizando sistemas UAV's (Unmanned Aerial Vehicles) e AGS (Aerospace Ground Surveillance), dando-se também resposta às insistentes solicitações de organismos internacionais onde está inserido. Concluir a aquisição dos novos rádios E/R (emissores/receptores).
- Melhorar a capacidade de combate, pela aquisição de materiais, equipamentos e sistemas de armas a fim de completar as Brigadas e as outras Unidades do SFN, com prioridade para a substituição ou modernização das viaturas M113 por Viaturas de Combate de Infantaria, a substituição da Espingarda Automática G-3 e do restante armamento ligeiro. Completar as Unidades de AAA e de Apoio de Combate e continuar a equipar o GALE.
- Aumentar a capacidade de transporte, de forma a potenciar a prontidão e mobilidade das forças, fazendo a substituição da totalidade das actuais viaturas tácticas de rodas, por veículos de uma mesma "família".



Programas de Reequipamento da Força Aérea

A modernização dos sistemas de armas da FAP é imperativa, a fim de adquirir e manter as capacidades necessárias para fazer face às ameaças e riscos que se perspectivam no novo contexto mundial e assegurar a interoperabilidade com os aliados.

As vulnerabilidades actuais do poder aéreo agrupam-se em duas grandes áreas de acordo com o seu grau de limitação: a primeira compreende a inexistência de sistemas e capacidades fundamentais de que se realçam as capacidades de comando e controlo nos arquipélagos da Madeira e Açores, vigilância e reconhecimento, defesa aérea activa e reabastecimento aéreo; a segunda abrange limitações assinaláveis nas capacidades de executar operações aéreas conjuntas anti-superfície em ambiente terrestre e marítimo, interdição aérea, transporte aéreo, luta aérea, luta anti-submarina e anti-superfície, guerra electrónica e busca e salvamento quer em tempo de paz quer em operações.

A melhoria das capacidades de defesa aérea e de operações aéreas conjuntas anti-superfície em ambiente terrestre e marítimo, é um programa vital para a defesa do território, defesa colectiva e defesa dos interesses nacionais no quadro multinacional.

Compreende a modificação e melhoramento das aeronaves "F-16", submetendo-os a programas de reforço estrutural, modernização dos motores, subsistemas e aviónicos. Este programa ("Mid Life Update"-MLU) permitirá aos "F-16" realizarem, em qualquer condição de tempo e luminosidade operações aéreas de luta aérea defensiva e ofensiva, interdição aérea, apoio aéreo próximo, reconhecimento aéreo e apoio aéreo táctico às operações marítimas e, ainda garante a normalização com os países aliados que operam esta aeronave.

O programa de substituição da frota de helicópteros "Puma", para melhoria das capacidades de busca e salvamento está em curso. Com o novo helicóptero, pretende-se estender esta capacidade a todo o espaço interterritorial e área de responsabilidade nacional em matéria de busca e salvamento, por imperativo dos acordos internacionais ratificados por Portugal. As novas aeronaves aumentarão, ainda, as capacidades de transporte e evacuação sanitária.

A melhoria das capacidades de vigilância, controlo e protecção das linhas de comunicação marítimas que cruzam o espaço inter-territorial reveste-se de grande importância. É este o objecto do programa de modernização e prolongamento da vida útil das aeronaves "P-3P", que termina no período 2005-2008.



Com este programa procura-se também, além da melhoria das capacidades de detecção, localização, seguimento e ataque a submarinos e meios navais de superfície (ASW/ASUW), incrementar as capacidades de guerra electrónica, de comando e controlo e de aviso aéreo antecipado.

O programa de melhoria das capacidades de transporte tático, vigilância aérea, fotografia aérea e geofísica visa substituir a frota de transporte "C-212, Aviocar", que completa 30 anos de serviço em 2004, por outra mais moderna e capaz, embora reduzida a oito aeronaves.

As novas aeronaves devem efectuar uma enorme variedade de missões: transporte aéreo tático, lançamento de pára-quedistas, vigilância marítima, fotografia aérea, prospecção de recursos, busca e salvamento, evacuação sanitária, instrução de pilotagem e navegação, ensaios em voo, protecção do ambiente e outras missões de interesse público. Esta melhoria permitirá libertar a Frota "C-130", ou o seu substituto, de missões que exigem menor raio de acção e capacidade de carga, aumentando a flexibilidade de emprego.

A melhoria das capacidades de transporte estratégico e tático através da substituição dos seis "C-130", que completam 31 anos este ano, por quatro aeronaves da nova geração, a obter através do programa cooperativo "AIRBUS A-400", sendo fundamental e prioritário para que as FA possam responder ao aumento de solicitações nacionais, nomeadamente a projecção e sustentação de forças, e assumir mais adequadamente os compromissos internacionais na OTAN e UE.

Este meio é primordial, não só para a projecção de forças como para a sua sustentação logística, para a rotação de forças empenhadas em operações internacionais de apoio à paz e para a evacuação de cidadãos nacionais em áreas de conflito ou calamidades naturais em qualquer parte do mundo. A capacidade de reabastecimento dar-lhe-á a possibilidade de apoiar outras aeronaves, como o helicóptero SAR, aumentando-lhes o tempo em voo.

Por último, o programa de melhoria das capacidades de apoio aéreo próximo e a aquisição das capacidades de vigilância e reconhecimento, resulta da necessidade de substituição dos "ALPHA-JET" por aeronaves mais capazes para operarem em conjunto com forças nacionais e aliadas em situações de crise ou conflito de baixa intensidade. As aeronaves a obter destinam-se a ser empregues na interdição do campo de batalha e no apoio aéreo próximo, tal como os aviões de ataque, podendo operar em conjunto com os "F-16" (com MLU) e trocar dados entre si. Além de poderem efectuar ataques em



profundidade, fornecem a uma força conjunta meios de reconhecimento e escolta de meios de progressão e ataque de alvos seleccionados.

Programas Prioritários no Curto e Médio Prazos

Apresentados os programas de armamento e equipamento das componentes marítima, terrestre e aérea do SFN, indispensáveis para dotar as FA das capacidades necessárias para o cumprimento das missões que lhes estão atribuídas e por força do condicionamento de recursos necessários, importa ponderar e seleccionar quais serão os programas a priorizar numa visão de curto e médio prazos.

Neste contexto, terão de ser considerados, de acordo com as opções definidas nos capítulos anteriores, os compromissos internacionais assumidos, dos quais se releva, o contributo a dar para o levantamento da Força de Reacção Rápida da União Europeia. Assim, embora não esquecendo que o levantamento do SFN aprovado exige o desenvolvimento atempado de várias capacidades militares ainda inexistentes ou insuficientes, terão de ser privilegiados, de entre os programas necessários para este reequipamento aqueles que contribuem para a " projecção de forças", através da criação de Forças Conjuntas e dos correspondentes meios de transporte e de apoio, bem como a indispensável capacidade de comando e controlo.

Grandes programas em curso nos Ramos das FA:

Marinha:

- Dois submarinos oceânicos, (substituição da classe Albacora);
- Duas fragatas (substituição das fragatas classe “João Belo”);
- Em construção quatro pares de navios de Patrulha oceânica;
- 15 Viaturas blindadas de rodas (PANDUR) para os Fuzileiros.

Exército

- 300 Viaturas blindadas de rodas (PANDUR);
- Substituição das viaturas blindadas M113 pelas M60.



Força Aérea:

- 24 aviões para substituição dos AVIOCAR
- 6 aviões semelhantes ao C130
- (Principais programas do EMGFA, da Marinha, do Exército, da Força Aérea e dos OSC/MDN abrangidos pela LPM no período 2001-2018: Quadros que se encontram no Apêndice D).